

VALTER MANOEL GOMES

FORMAS DO PENSAMENTO HISTORIOGRÁFICO  
CATARINENSE

*Dissertação apresentada ao Curso  
de Pós-Graduação em História, da  
Universidade Federal de Santa Ca  
tarina, como requisito parcial à  
obtenção do grau de Mestre.*

Florianópolis

1984

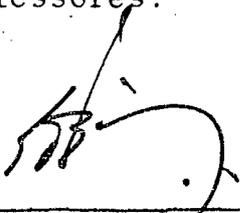
FORMAS DO PENSAMENTO HISTORIOGRÁFICO  
CATARINENSE

por

VALTER MANOEL GOMES

Dissertação aprovada como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre no Curso  
de Pós-Graduação em História, pela Comissão  
formada pelos professores:

ORIENTADOR:

  
\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Walter Fernando Piazza

  
\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Brasil Pinheiro Machado

  
\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Carlos Humberto P. Corrêa

Florianópolis, 5 de março de 1985

A

*Helen*

*Ricardo Henrique*

*Eduardo Sérgio*

*Renata*

*Luciano Otávio,*

*Esposa e Filhos, parceiros do tr  
balho, no estímulo incessante e  
na compreensão do furto de momenta  
tos de convívio.*

## AGRADECIMENTOS

Expressamos a nossa gratidão a todos que despertaram em nós, o interesse pelas ações de outros e que robusteceram a nossa responsabilidade em relação ao que pode ser feito.

Cumpre-nos destacar um agradecimento à Coordenadoria do Curso de Pós-Graduação em História, ao Departamento de História, à Secretaria e Direção do Centro de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, pelas condições de trabalho proporcionadas.

Uma gratidão muito especial aos colegas do Departamento, *Valmor, Laura, Rufino, Therezinha, Fátima, Ruiz e Sara*, e ao nosso Orientador *Professor Piazza*, pela colaboração, não institucional, brotada de uma generosa crença em nossas possibilidades.

## RESUMO

Constitui-se esta dissertação de um estudo sobre a Historiografia Catarinense, à luz do novo estatuto da História, agora ciência histórica comprometida com a sociedade e com o presente.

Alguns historiadores catarinenses foram examinados na qualidade de mediadores, entre a proposta objetiva do passado que é o documento - e a proposta subjetiva de um presente - que se constitui de teorias, de limitações, de questionamentos do lugar social do historiador.

Há três momentos básicos de atenção e de exame: da última década do século XVIII ao final da segunda década do século XIX, com produção historiográfica centrada na ideologia da conquista; da sexta à oitava décadas do século XIX, quando os historiadores defenderam a ideologia da conciliação, defensora da organização política, social e econômica vigente; e da segunda à oitava décadas do século XX, finalmente, quando, ideologicamente nacionalistas e elitistas, os historiadores pesquisados apontaram para inovações teóricas e metodológicas geradoras das condições para uma inteligência catarinense do passado.

A lenta evolução da produção histórica catarinense, somada à nova consciência social e às inovações supracitadas, culmina na formação, em data bem recente, das condições mínimas para um estudo de Historiografia.

## ABSTRACT

The purpose of this dissertation is a study of the Historiography of Santa Catarina under a new light, where the historical science is compromised with society and with the present.

Some historians of Santa Catarina were viewed as mediators between an objective proposal of the past - What is the document and a subjective proposal of the present - which is composed of theories, limitations and interrogations about the historian social position.

There are three basic moments of attention and analysis. The first moment covered from the 1790's to the 1820's, period where the historiographic production is centered in the ideology of the conquest. The second moment went from the 1850's to the 1870's. During this period historians defended the ideology of conciliation, an ideology which stood by the current political, social and economic organization. Finally, the third moment covered from the 1910's to the 1970's, when nationalist and elitist historians were attracted to theoretical and methodological innovations which created the conditions for a Catarinense interpretation of the past.

The slow evolution of the historical production together with a new social consciousness and theoretical and methodological innovations brought, in recent years, the minimum conditions for a study of the Catarinense Historiography.

## S U M Á R I O

RESUMO -----	v
ABSTRACT -----	vi
INTRODUÇÃO -----	1
PARTE I - O ESTADO DA QUESTÃO	
CAPÍTULO I - O HISTORIADOR E O DISCURSO HISTORIOGRÁFICO	4
CAPÍTULO II - O HISTORIADOR E A IDEOLOGIA -----	23
CAPÍTULO III - HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA EM SANTA CATARINA --	33
PARTE II - O FAZER HISTÓRIA EM SANTA CATARINA	
CAPÍTULO I - QUADRO CULTURAL INICIAL -----	49
CAPÍTULO II - AS CONTRIBUIÇÕES DE MIRANDA RIBEIRO E DE PAULO J. MIGUEL DE BRITO -----	64
CAPÍTULO III - TRÊS CONTRIBUIÇÕES EM MEADOS DO SÉCULO XIX: ALMEIDA COELHO, SANTOS SILVA E ARCIPRESTE PAIVA -----	91
A. MANOEL JOAQUIM D'ALMEIDA COELHO -----	102
B. JOSÉ GONÇALVES DOS SANTOS SILVA -----	111
C. JOAQUIM GOMES D'OLIVEIRA E PAIVA -----	120
CAPÍTULO IV - O AMADURECIMENTO DO SÉCULO XX -----	135
A. LUCAS ALEXANDRE BOITEUX -----	137
B. OSWALDO RODRIGUES CABRAL -----	155
CONCLUSÕES -----	175
BIBLIOGRAFIA -----	182

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se destina ao exame do grau de comprometimento do historiador catarinense a uma base teórica e a estabelecer a relação entre essa base e o discurso historiográfico.

O "*status quaestionis*" é fruto de uma evolução epistemológica, de um novo estatuto da História, uma História que se compromete com a sociedade, com o presente, "*sangrando*", e que é capaz e que tem o dever de despertar forças que produzam futuro.

Sem fazer o favor de considerá-los valiosos, os trabalhos produzidos sobre a Historiografia Catarinense, até aqui, não foram estimulados por ambições maiores.

Nossa proposta e nossa ambição foi, justamente, a da identificação de uma Historiografia Catarinense, que, teórica e metodologicamente, fosse o modo catarinense de pensar a História de Santa Catarina; moveu-nos o interesse de estabelecer uma conexão, entre as fases iniciais da produção histórica, com a postura científica posterior à fundação da Faculdade Catarinense de Filosofia, Ciências e Letras e o Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina; um ensaio de História da História Catarinense. Propusemo-nos, ainda, a identificar e a interpretar as variações da forma do pensamento historiográfico "*barriga verde*".

A pesquisa agora realizada buscou a variedade de abordagens, a substituição de questionamentos, o processamento de revisões, as tendências que se acentuam.

Considerou a produção histórica como trabalho es sencialmente intelectual, que se vale de idéias, que se constitui de idéias; estabeleceu um confronto entre o processo histórico, a criticidade social e as interpretações/respostas àque las realidades que o historiador deve compreender.

O estudo se desenvolveu em direção ã demonstração das hipóteses relativas ao recrutamento dos historiadores na elite administrativa, militar e eclesiástica, ã elaboração de uma História voltada para o passado, desligada dos interesses sociais, de registro e de manutenção do "*status quo*", ã destinação dos trabalhos a uma sociedade a-crítica e ã evolução historiográfica, mais por acumulação de conhecimentos, de objetos conhecidos, do que pela superação científica (teoria e método)-maneiras de conhecer.

Não é um trabalho exaustivo. Muitas contribuições não foram examinadas e muitos fatores contributivos às obras apreciadas, nem sequer foram citados.

O trabalho se limitou ã "*época amadorista*" da produção histórica, isto é, da produção não acadêmica, dos primeiros memorialistas até Oswaldo Rodrigues Cabral, sem formação universitária em História.

A fase posterior ã criação do Curso de Pós-Gradua ção em História, da Universidade Federal de Santa Catarina , que ensejou uma transformação qualitativa considerável - a História científica - não fazia parte do âmbito da pesquisa projetada.

As mudanças havidas, em termos historiográficos , são uma realidade insuspeitável; porém os elementos, as dimen sões e os significados dessas mudanças ainda não foram estuda dos.

I PARTE

O ESTADO DA QUESTÃO

## CAPÍTULO I

### O HISTORIADOR E O DISCURSO HISTORIOGRÁFICO

Há no homem um passado, que o condiciona e o limita ; ao conhecê-lo e organizá-lo o homem se liberta, libera as suas possibilidades e se torna capaz de produzir futuro.

O historiador é um especialista dessa libertação; conhecer o que já foi, e fazer entender que a sociedade pode ser diferente, é sua tarefa. Deve o historiador "*Organizar o passado em função do presente ...*"<sup>1</sup>, "*... dominar o passado...*"<sup>2</sup> e "*... distinguir as alternativas do passado*"<sup>3</sup>, sempre a serviço dos vivos.

O conhecimento histórico, como qualquer outro conhecimento, consiste no reflexo de uma parte do mundo, como realidade objetiva, mas consiste também em criatividade: "*Conhecimento é a representação, criada pelo intelecto, atribuindo um significado à realidade*"<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup>FÉBVRE, Lucien. Combates por la Historia. Barcelona, Ariel , 1974, p. 245.

<sup>2</sup>CARR, Edward H. Que é História? Rio de Janeiro, Paz e Terra , 1976, p. 25.

<sup>3</sup>TREVOR-ROPER, H. História e Imaginação. Caderno de Cultura , Jornal Estado de São Paulo, 19/10/1980.

<sup>4</sup>KOCHE, J.C. Fundamentos de Metodologia Científica. Porto Alegre, Vozes, 1982, p. 13 e segs.

Conhecer é função da consciência, que apreende e compreende o mundo real, permitindo ao homem uma integração intelectual neste mundo real.

Diz Basbaum<sup>5</sup> que a consciência é o processo mental através do qual o homem estabelece a sua identidade no meio, reflete sua relação com este meio e se torna capaz de criar valores relativos ao meio, optando, limitando e atribuindo-lhes funções, consideradas as circunstâncias.

Pela abundância e riqueza dos conhecimentos, o homem amplia a sua consciência individual, rompe o seu microcosmo, e se integra na humanidade, num fenômeno social.

Inelutavelmente, a atividade intelectual do historiador começa num lugar social, num limite, como diz Certeau<sup>6</sup>, em conceitos, como quer Veyne<sup>7</sup>.

O processo de elaboração do conhecimento histórico se origina em conhecimentos adquiridos e aceitos "a priori" pelo historiador, e é deflagrado a partir de determinado lugar, ali onde se cruzam e se fundem as influências do espaço e do tempo.

Cultivador de uma disciplina - a História - e membro de uma comunidade científica, que retifica, alarga, aprofunda e supera o saber histórico, o historiador não é um aventureiro isolado. Destinam-se principalmente à comunidade científica as obras que se pretendem historiográficas, porque terão ali leito

---

<sup>5</sup>BASBAUM, Leôncio. História e consciência social. Global Editora, São Paulo, 1982. p. 26.

<sup>6</sup>CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Forense, Rio de Janeiro, 1982. p. 66.

<sup>7</sup>VEYNE, Paul. Como se escreve a História. Brasília. Ed.Univ. de Brasília, 1982. p. 65.

res capazes de estabelecer uma relação com um estado de questão.

⊗ Assevera Rodrigues<sup>8</sup> que "*A obra histórica, num estudo de Historiografia, deve ser vista e examinada como obra histórica, pelo seu valor intrínseco, como contribuição ao desenvolvimento de sua disciplina*". Na mesma linha de pensamento, Certeau<sup>9</sup> refere-se à obra histórica como "... aquela ... reconhecida como tal pelos pares. Aquela que pode ser situada num conjunto operatório".

Marrou<sup>10</sup> é ainda mais claro quanto ao ponto de partida do processo de elaboração do conhecimento histórico: "*Para qualificar o passado temos que dar-lhes uma forma que o espírito possa apreender, um rosto que o olhar da consciência possa ver, um nome enfim - um conceito*".

Assim, a disciplina em si - a História - , com seu estatuto próprio, a comunidade científica - onde se processam tanto a crítica intersubjetiva, quanto a admissão de conceitos, a consciência social e a ideologia, são parcelas importantes daquilo que o historiador já sabe e já aceita, ao iniciar um seu trabalho. Ei-lo, praticamente, com um quadro referencial teórico, que lhe recomenda a seleção de um objeto e a maneira de abordá-lo.

Não é um desprevenido e ingênuo se lançando à pesquisa: dispõe de instrumentos apropriados, como os conceitos, e apoio logístico; não é também um inocente: já tem preferências

---

<sup>8</sup> RODRIGUES, José H. História da História do Brasil. Nacional, São Paulo, 1979. pág. XV.

<sup>9</sup> CERTEAU, M. op. cit., p. 72.

<sup>10</sup> MARROU, H. Do conhecimento Histórico. Aster, Lisboa, p. 134.

e sabe o que procura. Por isso, separa, reúne, seleciona, documentos, arquivos e práticas. E só inadvertidamente tenta resuscitar o passado; sabe que o documento é apenas uma versão de uma alternativa do passado.

O historiador faz uma intelecção do passado, nada mais. Elaborar um discurso interpretativo que será tanto mais valioso quanto mais revelar um pensamento crítico e uma intenção explícita.

Consciente disso, nas duas primeiras edições da sua "*Evolução Política do Brasil*", Caio Prado Júnior fazia uma chamada para o seu pensamento, com o subtítulo de "*Ensaio de interpretação materialista da história brasileira*".

Além disso, ele tem consciência de que a obra é posta numa relação com outras; e, de seu lugar, admite tanto o múltiplo, quanto o provisório e, mesmo que procure manter uma insustentável pretensão de neutralidade, não consegue camuflar em seu discurso as intenções performativas.

Assim, sem desprezar os condicionamentos diversos, à retaguarda, com as instituições especializadas, diretamente interessadas no seu trabalho, a qualidade dos arquivos, a quantidade de documentos, o nível do quadro teórico, convém adiantar, neste momento, que o historiador nutre intenções bem subjetivas na destinação do trabalho historiográfico, na vontade de intervir no processo histórico - uma consciência social em forma de liderança intelectual.

A vontade, aliás, é uma das formas de manifestação da consciência, caracterizada pela opcionalidade e pela logicidade e, portanto, com liberdade e com esforço.

Por isso, nas ciências morais "*é sempre conjectural a*

certeza apresentada ..." diz Liard<sup>11</sup>.

Por outro lado, "A decisão, diz Basbaum<sup>12</sup>, é o resultado de um processo que se verifica no cérebro humano em virtude de estímulos externos, por uma necessidade de ordem psicofisiológica, o pensamento. Essa decisão se realiza na ação através da vontade".

Por esta razão, recomenda-se, hoje, substituir a expressão "escrever História" por "fazer a História"<sup>13</sup>. A escrita, o discurso, se sobrepõe ao real, uma vez que o real não consegue captar e estudar, e também porque no fato e no documento não reside a verdade plena.

Trevor-Roper<sup>14</sup> chega a advertir que há um quadro geral de forças, inclusive as vencidas e/ou inibidas, gerando acontecimentos; "... a História não é meramente o que aconteceu: é o que aconteceu dentro do contexto do que poderia ter acontecido".

A solução adotada é a da transferência da verdade para o produto do trabalho intelectual do historiador: para a forma gráfica. Uma maneira de abordar, um método - toda uma prática - e um discurso numa relação de produção: isso é fazer a História. O historiador propõe (ou impõe) um limite: um período, um objeto, um lugar. Para compreender, pela prática, o historiador vai à realidade; porém, depois, essa mesma realidade é "sepultada" pelo discurso continente da inteligência que o historiador fez dela.

---

<sup>11</sup> LIARD, L. Lógica. Nacional, São Paulo, 1979. p. 165

<sup>12</sup> BASBAUM, L. op. cit. p. 15

<sup>13</sup> CERTEAU, M. op. cit. p. 32

<sup>14</sup> TREVOR-ROPER, H. op. cit.

O discurso do historiador não é a voz do que foi, mas a leitura que alguém do presente faz sobre o que foi; fazer a História é estabelecer uma relação entre um lugar (esse Curso de Mestrado em História, da UFSC), procedimentos de análise (problema, hipótese, método, condições conjunturais, habilidade crítica, capacidade criativa, etc) e a elaboração do texto. E nesta relação, se se altera o lugar, muda também a prática da disciplina e a forma do discurso. Daqui, deste lugar, se formaliza o passado para, então, procurar seus vestígios, isto é, as provas documentais.

Em outras palavras: estribado firmemente numa formalização do passado, o historiador o investiga, examinando os desvios. *"A prática encontra o passado sob a forma de um desvio relativo a modelos presentes"*, ensina Certeau<sup>15</sup>.

Assim procedendo, o historiador evita que o passado seja um peso morto, que a geração do presente seja inapelavelmente condenada a carregar; a História passa a ser "... uma conexão entre o passado e o presente... uma força viva"<sup>16</sup>.

Em decorrência, a obra histórica passa a ser o resultado de uma reconhecida boa operação de "fazer História", quando o historiador, obediente aos estatutos da História como disciplina, cumpre a sua função social, através de uma contribuição pessoal e marcante, na consideração qualitativa do enriquecimento da mesma disciplina.

Que se deve procurar ou o que se pode esperar de uma série de obras historiográficas? Claro que não é uma simples evolução linear, mera acumulação de conhecimentos, nem a preocupação pelo dado comum e regular.

---

<sup>15</sup> CERTEAU, M. op. cit., p. 107

<sup>16</sup> RODRIGUES, J.H. Teoria da História do Brasil, Nacional, São Paulo, 1969. p. 30.

Consideramos historiográfica a obra histórica que é o objeto de estudo da Historiografia, isto é, aquela de que se estudam justamente essas contribuições pessoais, inteligentes e conseqüentes, esses pensamentos e comportamentos inovadores.

Estas obras são produções intelectuais, conduzidas por inteligências e vontades, por deveres e liberdade, e não um mero arrolamento de constatações visuais; é, pois, de se esperar que as obras historiográficas apresentem a busca do diverso, do irregular, do que inova e subverte.

Inverteram-se as posições: a explicação do passado - única, última e definitiva - foi um engano. É impossível conhecer o passado como ele realmente aconteceu; é mais inteligente e honesto admitir que a melhor aproximação da realidade passada acontece através da pluralidade de versões, frutos de questionamentos e de abordagens diferentes, verdades parciais e provisórias, próprias de pessoas e textos, acomodados em seus respectivos contextos. Essas versões são resultantes dos valores, das categorias conceituais, dos modelos e das teorias de cada grupo psico-social, em sua evolução sócio-histórica.

O "*fazer História*" assume formas compatíveis com o conteúdo do contexto do lugar de cada historiador, bem como com o conteúdo do seu contexto mental, isto é, de acordo com a maneira pela qual cada historiador reage aos estímulos internos e externos.

Anteriormente, citamos o historiador como líder intelectual, como um homem dotado de consciência social, capaz de apreender e de compreender as aflições e os questionamentos do grupo psico-social a que pertence. Essas aflições e questionamentos são problemas que o historiador, motivado, vai investigar. A expressão "*Não há História sem documentos*" merece explicação e

reparo. Os documentos, realmente, são indispensáveis para o historiador; mas sem o trabalho pessoal (inteligência, vontade, bases teóricas) do historiador, eles são apenas coisas sem significado. O significado lhes é concedido pelo historiador, numa proposta de solução para um problema. Não há História sem problemas: a nova afirmação consagrada.

E para se resolver um problema não se mergulha nele desprovido de elementos de solução; um problema histórico se resolve com uma pesquisa histórica.

Uma pesquisa histórica não é uma viagem ao passado, através de pastas e pacotes dos arquivos, sem roteiro nem destino previamente estabelecidos. *"Quando não se sabe o que se busca, tampouco se sabe o que se encontra"*<sup>17</sup>. Uma pesquisa histórica, propriamente dita, não pode prescindir de um embasamento teórico, que forneça conhecimentos em níveis diversos, como um corpo de conceitos operacionais da História, como tudo que precede e orienta uma prática, que viabiliza a formulação de uma hipótese ou a construção de uma conjectura. A teoria denuncia o lugar social do historiador e um trabalho sem lugar não é História, mas lenda.

Da tese da vocação desinteressada do saber, até a vocação para a praxis, a formação do saber humano tem merecido estudos e explicações em todos os sentidos. Como já está implícito, em outras partes desse trabalho, o homem precisa conhecer a sua situação para atuar com eficiência. Situar-se é saber como o seu grupo social se transformou no tempo e, então, no presente, qual a sua posição, função e possibilidade. O presente se ilumina e se engravida de futuro.

---

<sup>17</sup> FEBVRE, L. op. cit., p. 90.

Uma pesquisa histórica, conseqüentemente, como qual quer outro trabalho científico, deve atender a exigência de ser eticamente útil para o homem. E o saber histórico é socialmente útil, justamente porque, sabendo e tendo vontade, o homem age, realiza e se realiza. Labora conforme o espírito da época, a consciência social, que gera os códigos históricos sobre o ético, o estético, etc.

O processo de intelecção do passado examina os produtos do passado - dos homens em suas relações sociais - e isola e dá consciência às forças sociais de transformação. Porém, isso ocorre à luz de uma teoria; os fatos não falam por si: respondem a hipóteses. As hipóteses, sustentadas pela teoria, dizem do sentido da pesquisa e do seu limite.

Que Paul Veyne illustre mais uma vez este texto: a historiografia só conhece dois bloqueios: ou não dispõe de documentos ou sua problemática está esclerosada. O Autor<sup>18</sup> diz que *"... os instrumentos conceituais são o ponto dos progressos da historiografia (possuir conceitos é conhecer coisas)..."*. A História estuda os materiais humanos subsumidos nos conceitos.

Os conceitos são os do contexto do historiador e através deles, e por causa deles, o historiador revela forças produtoras do seu momento presente. Justamente por isso há conteúdos/períodos ou períodos/conceitos que se destacam na preferência do historiador.

O estágio atual das ciências sociais, particularmente da História, nega a existência do absolutamente objetivo, rebelase contra a neutralidade impossível e acusa de comprometidos

---

<sup>18</sup> VEYNE, P. op. cit., p. 66

os historiadores de todas as épocas. Comprometidas as idéias, a base teórica, fica também comprometida, numa relação lógica, a forma de interpretar.

O estado da questão é fruto de uma evolução epistemológica, de um novo estatuto da História, que considera como fulcro dos trabalhos histórico e historiográfico o lugar social do historiador, o presente, e que se proclama capaz e competente para despertar e dar consciência às forças que poderão produzir futuro.

A função social do historiador se plenifica na comunicação da sua interpretação, da sua leitura sobre uma realidade: essa comunicação é o discurso historiográfico.

Dissemos anteriormente, repetindo Certeau, que "*fazer História é alinhar um método e um discurso numa relação de produção*". O mesmo autor francês diz que "*discurso científico que não fala de sua relação com o corpo social não será capaz de articular uma prática*". E concluiu: "*... evidencia-se a prioridade do discurso histórico sobre cada obra historiográfica particular, e a relação desse discurso com uma instituição social. É o produto de um lugar*"<sup>19</sup>.

No discurso há dois aspectos fundamentais: o conteúdo e a forma.

O conteúdo é uma opção, uma interpretação, uma probabilidade, sobre um sistema, uma rede de acontecimentos, que gozou da atenção e exame do historiador. O "*optimum*" desse conteúdo depende de uma série de fatores, como a capacidade de

---

<sup>19</sup>CERTEAU, Michel. "A Operação Histórica". In: LE GOFF, J. E NOIRA, Pierre. História: Novos Problemas. Livraria Francisco. Alves, Rio de Janeiro, 1976. p. 22.

compreensão e de imaginação do historiador, da seleção de fatos, do quadro teórico, da metodologia e problemática, do contexto mental e da consciência social do historiador.

É bom repetir que a História não está no passado, nem no fato, nem no documento. A concepção positivista, é certo, tinha a pretensão de encontrar a História; o historiador não fazia: coletava, resgatava. Agora, Marrou<sup>20</sup> põe assim o problema: "*... a História é o resultado do esforço, num sentido criador, pelo qual o historiador, o sujeito cognoscente, estabelece essa relação entre o passado que evoca e o presente que é o seu*". E Certeau<sup>21</sup> complementa: "*O historiador trabalha sobre um material para transformá-lo em História*".

O conteúdo não é de uma realidade passada; é do processo mental do historiador. Isso não significa que se esteja mudando o passado: simplesmente permite que o presente faça outra seleção do passado.

Ensina Baliñas<sup>22</sup> que "*... a gestão do personagem histórico não existe sem a digestão por parte do historiador*". Sem historiador não há História, mas qualquer outra coisa neutra, indefinida, como devir, acontecer, gênese, evolução, etc.

---

<sup>20</sup> MARROU, H. op. cit. p. 48

<sup>21</sup> CERTEAU, M. op. cit. p. 29

<sup>22</sup> BALIÑAS, C.A. El Acontecer Histórico. Rialp. Madrid, 1965. p.

Tem razão Amaral Lapa<sup>23</sup> quando afirma que "... nossos historiadores (precisam) de uma completa reciclagem que lhes permita, pelo menos, falar e entender a moderna linguagem das ciências humanas".

Enriquecendo a discussão, Penna<sup>24</sup> lembra que "... no conhecimento histórico, sujeito (historiador) e objeto estão unidos por inerência e não por justaposição; não são realidades independentes e sim se envolvem em processos dialéticos que comportam ação e reação recíprocas".

Hoje a seleção do fato é determinada pela importância que o historiador lhe atribui no desenvolvimento de sua tese.

O instrumento dessa operação é a hermenêutica. Stein<sup>25</sup> assegura que "A hermenêutica é o método da compreensão do fenômeno humano em sua obra". Ela "suporta a tensão entre o pensamento e a realidade". Em conclusão: "A hermenêutica é decisiva para o conhecimento da História. Impedirá que o homem ingenuamente se julgue imune e livre das cargas de seu passado, ou que se julgue absolutamente determinado pela tradição".

O outro aspecto do discurso é a forma.

A forma tem relação lógica com o conteúdo; dele depende e não há conteúdo informe. São tão relacionados, que é nítida a repulsa do conteúdo novo contra uma forma velha.

---

<sup>23</sup>LAPA, José R. Amaral. A História em Questão. Vozes, Petrópolis, 1976. p. 180.

<sup>24</sup>PENNA, Lincoln A. Análise do saber histórico. Ed. Rio, Rio de Janeiro, 1975. p. 21.

<sup>25</sup>STEIN, Ernildo. História e Ideologia. Monumento, Porto Alegre, 1982. p. 14.

A forma é a organização interna e a expressão do conteúdo. Todavia, há, em certos movimentos modernistas, a subordinação da idéia à forma, como ocorre com a "intelligentsia" burguesófoba, na representação teatral do papel de vítima, ou com a contra-cultura, que "... no primeiro contratempo recorre à racionalidade tecnológica que abomina: uma extravagância luxuosa tornada possível e mantida pela eficiência do que condena"<sup>26</sup> e os burgueses filósofos, tipo Humes e Merquior ficam babando e atingem o orgasmo ideológico contemplando a eficiência dos banqueiros, empreiteiros e outros tramaliquiros a cujo sereno se colocam.

A idéia é anterior à forma e esta relação tem que ser mantida. "O discurso obedece a um esquema construído de antemão nas atitudes mentais do sujeito"<sup>27</sup>. O historiador, por exemplo, necessita de uma forma para externar uma idéia; não se trata de uma devoção ao luxo, mas sim uma busca da perfeição, no sentido de dar clareza à mensagem e "rigor e precisão ao raciocínio" , diz Claret. O pensamento de um Autor cintila na construção lógica da forma, que não é somente, em grau de excelência, uma seleção de palavras e sua disposição nas frases e no texto, mas também na adoção dos conceitos e na expressão dos seus comportamentos, como pensador e pesquisador.

A forma é propriedade do pensamento; este, porém, tem suas motivações, o seu conteúdo e sua intenção. As motivações do pensamento podem ser externas, isto é, do campo vivencial do Autor, ou internas, decorrentes da natureza orgânica ou biológica. Há, ainda, motivações conscientes, formadas na consciência, impulsos de raciocínios lógicos. De qualquer forma, a motivação

<sup>26</sup> MERQUIOR, José G. As idéias e as formas. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1981. p. 25.

<sup>27</sup> CLARET, Jacques. A idéia e a forma. Zahar, Rio de Janeiro, 1980. p. 16.

é aquilo que provoca uma tensão no organismo: daí o movimento e a ação em busca do equilíbrio. O conteúdo de um pensamento são idéias, valores, conceitos, é o conjunto das reflexões do homem sobre suas experiências. A intenção é a ação, como objeto realizado, como discurso historiográfico, por exemplo.

Para cada conteúdo corresponde uma forma. A intenção de uma investigação histórica sugere, desde o início, que a pesquisa já tenha uma direção e que o conteúdo vá assumindo uma determinada forma. É clara a preocupação "braudeliana" com a forma ou estrutura do processo histórico, a partir da escolha do método estrutural ou morfológico.

Ao selecionar um objeto histórico, o historiador especifica um certo sistema, cuja evolução e modo de ação deseja explicar. E a forma dessa explicação é compatível com o preparo teórico-metodológico do historiador, por um lado, com sua perspicácia e capacidade de leitura, por outro lado, e com sua capacidade e intenção na comunicabilidade, finalmente.

Assim, quando nos referimos à forma, podemos estar preocupados ora com a forma de abordar, ora com a de interpretar, ora com a forma de expôr; são três momentos da forma visíveis no discurso historiográfico.

Ficou dito, que o historiador parte de uma formalização do passado, método que se constitui de uma forma lógica de apreender o real e interpretá-lo. O discurso é fluente, de fácil entendimento, na medida em que a interpretação exhibe coerência com a formalização.

Descobrir sistemas, estruturas, formas, como objetos históricos: eis um dos primeiros gestos do historiador.

Por outro lado, Rüdiger<sup>28</sup> acusa a historiografia burguesa de criar a idéia de continuidade, onde o presente é uma perpetuação do passado; modalidade ou forma histórica estruturada numa ideologia nostálgica.

A forma, na interpretação, foi objeto de estudo de Nilo Odália<sup>29</sup>: examinando a historiografia brasileira, menciona a existência das formas centrífuga e centrípeta, correspondendo aos conteúdos filolusitanos e nacionalistas, respectivamente. Há formas que correspondem à adoção de conceitos europeus, ou do capitalismo em geral, e outras que falam do esforço em descobrir ou criar um estilo de pensar o fato brasileiro, visto como singularidade ou especificidade nossa.

Forma de interpretar: examinem-se os currículos e programas dos Cursos de História e se descobrirá uma interpretação centrada num Tordesilhas ideológico. A forma está velha para o conteúdo novo de uma nova geração.

Para interpretar, o historiador opera um processo mental determinado por suas convicções pessoais, formação científica, filosófica, ideológica, etc. Mesmo assim, pode se agrupar, em virtude da existência de afinidades, de pontos comuns, com outros de seus pares.

Em face disso, pode ser citada uma interpretação de terminista, que considera a História como produto da ação do meio geográfico e do clima sobre as sociedades; a interpretação ou forma providencialista, com uma causa eficiente conduzindo

---

<sup>28</sup> RUDIGER, Francisco R. A História, o poder e os epígonos da atividade sintética do sujeito.

<sup>29</sup> ODÁLIA, Nilo. Formas do pensamento historiográfico brasileiro.

os destinos humanos; a forma de interpretação racial, valorizando a psique do povo e as virtudes individualizadoras das raças; a forma decorrente de uma interpretação centrada nos heróis, nas grandes individualidades, tão diferentes daquela outra forma que privilegia as ações conjuntas das multidões; a interpretação materialista da História, com seu quadro econômico e de luta de classes.

Braudel, Berr, Fêbvre, Bloch, toda a "Escola dos Anais", todo o grupo da História Nova, que nos parece liderado por Jacques Le Goff, porque se aproximaram mais das outras ciências sociais e porque valorizaram o quadro referencial teórico, são inovadores de formas. Repetindo Fêbvre, "o historiador não sabe, procura, e cada um à sua maneira".

A forma emerge na exposição, no discurso.

É Certeau<sup>30</sup> quem se surpreende que "... os historiadores ... não consideravam a escrita como um problema interno da disciplina. Ora, a escrita é o próprio produto". Prossegue: "... História, arte de tratar os restos, é também uma arte da encenação, e as duas estão estreitamente ligadas". O mesmo autor<sup>31</sup> diz de forma definitiva: "Hã quatro séculos, no Ocidente, me parece que fazer História remete à escrita". E Nora<sup>32</sup> : "... já não hã, como outrora, um campo tradicional da História, mas tipos de História". É o caso de Foucault, para quem o discurso histórico é um modo de inteligibilidade crítica do real.

---

<sup>30</sup> CERTEAU, Michel. In: LE GOFF e Outros. A Nova História. Edições 70, Lisboa, 1978. p. 24.

<sup>31</sup> CERTEAU, M. op. cit. p. 17.

<sup>32</sup> NORA, Pierre. In: LE GOFF e Outros. A História Nova. Edições

Insistimos com Lefort<sup>33</sup>: "não deixamos de nos interrogar sobre as formas da História; sobre a distinção de uma história regida por um princípio de conservação ou de repetição e de uma história que por princípio abre lugar para o novo". E mais "... sobre a distinção de uma história indefinida à qual pode ser referido todo encadeamento de acontecimentos ou toda transformação das estruturas sociais e de uma história de algum modo inscrita no tecido das relações sociais". Finalmente: "... sobre a distinção de uma história visível, aquela que faz ler a mudança, sob todas as suas formas, e de uma história invisível que, em tal ou tal sociedade dada, subtende o ordenamento das instituições e constitui a dimensão temporal da vida social".

Enquanto Certeau<sup>34</sup> afirma que o discurso historiográfico utiliza "... a narratividade, que enterra os mortos, como meio de estabelecer um lugar para os vivos", Lefort<sup>35</sup> considera que, o nascimento de tal discurso, "... mantém relação com o nascimento de um discurso ideológico - feito para conjurar a ameaça do novo".

Na verdade, uma mentalidade conservadora conduz a um discurso conservador, que esconde descontinuidades e rupturas, que evolui ao ponto máximo da reforma e da conciliação, somente.

Thompson<sup>36</sup> negando à História um discurso de demonstração próprio, preconiza como solução a forma lógica da

---

<sup>33</sup> LEFORT, Claude. As formas da História. Brasiliense, São Paulo, 1979. p. 16.

<sup>34</sup> CERTEAU, M. op. cit., p. 107.

<sup>35</sup> LEFORT, C. op. cit. p. 20.

<sup>36</sup> THOMPSON, E.P. A Miséria da Teoria. Zahar, RJ., 1981. ps. 47

História. Diz que "O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese; o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas". Assim, quando uma tese (conceito, formalização do passado) é submetida ao confronto com sua antítese (realidade objetiva), ocorre uma síntese (conhecimento histórico), no processo chamado de dialética do conhecimento histórico.

Besson<sup>37</sup>, citando Droysen, classifica as formas de exposição em: investigadora, própria para objetos confusos, procedendo-se de maneira a parecer que se procura ou que se descobre; narrativa, quando organiza o texto colocando os resultados da investigação cronologicamente; é narrativa pragmática quando mostra o fenômeno final como resultado necessário de uma convergência de fatores; é narrativa monográfica quando mostra uma realidade plasmando seu próprio destino; é narrativa biográfica quando se preocupa com êxitos e fracassos pessoais; é narrativa catastrófica quando mostra o conflito de múltiplos poderes, interesses, orientações, prevalecendo a hegemonia do pensamento mais alto, que se defende, domina e concilia; forma didática quando serve ao interesse de "utilizar todo o passado para esclarecer o presente e obter dele compreensão mais profunda"; polêmica, quando a exposição "orienta todos os resultados da investigação, fazendo-os convergir, como luzes num espelho côncavo, para determinado ponto

---

<sup>37</sup> BESSON, Waldemar. História. Meridiano, Lisboa, 1965. p. 122.

da atualidade que lhe interessa iluminar, para o problema que pretende resolver, para a premissa partindo da qual se propõe chegar a uma conclusão, para o novo aspecto que pretende interpretar".

Considerando, ainda, outros ângulos da questão, há outras formas de exposição.

Uma delas é a utilizada por Dea Fenelon<sup>38</sup> e outros Autores, consistindo numa simples reprodução de fontes, selecionadas e ordenadas numa sequência lógica, mas sem análise crítica.

O texto contínuo, não como fonte, mas como discurso historiográfico, é a forma clássica de exposição.

Os anais, ainda hoje utilizados em muitas instituições, são uma forma de exposição prática, obediente ao critério cronológico.

Tão prática quanto os Anais, porém obedecendo um critério de ordenação alfabética, é a forma de exposição enciclopédica, como a obra de Besson, citada.

Para os fatos numéricos são conhecidas as exposições em forma de tabelas estatísticas ou de gráficos.

As árvores genealógicas outras coisas não são senão a forma da exposição das relações de parentesco.

Finalmente, os fenômenos geográficos relacionados com a História são expostos nas formas ideais dos mapas e dos atlas, como ocorreu na historiografia catarinense, com o trabalho de Piazza<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> FENELON, Déa R. 50 textos de História do Brasil. Hucitec, São Paulo, 1974.

<sup>39</sup> PIAZZA, Walter F. Atlas Histórico do Estado de Santa Catarina, Secretaria da Educação e Cultura, Florianópolis, 1970.

## CAPÍTULO II

### O HISTORIADOR E A IDEOLOGIA

No capítulo anterior, algumas vezes, questionamos a neutralidade do historiador, concordando até tratar-se de uma postura ideológica.

O historiador sempre, embora negando quase sempre, fez discurso interpretativo e, conseqüentemente, subjetivo, relativo, comprometido; tanto isso é verdade, que mesmo nos tempos em que mais se apregou a mais absoluta neutralidade possível, com Rancke, por exemplo, não se respeitou uma pretendida sacralidade dos fatos, nem se fez a História "com cola e te<sup>s</sup>oura", ironicamente citada por Collingwood<sup>1</sup>.

Pierre Nora<sup>2</sup> diz com autoridade: "... *esses historiadores, que não queriam ser de nenhum tempo, nem de nenhum país e pretendiam fazer uma história erudita e crítica, fizeram, na realidade, uma História muito profundamente marcada pelo nascimento dos Estados-nações*".

Na atualidade, o reconhecimento do comprometimento - confere ao historiador uma influência decisiva sobre a História, isto é, admite-se seu trabalho como uma decisão, como conseqüência de uma verdade.

A História é uma construção, onde se empregam "o mé

---

<sup>1</sup> COLLINGWOOD, R.G. A Idéia de História. Presença, Lisboa.

<sup>2</sup> NORA, Pierre. In: LE GOFF e Outros. A Nova História. Edições 70, Lisboa, 1978. p. 62.

*todo histórico*" para a descoberta e a crítica, e as teorias para a viabilidade da compreensão, isto é, teorias oferecidas pelo presente para a compreensão do passado. Afinal, "*O historiador parte do presente...*"<sup>3</sup> e "*Toda História será comprometida, nunca neutra*"<sup>4</sup>.

Evocamos José H. Rodrigues<sup>5</sup>: "*Mesmo porque os que fugiam à reflexão teórica não deixavam de marcar subjetivamente seu trabalho*". E mais adiante arremata: "*A viabilidade das opiniões interpretativas e a firmeza do texto, eis os dois polos do trabalho histórico*". E Trevor-Roper complementa: "*Até mesmo os historiadores mais objetivos ... são prisioneiros ... de uma filosofia que está condicionada pela experiência objetiva*"<sup>6</sup>. Ainda Veyne nos socorre: "*Todo historiador é implicitamente um filósofo, já que decide o que reterá como antropologicamente interessante*"<sup>7</sup>.

O conhecimento histórico busca a determinação de possibilidades retrospectivas; isso significa renúncia ao esquema causal, e eleição do condicional e do possibilismo.

Não sendo possível a História objetiva, nem a História inocente, o discurso historiográfico outra coisa não é se não uma resposta a uma problemática, com a inevitável interferência de pressupostos ideológicos, onde "... vale insistir no

---

<sup>3</sup> LEFEBVRE, Henri. O fim da História. Dom Quixote, Lisboa, 1971, p. 129.

<sup>4</sup> PENNA, L.A. op. cit., p. 22.

<sup>5</sup> RODRIGUES, J.H. Teoria da História do Brasil. op. cit., p. 421 e segs.

<sup>6</sup> TREVOR-ROPER, H. op. cit.

<sup>7</sup> VEYNE, Paul. O inventário das diferenças. Brasiliense, São Paulo, 1983. p.7.

fato de que a visão clássica da História sempre foi pervertida, mas ninguém ligava, ou não se dava conta disso"<sup>8</sup>.

Cada discurso historiográfico é um modo de inteligibilidade do passado, dependente de um sistema de referência. Insinuante nesse sistema referencial encontra-se a ideologia.

Montenegro<sup>9</sup> é bem explícito: "... a neutralidade científica do historiógrafo, ou um pretenso distanciamento da política que procure, compõe também uma postura ideológica e conservadora, servindo, nos quadros da história factual, aos interesses daquela estrutura de dominação..."

Aliás, Lapa<sup>10</sup> recomenda que "Um programa atraente de trabalho seria o inventário do seu (do historiador) comportamento intelectual ou mesmo o reconhecimento da ideologia do desenvolvimento ao longo da História do Brasil". O engajamento na problemática do desenvolvimento seria visto em dois enfoques e em dois momentos: na análise dos momentos históricos selecionados e na contribuição específica do historiador (na História e na Historiografia).

Wilson Martins<sup>11</sup> realizou, neste sentido, uma bela contribuição, da qual, para ilustrar, extraímos algumas passagens:

---

<sup>8</sup> FERRO, Marc. A Nova História pretende evitar que as ideologias se apoderem da História. Caderno de Cultura, Jornal Estado de São Paulo, 11/07/82.

<sup>9</sup> MONTENEGRO, João A.S. História e desenvolvimento. Ed. UFC, Fortaleza, 1980. p. 206.

<sup>10</sup> LAPA, José R.A. op. cit., p. 172.

<sup>11</sup> MARTINS, Wilson. História da Inteligência Brasileira. Ed. USP, Paulo, 1976, vol. I, p. 13 e segs.

"A cultura intelectual jesuítica era fundamentalmente medievalista e representava uma tentativa de prolongação do passado, mais do que um esforço de integração simpática no presente e de antecipação favorável do futuro".

"Em todas as Faculdades Universitárias (em Portugal) foi lei a obrigatoriedade dos textos e daí a escravização do mestre ao já sabido e a impossibilidade de progresso científico".

"... o século XVIII português ofereceu-nos o espetáculo de uma cultura frustrada, vazia de experiência e de intelecto".

"A ilustração no Brasil preconizou tudo o que o Iluminismo prometia, porém o seu espírito era, não revolucionário, anti-histórico e irreligioso, como o francês, mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista. E o Brasil, frustrado, caiu na monarquia, intelectual e socialmente anacrônica".

Ainda Lapa<sup>12</sup> enfatiza, em sua proposta de definição de Historiografia, seu cuidado com a formação "de uma memória, uma consciência e uma prática ideológica por parte dos agentes que reproduzem, promovem a circulação, assimilam e interagem..." no conhecimento histórico (o grifo é nosso).

A ideologia não é, em si, um mal a ser extirpado, nem um bem a ser idolatrado; simplesmente não há como ignorá-la.

---

<sup>12</sup>LAPA, J.R.A. op. cit. p. 15.

A fusão das consciências individuais, num campo de comunicação múltiplo - tão próprio das massas e das multidões - , produz uma consciência social, que, por ser circunstancial e ter existência histórica, é própria de cada época, é o espírito da época.

Em outras palavras, o espírito da época, na transparência da consciência social, é o conjunto de aspirações, desejos e reivindicações de uma determinada época.

Quando um determinado grupo social, de dentro do espírito da época, estabelece um seu próprio conceito de vida, num conjunto de idéias, "... capaz de impregnar a consciência social e de transformar em força"<sup>13</sup>, nasce uma ideologia.

É um sistema de conceitos subordinado e embasado no sistema maior de uma cultura determinada. Uma cultura pertence a um grande grupo, que se subdivide em grupos menores, com suas respectivas ideologias.

Bunge afirma que "... é possível a formulação de ideologias científicas" (pois considera que mesmo sendo um conjunto de idéias coerentes, nem sempre são verdadeiras), isto é, ciência social aplicada a serviço da maioria". Não havendo pesquisa, nem avaliação de resultados, que não sofra a influência de padrões conceituais próprios de uma ideologia, Bunge<sup>14</sup> propõe que se controle a ideologia, cientificizando-a para que ela não ideologize a ciência.

---

<sup>13</sup> BASBAUM, L. op. cit., p. 197.

<sup>14</sup> BUNGE, Mário. Ciência e Desenvolvimento. Itatiaia, São Paulo, 1980. p. 83.

Morel<sup>15</sup>, por exemplo, brada um alerta contra "... a ideologia tecnocrática (que supõe) que nenhuma outra forma de sociedade é capaz de suplantar a tecnocracia na racionalidade de julgamento e na eficiência com que alcança os seus objetivos".

O conceito de "visão de mundo", em Stein<sup>16</sup>, nos parece fundamental. Se a ideologia vai adaptando-se a novos níveis de consciência, a novas realidades históricas, é porque, em primeiro estágio, ela é uma visão de mundo, "... um tratamento metódico, ordenado, do olhar que contempla o mundo, de uma estrutura própria, de seus pressupostos e padrões críticos, de seus conteúdos e suas relações com outros conhecimentos". O segundo estágio, o da ação, é o da ideologia em sua plenitude.

Nilo Odália<sup>17</sup> também se vale de um conceito de visão de mundo para analisar a obra de Varnhagen. Tendo a oportunidade de assistir ao nascimento do Brasil como nação, aquele historiador do século XIX teve uma visão política do mundo, confiando-se na ideologia de classe social dirigente, como instrumento de ação no presente. Em face disso, a obra de Varnhagen é, para Odália, uma defesa da miscigenação forçada, apologia do centralismo e do autoritarismo.

Hoornaert<sup>18</sup> diz mais: para Varnhagen nossa História co

---

<sup>15</sup>MOREL, Regina L.M. A Pesquisa Científica e seus Condicionamentos Sociais. Achiamê, Rio de Janeiro, 1979. p. 33.

<sup>16</sup>STEIN, E. op. cit., p. 34 e segs.

<sup>17</sup>ODÁLIA, Nilo. Varnhagen. Ática, São Paulo, 1979.

<sup>18</sup>HOORNAERT, Eduardo. Formação do Catolicismo Brasileiro. Vozes, Petrópolis, 1978.

meça na Europa e dela depende; para Capistrano (em outra visão de mundo) começa no povo brasileiro, em sua individualidade, em sua esperança, defendendo, com o evolucionismo, com a interdependência orgânica dos fenômenos, o primado da teoria no discurso historiográfico.

Para os grupos sociais e seus tempos diversos correspondem mentalidades distintas e nos alinhamos com Lucien Febvre, quando afirma que o objeto do historiador é a época.

Num conceito antropológico de "padrões culturais" vê-se a referência à organizações atualizadas de réplicas coletivas ao desafio do meio. Uma cultura, ou parcelas (ideologias) dela, não é nem fundamental nem necessariamente um instrumento de dominação.

Chauí refere-se à ideologia como "... o ocultamento da realidade social". Num trabalho muito <sup>(?)</sup> politizado, até burguesôfo <sup>?!?!?</sup> existe trabalho não politizado, ou pouca politizado? bo, subordina a ideologia à alienação. Em determinado ponto<sup>19</sup>, a Autora esclarece bem o seu conceito, ao afirmar que "... falar em ideologia dos dominados é um contra-senso, visto que a ideologia é um instrumento de dominação".

Harnecker<sup>20</sup>, para quem a sociedade se estrutura nos níveis econômico, jurídico-político e ideológico, considera esse último nível como "uma realidade objetiva indispensável à existência de toda a sociedade, inclusive da sociedade comunista". Mais adiante assegura a existência de tendências ideológicas de

<sup>19</sup> CHAUI, Marilena. O Que é Ideologia. Brasiliense, São Paulo, 1981, p. 115.

<sup>20</sup> HARNECKER, Marta. Os Conceitos Elementais do Materialismo Histórico. p. 100 e segs.

dominantes e de dominados e afirma de forma categórica: "... a deformação ideológica da realidade não se explica por uma espécie de má consciência ou vontade de enganar das classes dominantes, mas se deve fundamentalmente à necessária opacidade das realidades sociais que são estruturas complexas, que só podem chegar a ser conhecidas mediante uma análise científica dessas estruturas".

Outro Autor que aborda a questão com clareza é Pereira: "... padecendo ou criando o processo de interferências ideológicas - como dominante ou como dominado - ninguém escapa dessa esfera de influências. Nosso mal é pensar que as ideologias são sempre e necessariamente perversas" (o grifo é nosso).

Ideologia é, por um lado, um instrumento de leitura , de hermenêutica, e, por outro, um instrumento de ação. Se inicialmente ela sintetiza um momento histórico, em fase posterior tende a concretizar, direta e imediatamente, um projeto próprio do grupo, para fazer face àquele momento histórico. E um comportamento absolutista de uma ideologia é apenas uma manifestação pura de uma consciência histórica mal formada.

Há quem considera a ideologia como o pensamento guia para a praxis. Para Montenegro<sup>22</sup>, por exemplo: "... é a ideologia, que preenche o vazio dos sistemas filosóficos distanciados da realidade concreta... é o produto do pensamento sobre a qualidade concreta da vida do homem no mundo, dentro do contexto de sua mais ampla experiência histórica e humana".

---

<sup>21</sup>PEREIRA, Otaviano. O Que é Teoria. Brasiliense, São Paulo , 1982. p. 84.

<sup>22</sup>MONTENEGRO, J.A.S. op. cit. p. 212.

Convém, ainda, examinar, nesta linha de pensamento, o que ensina Rodrigues<sup>23</sup>: "A ideologia é um sistema de idéias que existe na consciência social (o grifo é nosso) do indivíduo, uma concepção do mundo". Assevera que "... sem essa consciência de si mesmo e do mundo ninguém vive". E conclui: "Só é possível lutar contra uma ideologia com outra ideologia, o que se consegue lógica e empiricamente no-mundo do pluralismo ideológico".

De maneira bem mais performativa, o mesmo Autor, em outra obra<sup>24</sup>, questiona os malefícios da ideologia da conciliação<sup>25</sup>, devido a qual nenhuma revolução jamais venceu no Brasil. Assegura que ainda se constata a "... permanência de um pensamento histórico especialmente antiquário e revisionista, factual e não ideológico... A História é só a voz do passado e o museu das antiguidades".

O historiador é um intelectual e "A tentação inelutável do intelectual é condenar o mundo real", diz Roberto Campos, apresentando obra de Aron<sup>26</sup>, para quem "Só a ideologia ... se propõe a cobrir esse hiato entre o real e o ideal".

<sup>23</sup> RODRIGUES, José H. Filosofia e História. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1981. p. 120 e segs.

<sup>24</sup> RODRIGUES, José H. História Combatente. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1981. p. 108 e segs.

<sup>25</sup> É importante também o trabalho de MERCADANTE, Paulo. In: A Consciência Conservadora no Brasil. Civ. Brasileira, Rio de Janeiro, 1972.

<sup>26</sup> ARON, Raymond. O Ópio dos Intelectuais. Ed. Univ. Brasília, Brasília, 1980. p. 18.

Enquanto se afirma que o historiador faz uma intelec  
ção do passado, Iglésias<sup>27</sup> privilegia na ideologia "... a elabo  
ração de idéias para justificar determinada situação social" ,  
sem, é claro ignorar o aspecto estímulo de um movimento.

E se todos estes argumentos fossem considerados fali  
dos, restaria, ainda, a obra de Mota<sup>28</sup> para garantir a influên  
cia importante, comprometedora, da ideologia sobre a História ,  
a Historiografia e o historiador.

---

<sup>27</sup> IGLÉSIAS, Francisco. História e Ideologia. Perspectiva, São  
Paulo, 1971. p. 91.

<sup>28</sup> MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira. Áti  
ca, São Paulo, 1980.

## CAPÍTULO III

### HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA EM SANTA CATARINA

A História do "fazer História" em Santa Catarina exige do pesquisador, inicialmente, a elaboração de alguns conceitos e de quadros sinóticos da evolução lítero-científica, na intenção de se encontrar um estilo de pensar o fato catarinense, uma singularidade identificadora, um sentido historiográfico.

Meireinho<sup>1</sup> afirma que *"Uma retrospectiva revela que nos primeiros 330 anos de Santa Catarina só subsiste a Historiografia. Ela parte dos documentos deixados pelos viajantes e vai até o aparecimento da imprensa na Província"*, em 1831.

Piazza<sup>2</sup> não pensa assim. Ao tomar por empréstimo o conceito de Historiografia de Amaral Lapa<sup>3</sup> e ao admitir Miranda Ribeiro como *"o primeiro autor de uma História catarinense"*<sup>4</sup>, percebe-se que ele desloca, para data bem mais próxima, o início da Historiografia catarinense.

E tanto isso é verdade que, conceituando História Regional como dependente de um conceito original de região, de uma integração com o todo, com o contexto nacional, e como

---

<sup>1</sup> MEIRINHO, Jali. Bibliografia Catarinense sobre Ciências Sociais e Humanas. A Gazeta, 25/07/1971.

<sup>2</sup> PIAZZA, Walter F. História e Historiografia Regional.

<sup>3</sup> LAPA, J.R.A. op. cit.

<sup>4</sup> PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: sua História. UFSC/Lunardelli, Florianópolis, 1983. p. 19.

guardiã do alargamento da perspectiva histórica, o mesmo Piazza<sup>5</sup> subordinou a História Regional à existência, organização, funcionamento e acessibilidade de arquivos, bem como ao conhecimento e exercício das técnicas de transcrição e leitura de documentos.

Ora, com exceção do Arquivo da Câmara Municipal do Desterro, cujo acervo, organização e disponibilidade recuam ao século XVIII, os demais arquivos de Santa Catarina, conforme trabalho apresentado em Franca<sup>6</sup>, são relativamente recentes. Não consideramos aqui a documentação existente extra-fronteiras, por razões óbvias.

Por outro lado, a lentidão das mudanças, a não percepção do outro, do passado e, conseqüentemente, do novo, "*a situação de quase penúria*", o despreparo intelectual enfim, realmente não permitiriam o florescer de uma História regional catariense senão muito mais tarde, na primeira metade do século XX, a partir de lugares como o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, a Revista Catarinense, etc, para se tornar de fato científica, após a influência da Universidade, como diz Piazza, em artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina<sup>7</sup>.

Historiografia, isto é, o estudo do processo de elaboração do conhecimento histórico, feito sobre a História escrita e sobre os respectivos historiadores, analisando seus métodos e técnicas, seu lugar social, sua ideologia, bem como o estudo

---

<sup>5</sup>PIAZZA, Walter F. História e Historiografia Regional.

<sup>6</sup>PIAZZA, Walter F. Fontes para a História de Santa Catarina.  
(Separata).

<sup>7</sup>R.I.H.G.S.C. Nº 3, da 3ª fase, 1981, p. 57 e segs.

do processo de transmissão e consumo desse conhecimento histórico, na realidade ninguém ainda fez.

A produção histórica, quantitativa e qualitativamente considerada, somente agora torna possível um estudo de Historiografia. A relação entre as diversas obras de História catarinense, o enriquecimento, por superação, por pluralismo interpretativo, a importância dada à prática e ao discurso, etc, é trabalho que começa a ser realizado.

História é uma manifestação cultural. Se ela, como realidade objetiva, "... se concretiza nas instituições, cujo conjunto constitui a cultura", como diz Stein<sup>8</sup>, como discurso historiográfico depende, qualitativamente, do nível cultural da sociedade a que se destina. Isso decorre do fato de que o trabalho historiador se move sobre os eixos epistemológico (problemas da disciplina) e da prática social (valorização e utilização do conhecimento histórico, principalmente).

Assim sendo, estaria a Historiografia de Santa Catarina carente de conceitos, de novos conceitos, de uma nova problemática? Devemos retomar o pensamento de Mattos<sup>9</sup>, segundo o qual "... Santa Catarina encaminhava erradamente seu destino"? E, então, privilegiar "Nomes Que Ajudaram a Fazer Santa Catarina"<sup>10</sup>? Os períodos da nossa História coincidem com os da História do Brasil, merecendo, inclusive, os mesmos nomes, como se vê em obra de Piazza e Hübener<sup>11</sup>? Vale a pena discutir, como

<sup>8</sup>STEIN, E. op. cit. p. 39.

<sup>9</sup>MATTOS, Fernando M. A Industrialização Catarinense. UFSC, Florianópolis, 1969. p. 13.

<sup>10</sup>MEIRINHO, Jali e Jamundá, Theobaldo C. Nomes que ajudaram a fazer Santa Catarina, Edeme, Florianópolis, 1972.

<sup>11</sup>PIAZZA, Walter F. e HÜBENER, Laura. Santa Catarina História da Gente. Lunardelli, Florianópolis, 1983.

quer Nosella<sup>12</sup>, a influência do capitalismo sobre a Historiografia, quando ela adota o lucro e não o homem como objetivo central? Terá razão o escritor Sachet<sup>13</sup> de que "... um Romantismo tardio perdura até hoje"? Há esperança ou ódio na obra do historiador não pertencente à classe dirigente? Deve a historiografia engajar, como força de vanguarda, numa política de desenvolvimento, como quer Montenegro<sup>14</sup>? A Historiografia, em geral, "é conformista, privilegiada, anti-reformista, e conservadora", como acusa Fenelon<sup>15</sup>? Teríamos nós catarinenses, como encontrou Barcellos<sup>16</sup> para o Rio Grande do Sul, "motivos para a História" fundados na finalidade da colonização? Podemos construir, como fez Pinheiro Machado, no Paraná, um outro modelo para se escrever a História de Santa Catarina<sup>17</sup>?

É a criticidade do grupo social o padrão de medida e

<sup>12</sup> NOSELLA, Ma. Lourdes C.D. As Belas Mentiras. Cortez e Moraes. São Paulo, 1979. p. 15.

<sup>13</sup> SACHET, Celestino. A Literatura de Santa Catarina. Lunardelli, Florianópolis, 1979. p. 38.

<sup>14</sup> MONTENEGRO, J.A.S. op. cit.

<sup>15</sup> FENELON, Déa. op. cit. p.5.

<sup>16</sup> BARCELLOS, Rubens de. Estudos Rio-Grandensens. Globo, Porto Alegre, 1955.

<sup>17</sup> CARDOSO, Jaime. O Modelo de Explicação Histórica Proposto por Brasil Pinheiro Machado. In: Revista História: Questões e Debates. Curitiba, 1981, v. 2, n.2, p. 5 a 13.

o critério das respostas. As manifestações culturais, em suas origens, se confundem na Literatura, não conseguindo o pesquisador, num primeiro momento, desatrelar a produção da História da História Literária. E são os Autores de História da Literatura os que mais comentam a ingenuidade catarinense, colocando como divisor de águas, de maneira não explícita, a sua geração.

Rodrigues<sup>18</sup> assinala, com especial rigor, que "*O estudo da Historiografia representa ... a libertação da disciplina da história literária*". Todavia, é a partir desta História Literária que empreendemos esta tentativa de libertação da Historiografia.

A História Literária também padece do mal da precariedade dos conceitos.

Sachet buscou um conceito de espaço e homem catarinenses, mas "*O que existe é um arquipélago, bastante diferenciado ...*" e "*Com pouco (ou nenhum) suporte cultural*"<sup>19</sup>.

Melo<sup>20</sup> elegeu, como solução, justamente o critério cultural para conceituar "*homem catarinense*" - o que vive e enriquece a cultura de Santa Catarina -, mas gerou a questão sobre a existência de uma cultura catarinense, de uma identidade cultural catarinense.

---

<sup>18</sup> RODRIGUES, J.H. História da História do Brasil. op. cit. p. 15.

<sup>19</sup> SACHET, Celestino. In: SILVA, Jaldyr F. da. Fundamentos da Cultura Catarinense. Laudes. Rio de Janeiro, 1970. p. 80 e segs.

<sup>20</sup> MELO, O. Introdução à Literatura Catarinense. Movimento, Porto Alegre, 1980. p. 15.

No campo específico da História, em caráter provisório, nos valem do critério de Piazza, quando sente catarinismo na obra de Miranda Ribeiro (e a partir daí em outras obras), por ter aquele Autor demonstrado sensibilidade pelos problemas, por ter interpretado os anseios de provincianos e por ter a vontade de deflagrar um processo gerador de futuro, através das medidas que sugeriu.

História catarinense seria aquela que, a partir deste lugar social (Santa Catarina), defendesse os pontos de vista de Santa Catarina e, em consequência, seus projetos coletivos, sua esperança, seus interesses, sua versão, sua verdade relativa.

Se Santa Catarina, em algum momento configurou-se como "um" lugar social, com pontos de vista definidos, desenvolvendo um projeto geral dos catarinenses, é outro problema. Daí a provisoriedade de nossa adesão à primazia concedida a Miranda Ribeiro.

A formalização que fizemos do passado da produção histórica catarinense enquadra nossos historiadores, suas obras e seus leitores numa reduzida elite funcionária, "provinciana", alienada e alienante, sem muita consciência social.

Compete-nos agora encontrar desvios em relação a essa formalização. Antes, entretanto, esboçamos (provisoriamente) uma periodização da evolução litero-científica de Santa Catarina, com apoio nas obras de Sachet<sup>21</sup> e de Melo<sup>22</sup>, principalmente. A busca dos desvios será, justamente, o assunto da II Parte deste trabalho.

<sup>21</sup>SACHET, C. A Literatura de Santa Catarina. op. cit.

..... Antologia de autores catarinenses. Laudes. Rio de Janeiro.

..... In: SILVA, Jaldyr F. da. Fundamentos da Cultura Catarinense. op. cit.

<sup>22</sup>MELLO, O. F. op. cit.

São 5 os períodos:

I. Da descoberta ao início do século XIX.

É o longo período da literatura de reportagem, dos Relatórios, quase sempre feitos por dever de ofício a-histórico. Esses Relatórios diziam de uma população miserável e sem um processo público de educação.

Foi um período paupérrimo, "*sem condições para o florescimento das coisas do espírito*", diz Sachet.

No século XVIII, afirma Bosi<sup>23</sup>, "*A Arcádia é a versão literária do Iluminismo vitorioso*". Era a busca da verdade, do burguês lutando contra a nobreza de sangue e o movimento social pendendo ora para a corrente elitista de Voltaire, ora para as concessões populares de Rousseau. São defendidos os princípios de classe e de propriedade.

Deflagravam-se nesse século XVIII os movimentos nativistas: Rocha Pita, na Bahia, escrevia a História da América Portuguesa, o Brigadeiro Silva Paes frequentava a Academia dos Felizes, no Rio de Janeiro, Basílio da Gama, se pronunciava e tomava partido em favor de Pombal, na questão com os Jesuítas.

E aqui? Em meio a tanta alienação e insensibilidade mereceram destaque, hoje, a Corografia (descrição de uma região) de Santa Catarina (1797), escrita pelo Governador da Capitania, João Alberto de Miranda Ribeiro, e a Memória Política Sobre a Capitania de Santa Catarina, de 1816, escrita por Paulo José Miguel de Brito, Ajudante-de-Ordens do Governador.

---

<sup>23</sup> BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira. Cultrix, São Paulo, 1982, p. 61.

## II. Da Independência à Idéia Nova.

O período assiste ao confronto de três grandes motivações - a independência, a imprensa e a imigração - que, infelizmente, não obtiveram propostas vigorosas, do povo, em geral, e das elites, em particular. Inversamente, surgiram instituições culturais antes que a sociedade delas sentisse necessidade ou delas soubesse usufruir e crescer..

Melo diz que "... a mentalidade geral do povo pouco evoluíra". E que "*Jerônimo Coelho, quis a renovação da mentalidade política, mas Marcelino Dutra e o Arcipestre Paiva puxavam para baixo, para a mentalidade estreita e pequenez de espírito*"<sup>24</sup>. Como literatura acrescenta-o anacronismo, como filosofia a Escolástica.

O governo criou a Escola de Aprendizes Marinheiros, o Liceu Provincial foi amparado, fundou a Biblioteca Pública, o Teatro Santa Izabel, etc. Entretanto, apesar disso tudo, aqui, brigava-se, diz Sachet<sup>25</sup>: "*Por causa de tudo. Por causa de nada*". Produzíamos fofocas e intrigas mesquinhas.

No contexto nacional, a liberdade era a idéia-força e a formação da nação o grande objetivo. Para isso eram estudados o liberalismo, o romantismo, o positivismo, o evolucionismo, descentralização, república, democracia; mas aqui Francisco da Paulicéia atestava o baixo nível da consciência histórica, do pensamento histórico catarinense, com seus versos dedicados a

---

<sup>24</sup> MELO, O.F. op. cit.

<sup>25</sup> SACHET, C. Antologia de Autores Catarinenses. op. cit. p. 10.

Almeida Coelho:

*"Honra ao nobre varão que vinga a História ,  
Do pó do esquecimento arranca os fatos,  
De ilustres nomes nos recorda a glória".*

Já estava em plena atividade o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, já estavam publicadas a *"História Geral do Brasil"*, de Varnhagen, *Espumas Flutuantes*, de Castro Alves , valorizava-se o regionalismo de Guimarães *"(A Escrava Isaura)"*, de Taunay *"(Inocência)"*, de Caminha *"(O Bom Crioulo)"*; aqui , em Santa Catarina, todavia, diz Sachet<sup>26</sup>, havia um romantismo ingênuo, sem conseqüências sócio-políticas, *"puro lirismo: a mulher, o amor, a criança, o mar..."*

No quadro cultural deste período ganharam importância a *"Notícia Geral da Província de Santa Catarina"*, de Joaquim Gomes d'Oliveira e Paiva, Arcipestre, a *"Memória Histórica da Província de Santa Catarina"*, de Manoel Joaquim de Almeida Coelho, *"de uma família de gloriosas tradições militares"*, e as *"Cartas Acerca da Província de Santa Catarina"*, de José Gonçalves dos Santos Silva, comerciante e industrial.

### III. Da Idéia Nova à Geração Acadêmica

Chama-se de *"Idéia Nova"* a tentativa de mudança cultural realizada pelo Presidente da Província, Francisco L. Gama Rosa, em 1883.

Homem de bom nível intelectual, não encontrando aqui *"com quem conversar para aprender, procurou a quem ensinar"*<sup>27</sup>.

<sup>26</sup> SACHET, C. Antologia dos Autores Catarinenses. op. cit. p. 11

<sup>27</sup> MELO, O.F. op. cit. p. 67.

Através dele, Desterro tomou conhecimento dos movimentos filosóficos e científicos da Europa e, aos poucos, formou-se um grupo que, do contato ligeiro com algumas idéias de Darwin, Zola, Comte, Spencer, Proudhon, Eça de Queirós, etc, se propôs a minimizar a mediocridade encastelada nos conservadores locais. Cruz e Souza, Santos Lostada e Virgílio Várzea eram os mais entusiasmados.

Sachet<sup>28</sup>, entretanto, não descobre Santa Catarina na temática de Cruz e Souza, afirmando inclusive que sua literatura não é catarinense, diferentemente de Araújo Figueiredo, ena morado de nossas praias e ocasos.

Fora do grupo, mas também com espírito renovador, aparecia o Conselheiro Mafra, jurista, jornalista, político e historiador, importante pela "*Exposição Histórico-Jurídica Por Parte de Santa Catarina Sobre as Questões de Limites*".

Surgiram o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e sua respectiva revista, o jornal "*O Estado*", a "*Revista Catarinense*", mas o período estava com suas forças esgotadas.

A "*Idéia Nova*" foi uma nuvem passageira. Logo após a saída de Gama Rosa do governo, o movimento renovador foi cedido do lugar ao conservadorismo romântico, que reconquistou a direção intelectual, mormente após o governo de Moreira Cesar.

---

<sup>28</sup> SACHET, C. Antologia de Autores Catarinenses. op. cit. p. 12.

Sachet afirma que "A virada do século é de um completo nada literário"<sup>29</sup> e Melo ratifica dizendo: "As duas primeiras décadas do século XX passaram melancolicamente em branco" na vida intelectual do Estado.

No resto do Brasil vencia o ideário de Rui Barbosa : democracia jurídica, liberdade de pensamento e de expressão , direito de propriedade, respeito à ordem, ao Direito Romano, à política inglesa. E havia o regionalismo de Monteiro Lobato e o pensamento de Bilac e Graça Aranha.

Aqui as felizes exceções dos irmãos Boiteux . Lucas já em 1912 escreveu "*Notas para a História Catarinense*" e José teve seu nome ligado a todas instituições culturais importantes, criadas no final do período.

#### IV. Da Geração Acadêmica ao Grupo Sul

O mesmo José Boiteux, responsável pela criação da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina , foi também, em 1917, o fundador do Instituto Politécnico e da Sociedade Catarinense de Letras, mais tarde transformada em Academia Catarinense de Letras.

A idéia de fundação de uma Sociedade Catarinense de Letras foi lançada, em 1912, por Othon Gama D'Eça, através do jornal literário "*O Argo*", recém-criado por Altino Flores e José d'Acampora.

---

<sup>29</sup>SACHET, C. Antologia dos Autores Catarinenses. op. cit. p.

Apesar de Altino Flores afirmar que "*há aqui oito ou dez legítimos homens de letras...*"<sup>30</sup>, Sachet deu ao momento histórico o qualificativo de "*leve despertar*".

Mais severo é Melo<sup>31</sup> ao concluir que a Academia nem chegou a dar resposta catarinense ao movimento modernista de 1922.

Para agravar a situação cultural, os membros do Instituto Histórico preferiram acomodar-se na apática Academia.

A produção, em geral, não pertencia a um processo social ou a um programa institucional; dependia de estímulos pessoais, como os de Hercílio Luz e de José Boiteux. Por isso cessara a publicação da Revista do Instituto Histórico, que só voltou, numa segunda fase, nos anos de 1943 e 1944; por isso, Othon Gama d'Eça, em "*Homens e Algas*", se preocupou com um problema que os historiadores ignoraram: "*Nesses cenários, aparentemente líricos, desenvolve-se uma luta feroz de fracos heróis pobres*".

Se os novos, como Altino Flores, D'Acampora, Othon Gama D'Eça, Vidal Ramos, Henrique Fontes, etc, conforme Sachet, "*... vão trocando os ensaios históricos por vôos mais livres e mais descompromissados*" (o grifo é nosso), as instituições, de imediato, como reflexo, se ressentiram, pois que suas propostas passaram a ser coligir, recolher, organizar, em vez de criar e transformar.

Muita gente, entretanto, perseverou na faina histórica, como Carlos da Costa Pereira, Vitor A. Peluso Jr., Vidal Ramos, que produziram a segunda fase da Revista do Instituto

<sup>30</sup> SACHET, C. A Literatura de Santa Catarina. op. cit. p. 18.

<sup>31</sup> MELO, O.F. op. cit. p. 102.

Histórico, além de outros, num grupo bem maior, que realizaram o 1º Congresso de História Catarinense, mas cuja atuação mais efetiva e mais brilhante ocorreria em período posterior.

No cenário nacional havia, então, uma problematização da realidade sócio-cultural, com os autores pré-modernistas ainda e modernistas já movendo "... as águas estagnadas da *belle époque*, revelando as tensões que sofria a vida nacional"<sup>32</sup>.

#### V. Do Grupo Sul à Atualidade

Se o critério periodificador foi o da duração dos movimentos intelectuais, neste último período não consideramos a pluralidade de submovimentos, de lideranças, de instituições, mas, sobretudo, a evolução contínua, sem retrocesso, nem estagnação.

O primeiro passo foi dado pela "*Revista Sul*", porque o "*leve despertar*" promovido pela Academia se transformara numa pesada sonolência. Com a Revista, "... *contistas, poetas e críticos de nosso Estado vão mergulhar na alma e na gente das terras de Santa Catarina*"<sup>33</sup>. A Revista queria que a cultura se tornasse "*um patrimônio do povo*" e que viesse a "... *revelar os valores novos e acompanhar as idéias do mundo atual no campo da filosofia, da ciência da cultura e, principalmente, no campo das letras e das artes*"<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup>BOSI, A. op. cit. p. 345

<sup>33</sup>SACHET, C. Antologia de Autores Catarinenses. op. cit. p. 14.

<sup>34</sup>SACHET, C. A Literatura de Santa Catarina. op. cit. p. 111.

Era 1948, o mesmo ano do 1º Congresso de História Catarinense (o do bi-centenário da colonização açoriana). Simultaneamente, ou a partir de então, as atividades culturais - ingressaram numa dinâmica extraordinária: surgiram livrarias, estações de rádio, novos jornais - excelentes veículos de cultura, - arquivos, museus, cursos, congressos e, como garantia da irreversibilidade do movimento cultural multifacetado, foi fundada a Universidade Federal de Santa Catarina, em 1962.

E o movimento não se reduziu à Capital; as cidades do interior acompanharam-na de perto. Todo o movimento cultural, inclusive o espírito universitário, se interiorizou, revelando lideranças e atingindo parcelas cada vez maiores da sociedade.

Se a arrancada de 1948 teve seus rumos diversificados, isso significa uma grandiosa riqueza de respostas, para as quais pode-se muito bem tentar uma síntese catarinense.

Assim, sendo a História, repetimos, uma manifestação cultural e devendo o historiador ser um líder intelectual, com sólida consciência social, sensível às aflições do seu momento histórico, o quadro, nos quatro primeiros períodos de nossa evolução lítero-científica, não é muito animador para um estudo de Historiografia. A produção histórica, a partir de lugares como a Desterro de então, o Palácio do Governo, o Instituto Histórico, a Academia, daquela época, refletiria não só um discurso unívoco, mas sobretudo, de diminutas dimensões sociais, a=responsável, produto da ideologia do "o que será, será".

Não se pretende desvalorizar, desclassificar, diminuir o inestimável trabalho dos historiadores daqueles períodos. Até com certeza, não se pode prescindir de suas pesqui

sas, da erudição, da memória, dos conhecimentos obtidos; eles são a base do que temos e somos.

Entretanto, uma problemática que exigisse um esforço comum, perseguida por diversas gerações, ali não se pode procurar.

São formas esteriotipadas da memória e da notícia, sem crítica intersubjetiva da qualidade da solução, da análise e da exposição.

No quinto período nasceu a Historiografia de Santa Catarina: formou-se uma comunidade científica, controladora, inovadora, incentivadora; o historiador passou a cultivar uma severa auto-crítica, tanto em relação à seriedade da pesquisa, quanto à utilização dos conceitos e adoção de valores; o período é marcado por uma sociedade de mentalidade mais aberta, consciente de uma vida em processo, dinâmica, produtora do diverso, do novo (e do outro, do passado); a História começa a registrar, interpretando, não singularidades, mas o específico, isto é, a História faz uma generalização do catarinense, do que é fruto de atos inteligentes e volitivos da gente de Santa Catarina.

Hoje já se pode examinar a fonte da qual fluiu a evolução historiográfica, isolar modelos de abordagem, discutir periodificações, explicar sem necessariamente aceitar teimosas seleções de acontecimentos, tudo sendo erodido pelo avanço científico e metodológico e pela dinâmica da consciência social.

PARTE II

O FAZER HISTÓRIA EM SANTA CATARINA

## CAPÍTULO I

### QUADRO CULTURAL INICIAL

Dissemos, anteriormente, que a Historiografia é uma expressão de determinada cultura. E as raízes da Historiografia catarinense estão plantadas no complexo cultural, nos esquemas mentais, na cosmovisão lusitana, do século XVIII.

O século XVIII português foi aquele período compreendido entre 1716 (início do reinado de D. João V) e 1820 (início da Monarquia Constitucional); do esplendor das explorações auríferas brasileiras à Europa pós-Congresso de Viena.

Para o europeu em geral, mormente para franceses e ingleses, o ingresso no século XVIII se realizou no trânsito das idéias absolutistas para as do despotismo ilustrado; em Portugal, todavia, a Ilustração chegou tardiamente, ou, quando muito, morosa e sem conseqüências culturais mais graves.

Houve, como veremos mais adiante, neste mesmo capítulo, não uma revolução no pensamento, nem, tampouco, um completo desconhecimento ou desprezo do que acontecia além fronteiras, mas sim uma lenta evolução do processo de aceitação de idéias novas. A ação de Pombal representou, não um ato de força, mas sim um consenso. O que queremos lamentar é a falta de mudanças agudas nos projetos de vida da nação e do Estado. Afinal, o fato de maior impacto sócio-cultural consistiu no ataque à Companhia de Jesus.

Na Historiografia o espírito da época recomendava a substituição da crônica (não do cargo de cronista) pelas Memó

rias, Notícias e Histórias. Há relação disso, com a criação em 1720, da Academia Real da História Portuguesa, destinada a incentivar os estudos históricos e "purificar" a narração dos sucessos. Era um momento de euforia, em virtude das minas do Brasil e da vitória em Utrecht. Agora a História poderia ser real, verossímil, na abordagem da política, da economia e da sociedade, desde que no amparo do documento, despida de fantasias. Saber História era ser culto e desse prestígio se derivou um grande número de pesquisas, houve bom desenvolvimento das disciplinas e ciências ditas auxiliares e ocorreu uma corrida aos arquivos, tanto no sentido de consultá-los - o que revela preparo metodológico -, quanto no de organizá-los - expressão do espírito "historial".

Na verdade, já no século XVII, o Governo português havia providenciado a coleta de documentos nas diversas partes dos seus domínios. Conta Lacombe<sup>1</sup> que o Governo exigiu a "apresentação da relação exata por diário dos negócios concluídos e por concluir", tanto dos vice-reis, como dos governantes e embaixadores (Decreto de 30/09/1628). Uma Carta-Régia de 31/10/1628 "mandou que todas as pessoas que abandonassem os cargos administrativos elaborassem relatórios sobre o estado em que ficavam os respectivos serviços". Já no século XVIII - Carta Régia de 20/07/1782 - ficaram os Ouvidores de Comarcas obrigados a promoverem, junto às Câmaras Municipais, "a elaboração de memórias anuais dos fatos mais dignos de História...".

A produção histórica visava a elevação da grandeza da Coroa, sem abandono da intenção purificadora: afastando fantasias, corrigindo erros, fornecendo uma nova visão de

<sup>1</sup> LACOMBE, Américo J. Introdução ao Estudo da História do Brasil. vol. 350, São Paulo, Brasiliana, 1973, p. 128.

problemas, abordando novos aspectos, ocupando-se de novos objetos, descobrindo novos documentos. Essa era a finalidade da Academia Real da História Portuguesa, que não chegou, ainda, a um trabalho de historiador, no conceito que se terá posteriormente: tratava-se, na verdade, de uma coleta de fontes aflita em busca de um método.

Os trabalhos foram produzidos com intenção memorativa, consciente de que eram, simplesmente, ação preliminar para uma História propriamente dita.

José Soares da Silva, por exemplo, escreveu Memórias para a História de Portugal (o grifo é nosso) e a Gazeta em forma de Carta (1701-1716), sobre a qual Serrão<sup>2</sup> diz o seguinte: "... emite doutrina numa forma de teorização, que é o espelho de muitas correntes mentais do tempo" e que é "fonte histórica e testemunho pessoal".

O mesmo Soares da Silva<sup>3</sup> afirma que "... a obrigação dos memoristas é maior que a dos historiadores, pois a estes basta seguir a opinião que lhes parecer mais provável e aqueles

---

<sup>2</sup>SERRÃO, Joaquim V. A Historiografia Portuguesa. Vol. III, Verbo, Lisboa, 1974. p. 292.

<sup>3</sup>SILVA, José Soares da (1672-1739), foi Mestre de Política na Academia Portuguesa do Conde de Ericeira, e, como membro da Academia Real de História Portuguesa, escreveu Memórias para a História de Portugal, que compreendem o governo d'el Rei D. João I, do ano de 1383 até o de 1433, publicadas em três volumes no ano de 1730/31 e 32. Foi autor, também de uma Gazeta em Forma de Carta, manuscrita, com notícias e flagrantes do quotidiano (Cf. Serrão, op. cit.).

*devem apontar em casos duvidosos as mais e as menos prováveis... Sendo também muito maior o trabalho de dividir as matérias e separá-las em livros e capítulos distintos... que escrevê-las sem divisão ... em forma de História..."*

Manuel Pereira da Silva Leal não compôs uma História, no entendimento de Serrão<sup>4</sup>, "apenas reuniu Memórias Históricas de conteúdo analítico". Aliás, é Silva Leal quem afirma: " Pois sendo a História escrita mais difícil a que se pode aplicar , quem deseja ser útil ao público com seus estudos, e que depende de grandes e vastas notícias, paciência e exacção; de estilo culto e polido... muito mais difícil e laborioso é o emprego de juntar, discutir, examinar, escolher e por em ordem Memórias, que há de depois servir para se escrever por elas a História..."<sup>5</sup>.

Os intelectuais militantes no Brasil demonstraram a sua insatisfação, por não terem sido convidados a associarem-se à Academia Real de História, e criaram, em 1724, em Salvador, a Academia Brasílica dos Esquecidos. Num protesto, os Esquecidos se propuseram a fazer sobre o Brasil o que, no outro lado do Atlântico, se fazia sobre Portugal. Rezava o Estatuto que a produção de História natural, política, militar e religiosa fosse apresentada em forma de dissertação<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup>SERRÃO, J.V. op. cit. p.95.

<sup>5</sup>LEAL, Manuel Pereira da Silva (Lisboa, 1694-1733). Doutor em Direito e, entre outros trabalhos, escreveu Memórias para a História Eclesiástica do Bispado da Guarda, com publicação em 1729 (Cf. Serrão, op. cit.).

<sup>6</sup>Para a Academia, dissertação era "toda aquela disputa que controverte com palavras, a fim de se exprimir clara e especialmente a sentença em qualquer questão". (Cf. Serrão, op. cit. p. 259).

Sem arquivos suficientes, sem erudição, as dissertações tiveram um conteúdo ideal, a-histórico. Porém, mesmo sendo um dos Esquecidos, Sebastião da Rocha Pita escreveu uma História da América Portuguesa, publicada em 1730, sob a proteção da Academia Real de História.

Fora da Academia, no século XVIII, se generalizou a literatura de viagem; viajar era um meio de se ilustrar, mesmo sob o risco de uma visão mutilada da realidade. A literatura de viagem acabou se transformando em excelente fonte de informações<sup>7</sup>, principalmente de Geografia Histórica, razão porque abundaram edições de corografias e descrições topográficas.

Essa literatura de viagem foi responsável, em Portugal, por um conceito de História Regional, que seria aquela resultante da *"aliança íntima da terra e dos habitantes, entrelaçando a Geografia e a História"*.

Na segunda metade do século XVIII ocorreram mudanças, que, mesmo não sendo profundas nem radicais, não deixaram de ser importantes.

Sob a direção de Pombal<sup>8</sup> e embebidas no "Iluminismo",

---

<sup>7</sup> Entre nós, à guisa de exemplo, o trabalho de AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagens Pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Itatiaia, São Paulo, 1980 e Ilha de Santa Catarina, publicação da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1970, dos Relatos de Viajantes Estrangeiros nos séculos XVIII e XIX.

<sup>8</sup> CARVALHO E MELO, Sebastião José (1699-1782). Estadista português, Conde de Oeiras em 1759, Marquês de Pombal em 1769. Foi Ministro de D. José I, desde 1750, tendo aos poucos, reunido poderes até se tornar, praticamente, um ditador. Com a morte de D. José I, 1777 e com a ascensão de D. Maria I, ao trono, Pombal caiu em desgraça, foi processado e condenado pelos crimes de abuso de poder e peculato (1780).

surgiram novas formas de expressão cultural e um novo espírito histórico, próprio de quem aceita, deseja e propõe mudanças.

O "*Iluminismo*" foi, antes de tudo, um novo método. As Sumas, de Santo Tomás de Aquino, em síntese do pensamento escolástico, admitiam que o homem consultasse a razão somente quando o seu problema não tivesse recebido um tratamento pela Revelação. A Enciclopédia dos filósofos franceses do século XVIII, entretanto, preconizava que qualquer problema só podia ser resolvido pelo homem, pleno de razão e de liberdade. Partindo da dúvida, buscava a verdade através do raciocínio ou da experiência.

As raízes do "*Iluminismo*" se alimentaram em lugares e tempos distantes da França e do século XVIII. Mesmo antes do início da Idade Moderna, já se aceitava a acessibilidade a Deus e à natureza através da razão; o "*Iluminismo*" apenas acelerou o processo que trocava a confiança na fé, para a confiança na razão e na experiência.

Nem antes, nem depois a fé sucumbiu: apenas se questionou e se derrubou a autoridade eclesiástica em assuntos sociais, políticos, morais, científicos, culturais enfim. Isso não era assunto de fé.

Em síntese se pode dizer que o "*Iluminismo*" foi produto do desenvolvimento do cartesianismo francês e do empirismo inglês.

Não foi, entretanto, um esquema rígido, mas sim uma força multidirecional; se contou com a contribuição de ateus, por exemplo, não chegou a dispensar aqueles que desejaram uma

---

Era a viradeira. (Cf. Enciclopédia Mirador Internacional, São Paulo, 1977).

"Cidade de Deus" no século XVIII<sup>9</sup>.

Há quem se contrapõe a essa generosa amplitude :  
Venturini<sup>10</sup> por exemplo: "*Com a Ilustração - Voltaire, Condorcet, D'Alembert, Montesquieu, Hume, Herder - o homem pensante do Ocidente se instala confiado na História, sua morada; não quer aferrar-se a um passado arquetípico, nem a passado algum, nem aguarda tampouco nenhum paraíso celeste, nenhuma "cidade de Deus". Basta-lhe a História, porque a História é progresso.*

A corrente racionalista francesa se desenvolveu em direção a sistemas intelectuais, à visão do todo, institucional, hierárquica e absoluta, bem conveniente à formação católica de França...

Já a corrente empirista, inglesa e protestante, tinha o modelo no indivíduo, na experiência parcial, pessoal, particular; como nos assuntos de fé, o homem indivíduo não aceitava a autoridade de ninguém em assuntos intelectuais.

Faceta importante do "Iluminismo" foi o liberalismo clássico, fundamentado na nova concepção de homem e do mundo , durante o Renascimento, para se exhibir plenamente formado e de finido nos fins do século XVIII.

Sintetiza o pensamento moderno ocidental. O homem em novo posto diante do cosmos, com outra função, rebelde à estru

---

<sup>9</sup>Referência de DUJOVNE, Leon. La Filosofia de La Historia Desde el Renacimiento Hasta el Siglo XVIII. Nueva Vision , Buenos Aires, 1959, p. 116, à obra de BECKER, Carl L. La Ciudad de Dios del Siglo XVIII.

<sup>10</sup>VENTURINI, Jorge L.G. Filosofia de La Historia. Gredos, Madrid, 1972, p. 89.

tura de pensamento medieval, rebelde ao dogmatismo, à aceitação passiva.

Surgiu, inicialmente, como liberalismo religioso, produzindo a Reforma, mas que se perverteu na formação das Igrejas protestantes, nas guerras religiosas, na oposição oferecida pelo Concílio de Trento e pela Companhia de Jesus.

O espírito desse liberalismo religioso foi, logo depois, recuperado pelo liberalismo político, que fundamentou e garantiu constitucionalmente a liberdade<sup>11</sup>.

Locke<sup>12</sup> foi quem primeiro forneceu uma teoria do liberalismo político. A sociedade civil garante de maneira mais eficaz o direito à vida e à liberdade, que o homem já possui em estado de natureza. A noção de liberdade como direito natural foi fundamental e revolucionária. Ao ingressar numa sociedade civil, o homem é sócio de um poder, não importando se a forma de governo é democrática, oligárquica ou monárquica. Só o despotismo é incompatível com a idéia do sócio político.

A própria doutrina do liberalismo político formulou por entender ser indispensável, um conceito de liberdade: não consiste em se fazer o que se quer, mas sim em se poder fazer o que se deve querer e, em não ser obrigado a fazer o que não se deve querer<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup>A garantia constitucional da liberdade, em Locke, visava proibir a liberdade de ser intolerante.

<sup>12</sup>LOCKE, John (1632-1704), filósofo inglês, empirista, reduziu o conhecimento ao aspecto psicológico, isto é, à vivência do sujeito. Para ele, o estado natural do homem é o de igualdade e de liberdade. Entre outros trabalhos destacam-se a Carta Sobre a Tolerância (1689) e o Ensaio Sobre o Entendimento Humano (1690). (Cf. Enciclopédia Mirador Internacional, São Paulo, 1977)

<sup>13</sup>BARROS, Roque S.M. Introdução à Filosofia Liberal. Grijalbo, São Paulo, 1971. p. 42.

O liberalismo clássico chegou a uma nova etapa com o liberalismo econômico. Foi a Fisiocracia - governo da natureza - que proibiu a intervenção humana na ordem econômica natural e que privilegiou a atividade agrícola.

Quesnay<sup>14</sup> enriqueceu o pensamento fisiocrático com o famoso "*laissez faire, laissez passer*".

Houve um momento de impasse, em virtude da exigência fisiocrática de uma autoridade centralizada e despótica, dificultando o entrosamento com o liberalismo político.

Foi Adam Smith<sup>15</sup> quem conseguiu a harmonia. Provou - ser possível conciliar a busca de interesse individual, egoísta ou não, livre, e a realização de um benefício para uma sociedade. Condenando o intervencionismo e o protecionismo, resquícios mercantilistas, Smith chegou à conclusão que os investimentos em sociedades adiantadas são maiores na agricultura, para a garantia do sustento; após a garantia da sobrevivência a busca

---

<sup>14</sup>QUESNAY, François (1694-1774), economista francês, médico de Luiz XV e protegido de Madame Pompadour. Colaborou com a Enciclopédia em assuntos econômicos. Sua obra principal, publicada em 1758, foi Quadro Econômico, quando e onde, numa síntese da interdependência das atividades econômicas, lançou as bases da Fisiocracia. (Cf. Enciclopédia Mirador Internacional, São Paulo, 1977).

<sup>15</sup>SMITH, Adam (1723-1790), economista escocês. Foi professor de Lógica e de Filosofia. Em 1776 escreveu sua obra principal: Uma Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações. É considerado o Pai da Economia Política. Afirmando que a riqueza das nações depende fundamentalmente do trabalho, Smith aceitou alguns princípios fisiocráticos, para depois superá-los, com explicações mais científicas. (Cf. Enciclopédia Mirador Internacional, São Paulo, 1977).

da satisfação da comodidade e do luxo conduz às manufaturas e ao comércio exterior. Por isso o desenvolvimento urbano de penderia do cultivo e melhoramento das terras, que produzem o que é básico.

O liberalismo clássico se completou com o liberalismo ético. O homem pensa o seu lugar e se vê numa ordem que é maior do que ele e o explica. Ser consciente disso é um passo importante, mas, se conhecer é "*construir o real*", à maneira hantiana, o homem deixa de ser parte para ser o fundamento da ordem real. Em face disso, o homem é um livre e, como diz Barros<sup>16</sup>: "*livre ele é responsável, é senhor de suas ações ou, pelo menos pode sê-lo. E se pode, deve*".

Se o homem dependesse da natureza, não seria responsável e não sofreria de qualquer problema de ordem moral. E se o homem fosse exclusivamente inteligência, praticaria uma moralidade necessária. Conclui-se, pois, que o ético é a vitória do homem espiritual sobre o homem natural.

O homem é essencialmente livre e a mudança dessa condição, sob quaisquer pretextos, é degradante. É por isso que a liberdade não pode ser privilégio de ninguém e o liberalismo ético, também por essa razão, preconiza a igualdade e aponta diretamente para a democracia.

A cultura luso-brasileira - na afirmação de Paim<sup>17</sup> - foi isolada desse mundo que tomava novos posicionamentos, de evolução intelectual; os jesuítas, até a metade do século

---

<sup>16</sup> BARROS, R.S.M. op. cit. p. 62.

<sup>17</sup> PAIM, Antônio. O Estudo do Pensamento Brasileiro. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1979.

XVIII, fizeram prevalecer um "saber de salvação"<sup>18</sup>. Outros autores há asseverando que no século XVII a mentalidade portuguesa estiolou e que as tentativas de recuperação nos séculos posteriores têm resultado infrutíferas.

Entretanto, consideramos mais equilibradas as afirmações de Serrão<sup>19</sup>, que destaca no final do século XVII um isolamento cultural português, numa tentativa frustrada de se libertar da influência espanhola e do medo de cair na sedução da cultura francesa. Todavia "... o conhecimento da cultura alheia, com relevo para as obras oriundas de França, e que desde o início de setecentos começava a marcar os espíritos, e a suculenta produção dos prelos nacionais em livros de prosa e verso, nos mais variados domínios - tudo permite destruir a falsa imagem do "Reino cadaveroso", que se teria prolongado entre nós em pleno século das Luzes". E conclui: "A verdade é que em Portugal se mantinha uma cultura autônoma na história e na literatura e sem com isso o País ignorar as correntes mentais que sopravam de além Pirineus".

Acrescente-se, a isso, o papel representado pelos "estrangeirados", que vivendo em França e Itália, principalmente, realizaram um trabalho de renovação cultural considerável.

---

<sup>18</sup> Diz PAIM que a expressão "SABER DE SALVAÇÃO" é de autoria de LUIZ WASHINGTON VITA, in Antologia do Pensamento Social e Político no Brasil. Significaria uma atitude de desprezo ao mundo, que aí está, não para ser edificado pelo homem, mas para tentá-lo, provocá-lo, corrompê-lo.

<sup>19</sup> SERRÃO, J.V. op. cit. p. 13 e segs.

Um desses "estrangeirados", Luiz Antônio Verney<sup>20</sup> - se transformou num dos maiores críticos da Escolástica mantida em Portugal pelos padres jesuítas.

Na segunda metade do século XVIII, os jesuítas passaram a representar um passado, perdido e pernicioso, a exigir, urgente, um novo, um futuro. Todos os danos culturais de Portugal, seu atraso, seu imobilismo, sua falta de criatividade, encontraram um responsável, em 1767, através da Dedução Cronológica e Analítica, Com a Notícia das Desordens que a Companhia chamada de Jesus Fez Nestes Reinos e Seus Domínios.<sup>21</sup>

Pombal inaugurou, de maneira oficial, o "saber de ilustração", em Portugal, porém não sem se acautelar contra os excessos, que poderiam desestabilizar os estatutos políticos e econômicos do governo de que fazia parte.

---

<sup>20</sup> PADRE LUÍZ ANTÔNIO VERNEY (1713-1792), foi Arcediago de Évora e Secretário da Legação em Roma. Tornou-se arauto e panfletoário da filosofia moderna, deixando transparecer as idéias que assimilou com a leitura de Locke. Trouxe para Portugal um Iluminismo marcado pela Itália, constituindo-se no manifesto de nossa Ilustração. Em 1746, escreveu a obra que muito influíu no pensamento luso-brasileiro: *Verdadeiro Método de Estudar*.

<sup>21</sup> Foi esse o trabalho que Pombal remeteu à Universidade de Coimbra, em 22.09.1767, estando já anexa a lei "que mandava extinguir todas as confrarias, associações e comunicações de privilégios da referida companhia".

(SERRÃO, op. cit., p. 192).

Assim, a revolução européia e as idéias políticas liberais ingressaram em Portugal, "apesar do isolamento em que o tinha mantido a política imprimida pelo Marquês de Pombal"<sup>22</sup>.

Pombal impôs uma reforma à universidade e à inteligência do país. Executou uma política de restauração das ciências e artes, valorizou a História na formação dos licenciados, bacharéis e teólogos e levou a sério o mandamento iluminista de que o monarca governa para a felicidade dos súditos.

Com essa reforma universitária de 1772, entrou o empirismo na cultura portuguesa, principalmente através de Antônio Genovesi<sup>23</sup>. Todavia, foi um "empirismo mitigado" - na expressão de Paim - porque consciente, controladamente só havia interesse em condenar a metafísica tradicional e em considerar a ciência, não como produtora de uma verdade, mas sim como promotora da riqueza.

O que se assistiu (e sofreu) foi o estabelecimento de uma política de ciência aplicada à economia, a formação de uma ética da riqueza, a eliminação da Escolástica e a conciliação disso tudo com os anacronismos da monarquia absoluta, da teoria do Direito Divino, dos monopólios, das doutrinas mercantilistas, do Estado rico, ignorando a situação do cidadão.

Não é de se estranhar o prestígio de um Silvestre

---

<sup>22</sup> JUNQUEIRA, Celina. "Apresentação". In: FERREIRA, Silvestre Piniheiro. Idéias Políticas. Documentário, PUC, Rio de Janeiro, 1976, p. 8.

<sup>23</sup> GENOVESI, Antônio (1713-1769), filósofo italiano, autor de trabalho sobre a Lógica (Cf. PAIM, op. cit. p. 21).

Pinheiro Ferreira<sup>24</sup> que, equidistante do radicalismo renovador e das tendências imobilizadoras, elaborou, para D. João VI - concedendo, conciliando, de cima para baixo - uma teoria do Estado Liberal Monárquico Constitucional.

Com a queda de Pombal, com a "*viradeira*", foi suspenso a censura que o governo exercia sobre a produção cultural; uma nova abertura refletiu beneficentemente sobre a Historiografia.

Em 16/01/1780, acontecia a sessão inaugural da Academia Real das Ciências (a Academia Real de História Portuguesa se exauriu durante a época pombalina). Um dos seus idealizado - res, D. João Carlos de Bragança, 2º Duque de Lafões, era um figalço "*que via na difusão das Luzes a suprema glória do poder régio*"<sup>25</sup>.

Essa Academia valorizou as ciências auxiliares da História, produziu uma nova concepção de História, com especialização temática e monográfica, preferiu as Memórias ou dissertações de temas restritos às pesadas obras de erudição, desistiu de tentar reconstituir o passado, mas sim de esclarecê - lo ou até compreendê-lo, realizou uma notável coleta de documentos e publicou, com grande destaque, as Memórias Econômicas e as Memórias Literárias.

As Memórias Econômicas - estudos que descortinaram caminhos inteiramente virgens para o conhecimento da realidade-

---

<sup>24</sup> FERREIRA, Silvestre Pinheiro (1769-1846) esteve no Brasil, de 1810 a 1821, como Conselheiro e Ministro de D. João VI (há sobre sua obra um excelente trabalho na coleção Textos Didáticos do Pensamento Brasileiro, vol. VII, publicado pela Editora Documentário, op. cit.).

<sup>25</sup> SERRÃO, J.V. op. cit. p. 208.

foram feitas "para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas"<sup>26</sup>.

Entre tantas Memórias destacamos de João Antônio Júdice (uma descrição física e econômica da Comarca dos Ilhéus), a de José Amorim de Castro (sobre a cochinhã brasileira), a de José Bonifácio de Andrada e Silva (a pesca da baleia e a extração do azeite) e a de Joaquim de Azevedo Coutinho (sobre o preço do açúcar).

Há duas obras históricas brasileiras que expressam muito bem a evolução havida no transcorrer do século XVIII, manifestações de distintos contextos culturais.

A primeira, editada em 1711, é "Cultura e Opulência do Brasil", escrita por João Antônio Andreoni (1649-1716), mais conhecido por André João Antonil. Sem eliminar a dúvida sobre a qualidade historiográfica da obra, lê-se expressamente o pensamento da época, segundo o qual o Brasil, com suas imensas riquezas, podia abastecer Portugal, num especial favor do Céu, mas por merecimento da grandiosidade da obra jesuítica.

Já Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800) publicou, em 1797, sob os auspícios da Academia Real das Ciências, "Memórias para a História da Capitania de São Vicente", com sólido conteúdo informativo, mas com o equilíbrio de quem se apoia na explicação racional e na prova documental.

---

<sup>26</sup> SERRÃO, J.V. op. cit. p. 213.

## CAPÍTULO II

### AS CONTRIBUIÇÕES DE MIRANDA RIBEIRO E DE PAULO J. MIGUEL DE BRITO

O Governador João Alberto de Miranda Ribeiro e Paulo José Miguel de Brito vêm sendo apontados como iniciadores do processo de desenvolvimento historiográfico catarinense.

Antes deles, sabe-se, há toda uma literatura de viagem e algumas informações citadas por Rodrigues<sup>1</sup>, referentes à expansão paulista para o sul, algumas, e outras relativas aos interesses administrativos do Procurador do Rio de Janeiro.

No século XVIII, a Congregação Propaganda Fide incentivou a ação missionária e, com ela, a crônica; para cada missão correspondia uma crônica.

Há, então, a crônica da 1.<sup>a</sup> missão dos Carijós (1605/6), destinada à catequização da costa catarinense ao Prata; a crônica da 2.<sup>a</sup> missão dos Carijós (1609) e da 3.<sup>a</sup> missão (1619).

Precedendo o exame dos trabalhos de Miranda Ribeiro e de Miguel de Brito, através dos quais será possível a classificação como formas do pensamento historiográfico catarinense, convém que se faça a distinção entre trabalho com valor histórico e trabalho com valor historiográfico. Rodrigues, supracitado,

---

<sup>1</sup> RODRIGUES, José H. História da História do Brasil. Nacional, São Paulo, 1979, p. 244 e segs.

arrola 15 formas narrativas<sup>2</sup> e assevera: "A diferença principal está em que o documento histórico forma-se no exato momento do acontecimento, enquanto o historiográfico pode ser concebido em várias épocas sucessivas ou contemporâneas"<sup>3</sup>. Assim pensando, considerou a obra de Frei Vicente Salvador<sup>4</sup> como documento histórico (porque o escreveu durante a ocorrência dos fatos), e também como documento historiográfico (por ser uma intelecção do passado e do presente).

Dissemos no Capítulo I, da I Parte, que a obra historiográfica estabelece uma relação com um estado de questão, que se situa "num conjunto operatório". Também examinamos a função social do historiador e o lugar e as condições de sua emergência como líder intelectual.

Esta espécie de paradigma orientará o exame, tanto do Autor, quanto da obra.

Face ao exposto, começamos querendo encontrar em Miranda Ribeiro o espírito histórico de um seu contemporâneo - Robert Southey (1774-1843) - para quem "Quando o Brasil se tornar a grande e próspera nação que um dia há de ser, eu serei tido na conta do primeiro a ter tentado dar forma consistente à sua

---

<sup>2</sup> Por ordem alfabética: Carta, Crônica, Descrição, Diário, Diário Histórico, História, Informações e Relatos, Memória, Memórias e Informações, Narração, Notícias, Notícias e Memórias, Reflexões, Relação, Relações e Descrições, Relação e Notícia, Relatos, Relatos e Informações, Sumário.

<sup>3</sup> RODRIGUES, J.H. op. cit. p. XVII

<sup>4</sup> SALVADOR, Frei Vicente (Vicente Rodrigues Palha) - escreveu em 1627 a "História do Brasil".

história"<sup>5</sup>. Perguntamos se Miranda Ribeiro teve a visão, vontade e independência que granjearam tantos elogios a Frei Vicente Salvador<sup>6</sup>.

Janotti<sup>7</sup> faz bem a distinção do cronista comum (consciente de que sua função é registrar informações úteis aos seus sucessores) daquele que evolui da crônica em direção à História, como Pedro Taques<sup>8</sup>, que ingressou no terreno do inaudito, superou o repetitivo e buscou forças de transformações novas.

Poucas informações se tem da vida (berço cultural, formação regular, leituras, convívio) de Miranda Ribeiro. Entre nós, Piazza<sup>9</sup> tentou reunir dados para uma biografia. Porém, não conseguiu muito; diz que Miranda Ribeiro era português e que, já em 1776, era Alferes. Entre outros detalhes, conta, que Miranda Ribeiro chegou a Sargento-mor, 1783, em cujo posto assumiu o Governo da Capitania de Santa Catarina.

---

<sup>5</sup> SOUTHEY, Robert (1774-1843) - inglês e protestante - escreveu a "História do Brasil".

<sup>6</sup> FREI VENÂNCIO WILLEKE chama-o de "*intimorato defensor do ponto de vista brasileiro no modo de apreciar os fatos*".

<sup>7</sup> JANOTTI, Ma. Lourdes M. João Francisco Lisboa: Jornalista e Historiador. Ática, São Paulo, 1977.

<sup>8</sup> TAQUES, Pedro (Pedro Taques de Almeida Paes Leme) - 1714-1777. Escreveu: "História da Capitania de São Vicente" - 1772  
"Informações sobre as Minas de São Paulo" - 1772  
"A Nobiliarchia Paulistana, Histórica e Genealógica".

<sup>9</sup> PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: Sua História. UFSC/ Lunardelli, Florianópolis, 1983. p. 19.

Corrêa<sup>10</sup> acrescenta os dados sobre sua carreira militar, sua mobilização e atividades, até ser governador de Santa Catarina, de 08/07/1793 a 19/01/1800, quando faleceu, na então Vila de Desterro.

Laytano<sup>11</sup>, a quem se deve o título de Corografia Catarinense ao Relatório de Miranda Ribeiro, enriquece a biografia dando um pano de fundo formado pelo contexto da época e pela autoridade de D. José Luiz de Castro, Conde de Resende, e Vice-Rei do Brasil<sup>12</sup>.

O Vice-Rei "*era de temperamento iracundo, prepotente, frio e vingativo... extinguindo e sufocando as mais caras e patrióticas manifestações do liberalismo*"<sup>13</sup>.

Miranda Ribeiro, cuja formação ocorreu na segunda Escola colástica Portuguesa, sem individualismo, de profissão militar, treinado a obedecer, era homem de confiança e estava hierarquicamente subordinado ao Conde de Resende; "*mentalidade aristocrática*", legalista, defensor de nossa condição de colônia, um reacionário<sup>14</sup>.

Miranda Ribeiro - num dos mais longos períodos gover

<sup>10</sup> CORRÊA, Carlos H. Os Governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982. UFSC, Florianópolis, 1983. p. 274.

<sup>11</sup> LAYTANO, Dante. Corografia da Capitania de Santa Catarina. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. nº 245, outubro-dezembro, 1959, Rio de Janeiro, 1960.

<sup>12</sup> Foi o executor das setenças contra os inconfidentes mineiros.

<sup>13</sup> A citação é de Laytano, mas a afirmação é de Max Fleiuss, in: História da Cidade do Rio de Janeiro. Melhoramentos, São Paulo, 1928.

<sup>14</sup> LAYTANO, Dante. op. cit. p. 55.

# REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 245

OUTUBRO - DEZEMBRO

1959

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possim sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE GARVALHO

CLAUDIO GANNS

CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES



## COROGRAFIA DA CAPITANIA DE SANTA CATARINA

DANTE LAYTANO

O trabalho que sob o título supra, publicamos a seguir, de autoria do nosso consócio, Dr. Dante de Laytano, é a tese que o mesmo apresentou ao 1.º Congresso de História Catarinense, realizado em Florianópolis, de 5 a 12 de outubro de 1948.

Tese que mereceu aprovação do Congresso e a inserção nos seus Anais, para que tivesse divulgação, basea-se nas informações dadas, em 1797, pelo governador da dita Capitania, Tenente-Coronel Miranda Ribeiro, do Conde de Resende, vice-rei e capitão de mar-e-terra do Estado do Brasil, segundo documentação existente na seção Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

No parecer da Comissão que o examinou no referido Congresso, foi ressaltada a conveniência de sua divulgação, «a fim de que os estudiosos e investigadores do passado catarinense e os responsáveis pelos destinos administrativos do Estado possam, sem mais delongas, utilizar-se dos magistrais ensinamentos do Relatório apresentado, há precisamente século e meio, ao vice-rei do Brasil, pelo então governador da Capitania de Santa Catarina, Tenente-Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro».

Segundo o aludido parecer, caracteriza o trabalho do historiador riograndense a feição nitidamente técnica que lhe imprimiu, em vez de estender-se em exposição e comentários sobre o conteúdo do Relatório, — denominado pelo Autor *Corografia da Capitania de Santa Catarina* — que foi buscar nos arquivos da Biblioteca Nacional.

A esse Relatório, fêz preceder uma ampla *Introdução ao estudo das fontes da História de Santa Catarina*, na qual passa em revista a documentação referente ao atual Estado de Santa Catarina, arquivada nos diversos centros de cultura histórica do país.

Para completar as informações do Relatório, juntou três documentos destinados a tornar melhor conhecida a vida catarinense no tempo do governador Miranda Ribeiro, isto é: ofício dirigido pela Câmara de S. Francisco, em 1796, ao vice-rei;

namentais em Santa Catarina - já em seu primeiro ano de administração, quando reclamava do baixo preço em que era cotada a farinha de mandioca, recebeu, através de um ofício do Vice-Rei, datado de 5/10/1793, uma admoestação que lhe pautaria a conduta daí em diante: fora nomeado "*para governar e não para inovar coisas*"<sup>15</sup>.

Por isso, talvez, Lucas Boiteux<sup>16</sup> diria que, tanto Soares Coimbra, quanto o sucessor Miranda Ribeiro "*preocupavam-se mais com as fortificações e eficiência da tropa, do que com o desenvolvimento material da terra*".

Laytano transcreveu o ofício de encaminhamento do Relatório, em 17/11/1797, ao Conde de Resende. O Governador de Santa Catarina declarava que o Relatório era cumprimento do que havia sido solicitado pelo Vice-Rei, através ofício de 20/12 / 1796. Acusava, ainda, que se desincumbira da missão, respondendo artigo por artigo (num total de 14), pela ordem em que foram solicitados; finalmente lembrava que os acréscimos, como algumas reflexões, mapas e relações, já haviam sido permitidos por aquele ofício de 1796: "*ajuntasse eu todas as notícias, Reflexões, e projetos*"; mas ele não ousava abusar de tanta "*generosidade e grandeza*".

Ora, esses gestos não são de quem elabora um trabalho com qualidade historiográfica.

<sup>15</sup> A citação é de Laytano, mas a afirmação é de Jacinto Antônio de Matos, in: Colonização do Estado de Santa Catarina. O Dia, Florianópolis, 1917.

<sup>16</sup> A citação é de Laytano: Boiteux teria escrito para o Guia do Estado de Santa Catarina, Alberto Entres, Florianópolis, 1940.

O Relatório é um trabalho de funcionário público, com informações protocolarmente limitadas. Escrito com dificuldade, num estilo confuso, mesmo para a época, e destinado a um único leitor: a pessoa que o encomendou. É um trabalho burocrático, sem consciência social, nem perspectiva histórica, sem a motivação externa de um questionamento captado na consciência social, sem a motivação interna de quem, como líder intelectual, tenta resolver um problema que é cultural; social, pois.

A significação humana, da gente catarinense, no fato catarinense, não se encontra no Relatório. É uma descrição de uma realidade material, fria, que documenta um momento, mas não o interpreta, ou não o explica teoricamente. É um documento que será histórico se o historiador considerá-lo útil como testemunho na defesa da sua tese.

O Relatório não é catarinense, pois não apresenta, em suas intenções, a consciência histórica - se por ventura houvesse - do povo catarinense. Não foi de Miranda Ribeiro a escolha do tema, nem a seleção dos fatos; não foi seu o pretexto, nem o texto.

Piazza, mesmo sabendo que o Relatório de Miranda Ribeiro é de novembro de 1797, considera-o como fonte da "*Corografia Brasileira*", de Aires de Casal, obra escrita no ano anterior.

Na verdade, confessou, alguns dados resultaram de indagações, Exames que fez, mas outros são frutos de pesquisas de "*algumas pessoas práticas e inteligentes*". Porém, no transcorrer do Relatório não distinguiu o que era dele e o que era desses seus assessores.

Na "*reflexão*" número 12, do Artigo 19, que trata da

extensão e limites da Capitania, não conseguiu ver utilidade na comparação de mapas, porque eles apresentam diferenças, "o que propriamente não serve, Senão para aumentar cada vez mais, a Confusão, e inoerteza".

Tanto nesse Artigo 1º, quanto no 2º - "Dos Seus portos, Rios, Lagoas e Serras mais Notáveis" - nada esclareceu sobre o método de obtenção das distâncias e outras medidas, fazendo com que o trabalho desmereça em confiabilidade.

No Artigo 3º - "Das Pontes e Lugares em que se fazem precizas" - há casos gritantes de insuficiência de dados e de ausência da dimensão humana. Por exemplo: "O 4º Rio chamado Córrego Grande, não tem ponte, mas precisa dela, porque havendo chuvas continuadas se engrossa com as aguaz do Monte, que dificultão a sua passagem", ou, então, "O 6º Rio de Biguassú, sempre teve Ponte, porém agora está sem ella, e lhehê m<sup>to</sup>. necessaria".

O Artigo 4º se ocupa com o "Número de Fogos e das Pessoas de Hum e outro sexo, com Separação dos Escravos". Aqui, Miranda Ribeiro perdeu a oportunidade de estudar a qualidade dos fogos<sup>17</sup>, a divisão do trabalho, a expectativa de vida em cada sexo ou classe, enfim qualquer um desses problemas sociais para os quais os historiadores de sua época já ofereciam interpretações. O resumo geral - Quadro B - apresenta fontes e uma riqueza considerável de informações; mas, Miranda Ribeiro nada fez com elas.

Quando tratou do "Número das Freguesias, Capelas e Oratórios - Artigo 5º - deixou transparecer alguma preocupação

---

<sup>17</sup>Tratam-se de casas, residências, lares.

com o povo, o usuário, embora sem deixar claro se tal preocupação era social, ou simples manifestação de uma pessoal "cultura de salvação".

No Artigo 6º - "Dos Sacerdotes e da sua Ocupação - Eprestimo" - Miranda Ribeiro se expôs com uma insensibilidade invulgar e muita pobreza de discernimento. Apenas apresenta um Quadro, com os nomes dos 26 padres, das 3 vilas e 6 freguesias, com as seguintes informações, quanto aos préstimos: pregadores: 8, "quasi cego: 1 (o Capelão da Fortaleza da Ponta Grossa) ; "cheio de anos e moléstias": 1 (pertencente à Freguesia da Lagoa); sem préstimos: os demais.

O Artigo 7º, em virtude do seu título - "Dos Engenhos e Fábricas de toda a Qualidade" - despertaria no leitor uma maior expectativa. Mas a pobreza de informações, a falta de consciência histórica e de espírito historiográfico aí são flagrantes. Apresenta, apenas, num Quadro, sem nenhuma comparação e explicação o número de engenhos de açúcar, de fábricas de açúcar, de engenhocas de aguardente, de engenhos de mandioca, de engenhos de pilar arroz, de atafonas de moer trigo e de curtumes de couro, oferecendo o total deles em cada vila e freguesia; nada mais.

No Artigo 8º, que trata "Do numero, Equalidade das Embarcações", Miranda Ribeiro desistiu de uma preocupação historiográfica, ao se limitar à apresentação de um Quadro, com o número de embarcações e os nomes de seus proprietários, além de 4 "reflexões", que nada dizem da função social, econômica e militar, que surgiria da consideração qualitativa do assunto.

Artigo 9º - "Das terras Devolutas" - Aqui, principalmente, Miranda Ribeiro, se historiador fosse, explicitaria seu método e técnicas para a obtenção dos dados, para a busca da

precisão das medidas, incursionaria nos domínios do direito de propriedade e estabeleceria relações entre a história, a pres são demográfica e as terras desocupadas.

Desincumbindo-se do solicitado pelo Artigo 10º - "*Da propriedade do Terreno mais P.A. Hum Genero Do Que Para Outro*" - o Governador de Santa Catarina ofereceu informações cor rriqueiras, muitas apressadamente e destituídas de um fundamento mais sério. "*Na Pinheira - afirmou - não produzem as Terras nada, e cauza admiração q̃ a Li viva gente*", ou então, "*No Rio do Passavinte, são as Terras boas, e dão de tudo*", lembrando Caminha: "*Em tal maneira é graciosa que, querendõ-a aproveitar, dar-se-ã nela tudo ...*".

Artigo 11º - "*Do Estado actual do Comercio, e da cul* tura das Terras". Aqui, Miranda Ribeiro ensaiou uma intelecção: Desterro teria mais civilidade e alinhamento do que São Francisco , ou as oficinas, em condições precárias, "*são taes e quaes apro* porção da Terra ...". Sem demonstrar metodicamente, emitiu uma opinião inteligente, relacionando a decadência do comércio "*com a falta de dinheiros ...*" ou a reduzida produção, com a falta de braços, inclusive de escravos, "*p. serem os lavradores pouco abastados ...*". Contudo, disse que, em 50 anos aproximadamente, os açorianos de Desterro já possuíam 5.191 escravos, numa acumu lação de capital, que ele não explica, mas que - sabia - maior seria se fosse outra a agricultura praticada.

Entretanto, o mal não estaria apenas no cultivo da mandioca, porque "*Os povoadores de Desterro são laboriosos*" , mas os de São Francisco "*M<sup>to</sup>. mais frouxos p.<sup>a</sup> a cultura das ter* ras" e os da Laguna "*são indolentes*".

Historiograficamente, o tratamento dado ao Artigo 129 foi o melhor do Relatório de Miranda Ribeiro. Trata da *"Cauza da sua decadência, e o meio de apromover"*. Começou afirmando que a estagnação comercial se devia à falta *"dosdinheiros"* da Tropa. E, então, denuncia um atraso de 82 meses no pagamento do soldo. Acrescentou outros males financeiros, prejudiciais ao comércio: a evasão de lucros decorrente do arremate do contrato dos dízimos por elemento estranho à Capitania; o não recolhimento dos recursos oriundos do contrato da pesca das baleias à Provedoria de Santa Catarina; a inadimplência da Fazenda Real com os lavradores, fornecedores de farinha, para o sustento da tropa.

Houve, pelo menos, uma tentativa de conhecer e organizar o passado (mesmo que seja um passado próximo), para liberar forças novas naquele seu momento presente. E é nesta tentativa, ainda tímida e sem instrumentos eficazes, que nos estribamos para conferir algum valor historiográfico. As sugestões que deu, mesmo sem considerar a qualidade científica, que exigiria estudos diversos, de Política, Administração, Economia, etc - que em nenhum momento ele, Miranda Ribeiro, se mostrou à altura - fugiam do campo de ação da História, que ele teria podido interpretar.

Não obstante, cumpre-nos salientar que seu pensamento, lido no que escreveu e na ação governamental, estava centrado no *"agora só se observa a penuria, a miséria, e os disçabores"*. Mas não se trata - como explicitaremos mais adiante - de um convicto reconhecimento dos direitos do povo, do grupo social, de cujos problemas ele deveria comungar. Absolutamente não. Seu problema é outro: *"Fazendo a mesma Tropa com os Paizanos hum Exercito dediscontentes, que p.<sup>a</sup> não chegarem a oultimo*

ponto da desesperação, não custa pouco trabalho, fadiga e ainda susto a quem immediatam<sup>te</sup>. governa" (o grifo é nosso).

Os Artigos 13º e 14º, constituídos de Quadros sobre a *Quantidade dos Generos efeitos que annualm<sup>te</sup>. recolhem, Fabricação e são Exportados*" e "*Dos Animais, Aves, Peixes, Madeiras e Frutos mais Notaveis*", são de interesse nulo para um estudo de Historiografia.

João Alberto de Miranda Ribeiro desconhecia a função social do historiador e, cremos, jamais pensou em sê-lo. Em todo instante, foi apenas um administrador subalterno e um militar despreparado e desatualizado para o trato da coisa pública, para o relacionamento com a sociedade civil e, sobretudo, para incursionar no território da cultura não militar. Seu tempo era de mudanças filosóficas, que patrocinavam novas concepções de homem, de povo, de governo, de economia, que alteravam o pensamento português, que anunciavam as idéias do Liberalismo; mas Miranda Ribeiro não sabia.

Mesmo admitindo o prejuízo provocado à economia pelo calote da Fazenda Real, que, como reação, reduzia a produção, Miranda Ribeiro valia-se de "*às meças, e às vezes castigos*". E quando os lavradores poderiam ter uma saída lucrativa e estimuladora, o Governador jactava-se afirmando: "*Esta diminuição obriga indispensavelm<sup>te</sup>. a providencia q. senão exportem francamente para forada terra ...*".

As sugestões que fez para a abertura da estrada São José - Lages e para o povoamento das terras então cortadas, não decorrem de projetos volitivos de um povo governado, mas tão somente brotam de um plano de defesa de um militar governante.

Definitivamente, consideramos o Relatório de Miranda Ribeiro - a "*Corografia Catarinense*" na consideração otimista

de Laytano-um documento histórico, válido à falta de outros melhores. Jamais uma obra historiográfica, uma vez que todo o processo que produziu o conhecimento (intenção, formulação, execução) e a divulgação e o consumo desse conhecimento pelo grupo social e pela crítica, desqualifica-a inteiramente.

Piazza<sup>18</sup> diz que Paulo José Miguel de Brito foi um oficial do Exército Português, fez carreira, exerceu diversos cargos administrativos e morreu, em 1832, como Governador e Capitão-General de Moçambique. Acrescenta, ainda, que "*chegando em 1811, a Santa Catarina foi ajudante-de-ordens do Governo da Capitania*", não dizendo, entretanto, o tempo que aqui permaneceu.

Corrêa<sup>19</sup> afirma que, em 1811, era Governador de Santa Catarina Luiz Maurício da Silveira, empossado em 3/6/1805 e substituído em 14/8/1817.

Brito voltou ao Rio de Janeiro antes do término do Governo de Luiz Maurício da Silveira, uma vez que, já em 1816, escrevia, lá na sede dos Reinos Unidos de Portugal, Brasil e Algarves, a sua "*Memória Política sobre a Capitania de Santa Cata*r*rina*", que é objeto de análise neste capítulo.

Ainda Piazza<sup>20</sup> garante que ele estava aqui em 1813 , "*quando requereu, para si, uma sesmaria de terras...*". Mas já em 22/9/1814 passou a procuração a João Bitancourt Pereira Machado e Souza, para representá-lo na "*provisão de medição e de demarcação*".

<sup>18</sup>PIAZZA, W.F. op. cit. p. 20.

<sup>19</sup>CORRÊA, C.H. op. cit. p. 300.

<sup>20</sup>PIAZZA, Walter F. *Historiografia de Santa Catarina*. In: Revis  
ta do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina .

3ª fase, nº 3, Florianópolis, 1981.

Na nota de rodapé da página 74, da *"Memória Política"*, Brito revela que esteve pela primeira vez em Santa Catarina, em setembro de 1797, quando conheceu Miranda Ribeiro, um pouco antes do Governador enviar, ao Conde de Resende, aquele Relatório já examinado neste Capítulo. L.A. Boiteux, em *"Notas"*, p. 288, diz que José Pereira Pinto *"teve um bom auxiliar na pessoa de seu secretário Paulo José Miguel de Brito"*. Como Pereira Pinto governou Santa Catarina, no período 7/6/86 a 17/7/91, conforme Piazza, alertamos para o engano daquele historiador neo-trentino, repetido por Carlos H. Corrêa (in: *Governantes de Santa Catarina*, op. cit.).

E mesmo depois de ir embora, após o tempo que aqui serviu e residiu - provavelmente em fins de 1814 - Brito continuou se interessando pelas coisas de Santa Catarina, como se depreende de sua própria informação (p. 39): *"... até 1814 esteve o Trapixe totalmente arruinado: porém consta-me que depois fôra concertado à custa dos homens ricos da Villa Capital"*.

A *"Memória Política"* de Miguel de Brito mereceu a aprovação da Academia Real das Ciências, de Lisboa, que a mandou publicar, em sessão de 2/11/1827.

Antes disso, acrescenta Piazza<sup>21</sup>, foi apreciada por dois acadêmicos, que, separadamente, na sessão de 1/11/1827, exararam Pareceres elogiosos.

---

21

PIAZZA, Walter F. O Primeiro Historiador de Santa Catarina.

(Trabalho em que nos baseamos na parte referente à tramitação da *"Memória"* na Academia Real de Ciências).

# MEMORIA POLITICA

SOBRE A

CAPITANIA DE SANTA CATHARINA,

ESCRITA NO

RIO DE JANEIRO

EM O ANNO DE 1816.

POR

PAULO JOZE MIGUEL DE BRITO,

*Ajudante de Ordens, que foi, do Governo da mesma Capitania, Governador e Capitão General de Moçambique, e Correspondente da Academia Real das Sciencias.*



L I S B O A

NA TYPOGRAFIA DA MESMA ACADEMIA.

1 8 2 9.

*Com Licença de S. Magestade.*

Frei Matheus da Assumpção Brandão disse que a Memória era "*digna de louvor pela vastidão de conhecimentos práticos*"; e que "... por ser esta a primeira Carta particular desta Capitania que apparece". Aduziu que o trabalho dispõe de "*boa ordem e classificação...*" e não menos pela exatidão e pureza de linguagem. O Parecer de Brandão foi elaborado em 11/10/1827.

Em 30/10/1827, José Accursio das Neves, encarregado da censura, disse que "*he uma das obras nacionaes de maior merecimento que tenho lido sobre semelhantes assumptos*", elogiando, ainda, a inteligência, o método e a clareza. Tão bom foi considerado o trabalho que J.A. Neves recomendou o nome de seu Autor para os quadros da Academia, na classe de correspondente.

E foi nessa qualidade de sócio correspondente, que a Academia publicou a "*Memória Política Sobre a Capitania de Santa Catarina*", em 1829.

Mais duas edições mereceria ainda: outra portuguesa, em 1832, e a edição de 1932, sem o Appendice e Documentos Apensos, mandada fazer pela Sociedade Literária Catarinense e impressa pela Livraria Central, de Florianópolis<sup>22</sup>.

Para este estudo estão sendo utilizadas as 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> edições.

Terá, realmente, valor historiográfico a "*Memória Política*", de Paulo José Miguel de Brito? Como memorialista, teve consciência de que seu trabalho deveria ser útil e seus sucessores, sucessores não só na consideração do tempo, mas, sobretudo, nas de ponto de partida e de complementação?

---

<sup>22</sup> Nada encontramos registrado sobre a vida dessa Sociedade Literária.

Não conseguimos reunir outras informações sobre a formação intelectual de Miguel de Brito. É fácil, contudo, deduzir, que estava, em termos de nível cultural, bem acima de Miranda Ribeiro, visível na indicação bibliográfica, na forma lógica do trabalho, e, principalmente, na visão aguda e arguta dos problemas, o que levou Piazza a enfatizar o "*amplo desoortínio político-administrativo*".

Na Introdução, Miguel de Brito citou apenas Camões. Porém, mesmo retrocedendo demasiadamente no tempo, num preâmbulo que voltou à descoberta da América, deixou transparecer que conhecia metodologia da História e que estava a par das idéias "*iluministas*", mesmo que se admita uma "*ilustração*" mal assimilada ou um "*empirismo mitigado*".

Desde a primeira página, admitiu o poder do espírito humano, a possibilidade humana de encontrar a verdade, o mérito humano. Fez considerações interessantes sobre a influência da riqueza material da América sobre os costumes, artes, ciências, agricultura, comércio, e política da Europa e enfatizou a ação político-colonizadora de D. João III, garantindo ao Brasil população, cultura e civilização européias. Reconheceu que a criação de Capitâneas, ao longo do século XVIII, foi apenas um expediente administrativo, em apoio à mineração. Considerou a Revolução Francesa continente de "*princípios subversivos da ordem social*" e desacreditou no ideário de Voltaire, Mirabeau, Condorcet, etc. E não conseguiu entender o equívoco de um povo que matara um rei e depois apoiava um tirano (Napoleão).

Aliás, é muito natural que Paulo José Miguel de Brito, tendo sua pátria invadida e dominada pelas tropas franco-napoleônicas do General Junot, se sentisse emocionalmente condicionado na interpretação dos sucessos revolucionários de França.

Hã passagens claras de Providencialismo: "*A Divina - Providência que vigiava sobre os destinos ...*", ou, então, quando explica a transferência da Corte como inspiração divina.

Em Portugal do século XVIII - assim como antes e depois - era comum a literatura apologética e glorificante da magestade divina; é claro que tanto a cultura popular, quanto a erudita, na adoção do Providencialismo, estavam dispostas a considerar a História como "devir", o sentido da responsabilidade e de valor contra o "*tudo vale*", o transcendente e o não necessário, uma visão do geral, uma História como contingência e como mérito humano.

Outros momentos há em que misturou absolutismo e liberalismo: "*... o que elle poderá vir a ser em poucos annos debaixo do Governo Paternal do nosso Bom Soberano (o grifo é nosso)"; "*... mas que tem grande falta de população que he a verdadeira riqueza dos Estados*".*

A PARTE PRIMEIRA da "*Memória*" é destinada à História, subdividida em Capítulos dedicados ao Desenvolvimento<sup>?</sup>, aos Indígenas, ao 1º Donatário, ao 1º Povoador, à Criação da Capitania e à Colonização.

Está claro um pensamento periodificador, valendo-se de critérios externos, apriorísticos e, até, com alguns problemas de ordem teórica. Pode-se, por exemplo, considerar a fase do descobrimento como a primeira etapa de um processo histórico catarinense? Já é história catarinense? Por outro lado, qual a contribuição, qual o conteúdo indígena na história de Santa Catarina?

Revelou não muitas consultas a fontes primárias: alguns relatos de viagem e crônicas, cartas de doação, alvarás ,

escrituras, não muito mais. Entretanto, foram abundantes as fontes secundárias consultadas<sup>23</sup>.

Há um pensamento historiográfico, nítido e cristalino, quando o Autor se colocou numa corrente, numa sucessão, dentro da comunidade dos historiadores, consciente de que teria sucessores e críticos.

Corrigiu autores anteriores: "*Hé sem dúvida pela razão que a Ilha não lhe foi dada como o forão as outras Capitã[n]ias do Brasil: por tanto Raynal enganou-se a este respeito*".

Justificou alguns desses erros, como o fez ao apontar para a diferença da qualidade instrumental e da ciência náutica, em épocas pregressas.

Conjeturou, à falta de documento, e fez afirmações responsáveis, com a autoridade de quem pesquisou, tal como a proclamação de Solis como descobridor da Ilha de Santa Catarina: "... enquanto não chegarem ao meu conhecimento as descrições circunstanciadas das viagens dos outros navegantes, que antes delle vierão ao Brasil".

Interpretou, como a leitura que fez sobre o comportamento dos índios: "*estes Carrijôs não sô não erão anthropophagos*

---

<sup>23</sup>Citou uma bibliografia de História, Geografia e Matemática, de autores portugueses, espanhóis, franceses, brasileiros e referentes aos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Entre tantas, convém destacar a "*História de los Hechos de los Espanholes en las Indias*", de Antonio Herrera, a "*Historia General des Voyages*", do Abbade Prevost, a "*Nova Lusitânia*", de Francisco Brito Faria, o "*Compêndio de Geografia Humana*", de Pinkertou, a "*Histoire Philosophique*", de Raynal, "*Tratado dos Descobrimentos*", de Antonio Galvão e "*Chronica de El-Rei D. João III*", de Francisco de Andrade.

*mas tinha mais razão, e humanidade do que outras nações..."*

Citou as fontes consultadas, não escondeu informações, nem camuflou idéias.

Esses gestos são historiográficos.

Dono de boa consciência histórica, indicou a colonização de Santa Catarina como modelo, desde que se façam "*Aquellas alterações que são próprias dos tempos, e das circunstâncias políticas actuaes*".

No Artigo Primeiro, da PARTE SEGUNDA-STATISTICA - ao fazer a "*Descrição Physica*", a qualidade historiográfica é um pouco inferior, embora sintamos o seu esforço para a manutenção do nível da crítica.

Sendo a História a ciência que estuda a ação dos homens, reclama-se de Brito o exame da participação da gente catarinense na alteração da paisagem "*physica*" e na produção de novas realidades. Diga-se, entretanto, a bem da verdade, que, de vez em quando, ele introduziu a pessoa humana, como, por exemplo: "*... o grande Rio Uruguay, que corre e se entranha para o sertão, que hoje indevidamente faz parte da Capitania de São Paulo...*" (o grifo é nosso).

Por outro lado, valendo-se da dúvida metódica e exercitando a ética de historiador, escreveu: "*... o rio Tajahi ... diz-se que atravessa o caminho, que vai da Curitiba para o continente do Rio Grande (o que não afirmo)...*".

Bom observador, afirmou que "*Os tres rios sobreditos (referia-se aos rios São Francisco, Itajaí e Tubarão) são perenes e caudalosos, e nos tempos de chuvas muí rápida e perigosa he a sua corrente*".

As vezes se deixou levar pelo entusiasmo, pela afetividade, enamorado que era da terra: "*... sem dúvida seria ella*

*hoje o Paraíso do Brasil".*

Apressou-se no elogio à fertilidade do solo, no que se tornou menos preciso do que Miranda Ribeiro.

Já no Artigo Segundo - Descrição Política - estabeleceu, com pensamento transparente, a relação entre o espaço, as autoridades, o povo e as instituições.

Outra vez o pensamento historiográfico reluz: ao citar distâncias, observou, em nota de rodapé, que "*Todas ... de huns lugares a outros, de que tenho fallado, e continuarei a fallar, forão em diferentes tempos medidas à corda sobre o terreno, e são vulgares na Capitania: referem-se a lagoas de 3\$000 braças*".

No Artigo Terceiro, dedicado ao "*Governo e Administração Pública*", ofereceu uma informação que explica, em parte, o comportamento submisso de Miranda Ribeiro: "*Antes da vinda da Corte para o Brasil, o Governador de Santa Catarina estava sujeito ao Vice-Rei do Estado, e a sua autoridade pode dizer-se que era puramente militar...*".

A seleção dos aspectos, para a descrição do Governo de Santa Catarina, revela um profundo espírito crítico e uma incontrollável vontade de intervir: "*A Capitania tem um Magistrado... que para cúmulo dos males dos seus habitantes não reside hoje dentro dela*".

O Artigo Quarto é dedicado à "*População*". Seu espírito histórico obrigou-o a reclamar da insuficiência de dados nos "*ridículos mappas de população*". E, em nota ao pé da página 53, reiterou: "*Se os empregados públicos da Capitania tivessem tido mais zelo e mais intelligencia desta tão interessante parte da administração pública, eu teria encontrado alli os dados precisos para com clareza tratar desta matéria*".

Formalizou a evolução da população catarinense sobre dois eixos: o físico (clima, solo, etc), que reconheceu ser inteiramente favorável, e o eixo moral (caráter, educação, usos e costumes, governo, legislação política e civil, etc), então considerado culpado pelos *"obstáculos à conservação e aumento de sua população"*. Inconsolável, não admitiu, num cálculo fisiocrático, a diferença entre a população existente e a possível.

Nos Artigos Quinto e Sexto - *"Produções dos tres Reinos da Natureza"* e *"Agricultura, Indústria e Comércio"* - percebe-se uma confusa assimilação do liberalismo econômico. Reclamou que *"... hum mau systema de administração desde o anno de 1753; ou para melhor dizer desde a sua colonização..."*, e acrescentou: *"... o aumento se deve quasi todo à natureza, bem pouco à arte, e nada à administração"*.

Desejou uma organização racional da economia, principalmente pensando no aumento da produção (não encontramos nem insinuações relativas a uma preocupação pelo aumento da produtividade).

Quanto aos engenhos, conflitam as informações de Miranda Ribeiro e Brito. O Autor da *"Memória"*, afirmou em 1816, que *"não há na Capitania engenhos (cremos que se referia aos engenhos de açúcar), mas sim pequenas enghocas"*. Ou o período que os separa foi de grande decadência no setor ou, então, ocorreu significativa alteração no conceito, porque, em 1797, Miranda Ribeiro relacionou 3 engenhos de açúcar e 60 fábricas de açúcar<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Não dispomos de elementos para distinguir os engenhos das fábricas de açúcar.

No Artigo Nono, destinado ao registro das coisas da "*Educação Pública, Caráter e Costumes dos Habitantes*", Brito teve um desempenho muito pobre: descreveu, retratou, mas de maneira estática, sem apontar as forças determinantes daquelas realidades, sem ousar intenções performativas explícitas. Reclamou da aplicação do subsídio literário, mas não solucionou o problema, isto é, não esclareceu o destino que foi dado aos recursos arrecadados.

Diferentemente de Miranda Ribeiro, agora, com Brito, havia um povo, que era fiel ao Rei, que era religioso, festeiro, decente, caritativo, com mulheres agradáveis, prendadas e fecundas, que cantavam, tocavam e dançavam, mas ... onde? quando? Em que instituições essas virtudes ou tendências se projetaram?

A PARTE TERCEIRA - Importância e Melhoramento da Capitania - foi dividida em 3 capítulos: "*Importância Política*"; "*Modo de Promover o Melhoramento da Capitania*" e "*Medidas que se devem tomar relativas ao aumento da população, agricultura, rendas, e educação pública*".

Esta parte da Memória é fruto da boa consciência histórica do Autor, mas se trata de uma abordagem prospectiva, proposta com possibilidade de realização futura; não é, pois, História, nem no sentido de realidade passada, nem no significado de realidade interpretada.

É, em potencial, um documento histórico, dependendo de sua seleção para integrar os quadros interpretativos do historiador hodierno.

Outra alternativa é a de que se aponte esta parte da Memória, bem como o Apêndice, como causa, inspiração ou fonte de acontecimentos que lhe são posteriores. Se tudo leva a crer que Brito desenvolveu a idéia original da construção da estrada

São José-Lages, contida no Relatório de Miranda Ribeiro, também se pode insinuar, sem leviandade, alguma relação entre a recomendação da anexação de Lages, à Capitania de Santa Catarina, por Miguel de Brito, e a efetiva incorporação, por Alvará Régio de 9/9/1820<sup>25</sup>, mesmo que esta data seja anterior à publicação da Memória.

Após traçar o perfil do Governador ideal para Santa Catarina, Miguel de Brito, se antecipando à exigência de José Honório Rodrigues, de que todo historiador deve prestar serviço público, concluiu a "*Memória Política*" afirmando que "*foi ... o desejo de servir o meu Rei, e a minha Nação*".

O Apêndice e os Apensos também não são historiográficos.

Dividido em 8 artigos e uma conclusão, o Apêndice fornece os princípios e orientações gerais para povoar e cultivar o sertão, para o traçado da estrada São José-Lages, para o povoamento especial dessa estrada, organização, responsabilidades e privilégios de uma companhia de acionistas e outras sugestões para a abertura daquela e outras estradas.

Os Apensos A e B são "*Extratos*" feitos por Brito de documentos que levam a assinatura de João Bitancourt Pereira Machado e Souza. O primeiro é uma Descrição da Picada do sertão, de 1787; o segundo é uma Memória sobre a construção de estrada para Lages, de 22/12/1800. Como não conseguimos consultar no original, isto é, no todo, estes documentos, também nada podemos dizer do grau de excelência da matéria que Brito extraíu em

---

<sup>25</sup>PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: Sua História. op. cit. p.

relação ao que rejeitou. Contudo, o valor histórico desses dois Apensos já se anuncia na utilização que Brito fez deles ao escrever o Apêndice.

Finalmente, Brito juntou cópia de uma Provisão Régia referente ao transporte e estabelecimento dos colonos das Ilhas dos Açores para Santa Catarina, bem como a cópia do Edital, publicado naquelas Ilhas, também relativo ao transporte de colonos.

Creemos serem desnecessárias explicações pela ausência de uma análise mais demorada sobre esses acréscimos, desde que não os consideramos documentos historiográficos, mas a anexação, por si, depõe a favor da qualidade historiográfica do trabalho de Miguel de Brito, como um todo.

Miguel de Brito dominava uma vasta e atualizada bibliografia<sup>26</sup>, especialmente referente à administração pública e Economia Política.

Seu pensamento histórico, pela formação, pelo Iluminismo assimilado com cautela, não ultrapassou o culto do herói: assim registrou a prosperidade brasileira a partir de 1808, mas não criticou a política anterior, então mais repressiva e espoliativa. Estava a serviço da ideologia da conquista.

Seu pensamento histórico é português: a elevação do Brasil à categoria de Reino unia as partes, política e civilmente, identificando numa só família os portugueses dos dois mundos; em outras palavras, considerou o brasileiro como português

---

<sup>26</sup> Em geral a bibliografia é francesa, inglesa e italiana. Cita repetidamente uma obra que lhe deveria ser de muito apreço: Ciência da Legislação, de Filangieri.

americano. Foi português mesmo quando explicitou a intenção de "*advogar seus interesses e prosperidade por meio desta Memória Política...*".

Tratava-se da prosperidade da Capitania, que era do Rei.

### CAPÍTULO III

TRÊS CONTRIBUIÇÕES EM MEADOS DO SÉCULO XIX:

ALMEIDA COELHO, SANTOS SILVA E ARCIPRESTE PAIVA

O Brasil ingressou no século XIX cultivando uma Histo  
riografia plantada numa tradição colonial, teimosa, e, simulta  
neamente, numa promessa de História científica.

Ambas as vertentes apontavam os quadros da civilização ocidental como elementos da inteligibilidade da nossa História. Uma e outra, bem como a literatura em geral, tiveram, então, na constituição de valores nacionais, uma sintonia temática. Com prometeram-se com a Independência, com a Regência, com o Impê  
rio e, infelizmente, com os líderes intelectuais desses movi  
mentos históricos; esses líderes foram ficando defasados, em re  
lação à evolução determinada por forças novas, e a Historiogra  
fia também, não dando, em consequência, respostas atualizadas, não prestando serviço público no estudo do inapelável novo.

Diz Janotti<sup>1</sup>: *"Pactuado com a Monarquia, o Instituto - (IHGB) nem sequer a defendeu. Deixou de representar a evolução da consciência nacional e voltou-se para o passado".*

O pensamento historiográfico que persistiu foi o de Silvestre Pinheiro Ferreira, de Cairu, em que o poder soberano da Monarquia Constitucional *"não repousa ultimamente no povo* ,

---

<sup>1</sup>JANOTTI, Ma. Lourdes. João Francisco Lisboa: Jornalista e His  
toriador. São Paulo, Ática, 1977, p. 18.

mas na pessoa do Rei"<sup>2</sup>.

Em toda parte, os políticos contribuía<sup>m</sup> para a confu<sup>s</sup>ão da sociedade. Os liberais "*Desconfiavam sistematicamente de todos os poderes que não surgissem da eleição. Preferiam uma autoridade facciosa, mas eleita, ao passo que os conservadores pensavam exatamente ao contrário*". E a sociedade respondia: "*na da tão semelhante a um conservador do que um liberal no poder*"<sup>3</sup>.

João Camilo O. Torres<sup>4</sup> levantou a hipótese dessa divi<sup>s</sup>ão político-partidária repousar no conservadorismo da classe agrária e no liberalismo do meio e das profissões urbanas.

Preferimos insistir na denúncia de uma formação e in<sup>f</sup>ormação defeituosas do povo brasileiro, especialmente nas pro<sup>v</sup>íncias menos prósperas: uma ética de ajustes, uma política de conciliação, a educação subordinada a interesses não discutidos.

Concordando com os críticos, especialmente os de lite<sup>r</sup>atura, somente na década de 70 haveria uma transformação subs<sup>t</sup>ancial, exigindo dos homens posicionamentos claros e explícitos.

Até então, as maiores realizações historiográficas fo<sup>r</sup>

---

<sup>2</sup>FENELON, Déa. 50 Textos de História do Brasil. São Paulo, Huci<sup>t</sup>tec, 1974. p. 91.

<sup>3</sup>TORRES, João Camilo O. In: FENELON, Déa. op. cit. p. 101.

<sup>4</sup>TORRES, João Camilo O. op. cit. p. 102.

ram as de Southey<sup>5</sup>, de Martius<sup>6</sup> e de Varnhagen<sup>7</sup>.

O Visconde de Porto Seguro foi um conservador intransigente e convicto; não aceitou qualquer espécie de inconformismo político, nem sob a forma de rebeldia, nem de revolução, nem de nacionalismo caboclo. Repudiou os princípios democráticos e republicanos e só se valeu da versão oficial, causa e consequência do seu apego e sede exasperada de documentos. Sua "*História Geral do Brasil*" foi lançada, em primeira edição, justamente no mesmo ano de 1853 em que se publicava em Desterro a "*Memória Histórica do Extinto Regimento d'Infantaria de Linha da Província de Santa Catarina*", que é objeto deste estudo.

---

<sup>5</sup>SOUTHEY, Robert (1774-1843), inglês e protestante, escreveu uma "*História do Brasil*", interpretando a realidade brasileira. Recomendou, como método a comparação do Brasil com as colônias espanholas limítrofes.

<sup>6</sup>MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. (1794-1868), alemão que pretendeu ensinar "*Como Se Deve Escrever a História do Brasil*". Criticou as crônicas e planejou uma síntese histórica. Seu método de abordagem partia da formação do povo, da miscigenação, dos estudos etnográficos, o espírito aventureiro, de liberdade e religiosidade dos ibéricos, pela contribuição negra, para chegar à sociedade civil. A RIHGB reeditou em 19 páginas, em 1953, vol. 219, Ab/Junho. p. 187 e segs.

<sup>7</sup>VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Visconde de Porto Seguro (1816-1878). A Revista de História nº 88, referindo-se à sua "*História do Brasil*", edição de 1853, considera como sendo o "*monumento historiográfico do século XIX*". Glenisson faz referência a uma edição posterior (1854/57) com o título "*História Geral do Brasil Antes de sua Separação e Independência de Portugal*".

O exame crítico de Glenisson<sup>8</sup> sobre a "*História Geral do Brasil*" apurou, em Varnhagen, a influência de Martius no plano da obra, de Ritter na importância dada aos fatores geográficos, de Ranke na tentativa de reprodução do fato, tal como aconteceu, e no culto ao herói.

Nesse mesmo tempo (1800-1870) o quadro cultural catarinense evoluiu do indiferentismo para as produções teoricamente confusas:

A população, quantitativamente, não era um bom ponto de apoio para fazer face às solicitações intelectuais que o século XIX reservava à Província no contexto nacional<sup>9</sup>.

Em seu aspecto qualitativo, levando-se em conta os cronistas estrangeiros (La Perouse, 1785; Krusenstern, 1803), a população vivia, em Santa Catarina, sem perspectiva, num eterno presente, embora Duperrey, em 1822, registrasse festejos entusiásticos em virtude da independência.

Aliás, conta Piazza<sup>10</sup> que, em 12 de outubro de 1822, 143 pessoas aceitaram a independência do Brasil, assinando a "*ata de aclamação*" na Câmara da Vila do Desterro. Idêntico procedimento, sem manifestações contrárias, ocorreu em Lages, Laguna e São Francisco.

---

<sup>8</sup> GLENISSON, Jean. Iniciação aos Estudos Históricos. São Paulo, Difel, 1977, 2ª edição.

<sup>9</sup> Os autores divergem quando procuram precisar o número de habitantes em diversas datas referenciais (1810, 1820, 1850), porém em todos interpretamos os dados como sendo de uma população reduzida.

<sup>10</sup> PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: Sua História. Florianópolis, UFSC/Lunardelli, 1983. p. 226.

Meirinho<sup>11</sup> transcreveu um trecho do Editorial de "O Catarinense", de 11/08/1831, expressamente anti-monárquico, subversivo em matéria social e política, mas asseverou que o editoralista Jerônimo Coelho reconsiderou a sua agressividade "*talvez porque novas idéias não encontrassem eco na sociedade local*".

Piazza e Hübener<sup>12</sup> consideram Santa Catarina marginalizada do mundo cultural luso-brasileiro, no início do século, baseados, aliás, nas informações de Miguel de Brito. Informam, ainda, que, em 1842, a matrícula no ensino de primeiras letras era de 970 crianças, e que em 1850 funcionavam 79 escolas. Isso teria preocupado o Governo, uma vez que, em 1856, criou uma Direção Geral da Instrução da Província e assinou Resoluções referentes ao ensino de humanidades.

Melo<sup>13</sup> dá como ponto de partida da vida intelectual de Desterro o advento da imprensa, em 1831, enquanto Sachet<sup>14</sup> só admite intelectualidade após 1850.

<sup>11</sup> MEIRINHO, Jali. A República em Santa Catarina. Florianópolis, UFSC/Lunardelli, 1982. p. 9.

<sup>12</sup> PIAZZA, Walter F. e HÜBENER, Laura M. Santa Catarina: História da Gente. Florianópolis, Lunardelli, 1983. p. 95.

<sup>13</sup> MELO, Osvaldo F. de. Introdução à História da Literatura Catarinense. Porto Alegre, Movimento, 1980. p. 27.

<sup>14</sup> SACHET, Celestino. In: SILVA, Jaldyr B.F. da Silva. Fundamentos da Cultura Catarinense.

Meirinho<sup>15</sup> afirma que *"Nos povoadores iniciais e nos imigrantes ... fundamentam-se os valores da nossa cultura e neles se assentam as bases das instituições culturais..."* E acrescenta: *"A incumbência (do ensino) foi dada aos jesuítas ... que ... logo em seguida foram expulsos de Portugal e da Colônia"*.

Dá o início do ensino médio com o Arcipreste Paiva, em 1843, e a Biblioteca Pública, criada em 1854, como a mais antiga de Santa Catarina<sup>16</sup>. O mesmo Autor faz referência a grupos teatrais, na década de 50, inclusive em São José, São Francisco e Laguna.

O contingente humano inicial foi açoriano, que, na interpretação de alguns Autores, era pacífico e passivo. Diz Pauli<sup>17</sup>: *"o açoriano não se miscigenou com o índio, de quem não herdou o senso de arrojo, que se verifica no luso-bandeirante"*.

Peluso Jr.<sup>18</sup>, entretanto, considera que *"A colonização açoriana, na realidade, venceu socialmente, mas sob o ponto de vista econômico não fracassou"*, e que cumpriu o seu papel, dentro das possibilidades e limitações da época.

---

<sup>15</sup> MEIRINHO, Jali. As Instituições da Cultura Catarinense. Florianópolis, SEC, 1970. p. 12.

<sup>16</sup> PIAZZA, Walter F. In: Santa Catarina: Sua História (p. 470) cita duas bibliografias mais antigas: a do Brigadeiro José da Silva Paes e a do Colégio dos Jesuítas que, fundado em 1750, foi fechado em 1759.

<sup>17</sup> PAULI, Evaldo. A Fundação de Florianópolis. Florianópolis, Edeme, 1973, p. 149.

<sup>18</sup> PELUSO JR., Victor A. Aspectos da População e da Imigração no Estado de Santa Catarina. In: SILVA, Jaldyr B. da. Fundamentos da Cultura Catarinense. Rio, Laudes, 1970. pgs. 58 59.

Para esclarecer essas possibilidades e limitações, recorre ao trabalho de Hübener<sup>19</sup>: "*A ilha e à costa catarinense foram povoadas em função das necessidades estratégicas da Coroa Portuguesa e não em função de objetivos econômicos...*" E, em outra obra<sup>20</sup> vem a complementação: a obra de colonização no I Reinado "*foi vista mais como fins de defesa, do que de povoamento*".

Souto<sup>21</sup> não pensa diferente; concorda em que a questão chave é a importância estratégica, com a Coroa e os paulistas, integrando economicamente a área à economia colonial, como um "*território de passagem*". Todo o excedente tornou-se comerciável, transformando os comerciantes no grupo social mais importante, no início do século XIX, com que Hübener está de acordo.

Ao nascer o século XIX, Desterro não era cidade ainda<sup>22</sup>. Política, administrativa, judiciária, militar e religiosamente, dependia de uma superioridade hierárquica externa, com Santa Catarina vista não na sua especificidade, não nos seus anseios e interesses, mas sim num contexto estranho, quase sempre prejudicial ao seu progresso material e desenvolvimento de sua gente. Assim, foi, por exemplo, a criação da Intendência de Marinha, que, ligada às guerras no sul, aqui existiu desde 1817 até 1831, na satisfação da política expansionista portuguesa<sup>23</sup>.

<sup>19</sup> HÜBENER, Laura Machado. O Comércio da Cidade do Desterro no Século XIX. Florianópolis, UFSC, 1981. p.15.

<sup>20</sup> PIAZZA, W.F. e HÜBENER, L.M. op. cit. p. 53.

<sup>21</sup> SOUTO, Américo A.C. Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina. Florianópolis, CEAG-SC, 1980. p. 48.

<sup>22</sup> A elevação à categoria de cidade ocorreu em 24/02/1823.

<sup>23</sup> Sobre o assunto convém consultar: BALDIN, Nelma. A Intendência da Marinha de Santa Catarina e a Questão da Cisplatina. Florianópolis, FCC, 1980.

Mesmo depois da independência, a Província continuou recebendo Presidentes designados pelo monarca e, na sua maioria, pessoas sem ligação cultural com o povo catarinense<sup>24</sup>.

Até a colonização, no II Reinado, continuou obra do governo central. Já obedecia a outros princípios e trazia em seu bojo uma nova cosmovisão, uma nova idéia sobre o trabalho; entretanto, Piazza<sup>25</sup>, que descobriu no imigrante o porte da ideologia do progresso, ainda não ousou classificar de "modernização" a mudança ocorrida em Santa Catarina<sup>26</sup>.

Lages, em 1820, foi anexada à Santa Catarina. Se a anexação político-administrativa se fez com facilidade, o processo de integração cultural, todavia, tem sido demasiadamente lento.

---

<sup>24</sup> Conforme CORRÊA, Carlos H. Os Governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982. Florianópolis, UFSC, 1983. Contam-se de 1824 (sucessão da Junta Governativa posterior à independência) até 1870 (final do período de estudo neste capítulo) 2 cearenses, 4 portugueses, 2 paulistas, 3 gaúchos, 6 cariocas, 1 paraense, 2 paranaenses, 1 pernambucano, 2 baianos, 1 sergipano, 4 catarinenses e mais SEVERO AMORIM DO VALE, cuja origem desconhecemos.

<sup>25</sup> PIAZZA, Walter F. A "Modernização" e os Contingentes Imigratórios em Santa Catarina. São Paulo, Separata da Revista de História nº 105, 1976.

<sup>26</sup> Convém, para um aprofundamento ou para embasar um questionamento, verificar o conceito de "modernização" contido na obra citada pela nota 25.

Piazza e Hübener<sup>27</sup> afirmam que Lages, tanto economicamente, quanto pela paisagem física e cultural, continuava ligada a São Paulo e ao Rio Grande do Sul, e quem se informar em Elke<sup>28</sup>, compreenderá como Lages "*não nasceu catarinense*".

Apesar desses problemas, Santa Catarina teve, na primeira metade do século XIX, alguns nomes de projeção nacional, como Jerônimo Francisco Coelho, João Silveira de Souza<sup>29</sup>, Ma

---

<sup>27</sup>PIAZZA, W. F. e HÜBENER, L.M. op. cit.

<sup>28</sup>ELKE, Cyro. A Conquista do Planalto Catarinense. Rio, Laudes, 1973.

<sup>29</sup>Nasceu em Desterro, em 04/02/1824. Fez o Curso Jurídico em São Paulo, formando-se em 1849, voltou à terra, onde foi Promotor Público, Procurador Fiscal da Fazenda Provincial e advogado. Entretanto, já em 1852, dava início a uma carreira das mais interessantes: 1852: Secretário do Tribunal do Comércio de Pernambuco, onde, também, abraçou o jornalismo; 1853: Secretário do Governo do Pará; 1855: Lente da Faculdade de Recife; 1857: Presidente da Província do Ceará; a seguir: Presidente da Província do Maranhão; 1862 : Presidente da Província de Pernambuco; 1864: deputado por Santa Catarina; 1867: nomeado Presidente da Província da Bahia; renunciando para assumir a Inspeção da Alfândega do Rio de Janeiro; 1868: assumiu o Ministério dos Estrangeiros; 1884: Presidente da Província do Pará. Aposentou-se em 1890, porém logo depois assumiu a Presidência do Banco Franco-Brasileiro, no Rio, de onde se exonerou em 1896, retirando-se para o Recife (Dados extraídos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, I a IV Trimestres de 1915, Florianópolis, 1916).

noel José de Souza França<sup>30</sup> - que alcançaram o Ministério - e o Senador Tenente-Coronel José da Silva Mafra.

A imprensa desempenhava o seu papel de oportunizar a divulgação das idéias, quebrando a homogeneidade, o unívoco, de maneira que a República Catarinense corroborou a máxima de que em História nada acontece por acaso. Em 1856, por exemplo, o "Argos" já participava do movimento abolicionista.

Tanto o progresso em si<sup>31</sup>, quanto o capricho para recepcionar Suas Magestades Imperiais, determinaram mudanças na fisionomia urbana. Silveira de Souza<sup>32</sup> cita o sobrado como "reflexo da melhoria econômica", e os cuidados com as platibandas e com as calhas, como decorrência de modificações nas Posturas

---

<sup>30</sup> Nasceu na Laguna em 1780 e faleceu no Rio de Janeiro em 1856. Entre outras funções importantes, exerceu dois Ministérios (o da Justiça e o do Império) e foi deputado e Presidente da Província do Rio de Janeiro. Escreveu "*Retrospecto dos erros da administração do Brasil desde a sua descoberta como causa principal do atraso de sua prosperidade política*". (Dados extraídos de PIAZZA, in: Santa Catarina. Sua História, p. 283.).

<sup>31</sup> HÜBENER, Laura M. op. cit. p. 28, declara que, em 1850, Desterro exportava mais da metade de toda a exportação da Província (64,81%).

<sup>32</sup> SOUZA, Sara Regina S. de. A Presença Portuguesa na Arquitetura da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, FCC, 1981. p. 162.

Municipais<sup>33</sup>.

Diz Andrade<sup>34</sup> que "Em 1831, os proprietários dos lotes com as respectivas casas foram obrigados a calçar a frente de seus prédios que, pouco a pouco, foram dando novo aspecto à cidade".

Conforme a mesma Autora<sup>35</sup> "Em 1841 ... a cidade já tinha sua iluminação pública, feita através de lampiões de azeite de peixe ...", que não eram acesos "... nos dias de luar e de vento sul".

Em 1847, Victor Meirelles matriculava-se na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro e os anos de 1832, 1833, 1837, 1838 e 1839 registraram uma série de estudos visando a exploração do carvão em Santa Catarina. Bossle<sup>36</sup> afirma que, afinal, em 06/02/1861, verificou-se a aprovação da aquisição das terras para a exploração do minério da Cabeceira do Rio Tubarão. O ato do Visconde de Barbacena atrairia Santa Catarina para uma nova conjuntura nacional: participando da "Guerra do Paraguai"

---

<sup>33</sup> O Código de Posturas Municipais, de que se valeu a Autora citada na nota 32, foi um editado no Rio de Janeiro, pela Casa Mont'Alverne, em 1898, nada sendo informado sobre o início de sua validade e aplicação.

<sup>34</sup> ANDRADE, Djanira M.M. de. Hercílio Luz: Uma Ponte Integrando Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1981. p. 38.

<sup>35</sup> Sobre o assunto, com maiores detalhes, convém consultar CABRAL, Oswaldo R. Nossa Senhora do Desterro - Notícia.

<sup>36</sup> BOSSLE, Ondina P. Henrique Lage e o Desenvolvimento Sul Catarinense. Florianópolis, UFSC, 1981. p. 17.

(nesse final de período histórico que estudamos (1800-1870) ; com apoio logístico, com homens e com alimentos, a Província lamentaria o declínio da sua atividade portuária, em virtude do maior calado dos navios a vapor, mas se beneficiaria com os novos meios de comunicação e com o desenvolvimento da região sulina.

Mesmo assim, reclamam os críticos literários, o século transcorria e o Romantismo não chegava em Santa Catarina. Já havia, na metade do século, venda de livros, escolas, bibliotecas, jornais, uma Sociedade Literária, mas Melo<sup>37</sup> percebeu anacronismos e Sachet<sup>38</sup> chama de neo-classicismo anacrônico.

De qualquer forma, foi neste ambiente cultural, que se formaram e pensaram homens como Almeida Coelho, Santos Silva e Arcipreste Paiva. Um só espaço, um só tempo, uma só sociedade e três historiadores.

#### A. MANOEL JOAQUIM D'ALMEIDA COELHO

Lucas A. Boiteux<sup>39</sup> teve Almeida Coelho em grande conta: afinal era o Patrono de sua cadeira na Academia Catarinense de Letras. Disse da *"competência, discreta análise dos fatos, espírito de investigação, sinceridade e serenidade nos conceitos e julgamentos, amor à verdade, sobriedade na narrativa e nas descrições dos acontecimentos"*.

---

<sup>37</sup>MELO, O. op. cit.

<sup>38</sup>SACHET, Celestino. A Literatura de Santa Catarina. Florianópolis, Lunardelli, 1979. p, 30.

<sup>39</sup>Série de 5 artigos publicados em "A Gazeta", de Florianópolis, 1955.

O que Boiteux disse, parece, não merece correções; porém há outras facetas a considerar: Piazza, por exemplo, diz que Almeida Coelho "*não aponta relação conjuntural ao leitor*"<sup>40</sup>.

Melo comenta: "*Se a Memória Histórica falta um método rigorosamente científico na codificação, exposição e crítica dos dados, já se nota uma intenção de buscar a verdade e de colaborar para o início de uma obra importante que mais tarde...*"<sup>41</sup>

A maior riqueza de dados biográficos está em Piazza<sup>42</sup>: nasceu em Desterro, em 1792, no seio de uma família estruturada para as vicissitudes, deveres e glórias da carreira militar; constituiu-se, também ele, num dos oficiais do Regimento D'Infantaria de Linha de Santa Catarina, partícipe das campanhas do sul, como relata em Memória; reformando-se, em 1849, ocupou o cargo de Secretário da Câmara Municipal de Desterro, cujo arquivo, à disposição, favoreceu-lhe nas diversas pesquisas históricas que empreendeu.

Meirinho e Jamundã<sup>43</sup> dizem que Almeida Coelho exerceu o comando militar de Porto Belo, o Juizado Municipal de Órfãos e a Delegacia de Polícia de Desterro.

---

<sup>40</sup>PIAZZA, W.F. Santa Catarina: Sua História. op. cit. p. 22.

<sup>41</sup>MELO, O. op. cit. p. 48 e 49.

<sup>42</sup>PIAZZA, W.F. Santa Catarina: Sua História. op. cit.

<sup>43</sup>MEIRINHO, J. e JAMUNDÃ, T.C. Nomes que Ajudaram a Fazer Santa Catarina. Florianópolis, Edeme, 1972.

Lucas A. Boiteux forneceu, ainda, outros dados: após as atividades de guerreiro, Almeida Coelho dedicou-se à literatura histórica, ao jornalismo e à política, sendo, inclusive, eleito deputado provincial.

Faleceu em 27/02/1871.

O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, em sua sessão ordinária do dia 31/08/1984, criou a Comenda "*Almeida Coelho*", a ser concedida a quem se destacar como defensor da memória catarinense.

Não se tem, infelizmente, mais uma vez, desse historiador o seu elenco de autores, um exame de suas leituras, afinal o ideário de uma bibliografia e de uma formação regular.

Analisamos, neste trabalho, a "*Memória Histórica do Extincto Regimento D'Infantaria de Linha da Província de Santa Catharina*"<sup>44</sup> e a "*Memória Histórica da Província de Santa Catarina*"<sup>45</sup>.

Em ambas, o seu pensamento diretor é claramente conservador, fiel à monarquia constitucional e à organização social e econômica vigente.

Em ambas não fez inovações; nem no método, nem nos objetos, nem ideologicamente.

Entretanto, Almeida Coelho, do seu lugar social, do

---

<sup>44</sup> Esta Memória foi escrita, na Cidade de Desterro, "*nos dias do natal do ano de 1850*" e impressa pela Typographia Catharinense, em 1853.

<sup>45</sup> A Memória Histórica da Província foi publicada em 1853 e reimpressa em 1877, por J.J. Lopes, em Desterro. Neste trabalho estamos nos valendo dessa segunda edição.

# MEMORIA HISTORICA

DO

EXTINCIO REGIMENTO D'INFANTARIA DE LINHA DA PROVINCIA

DE

## SANTA CATHARINA

OU

INFORMAÇÃO DOS SEUS SERVIÇOS MAIS NOTÁVEIS, E DOS MOTIVOS, E LOGARES  
ONDE OS PRESTOU.

**DE** **COELHO**

MANOEL JOAQUIM DE ALMEIDA COELHO.



ESCRITA NA CIDADE DO DESTERRO, EM DIAS DO NATAL DO ANNO  
DE 1850.

Typographia Catharinense, anno de 1853.

*O Empressor Germano A. Maria.*

seu presente, como líder intelectual de um grupo, cuja aflição captara, partiu de um problema: a honra e o valor do seu Regimento e a omissão dos respectivos méritos pelos Anais da Província do Rio Grande de São Pedro.

Formulou um passado de espírito de corpo e valor pessoal, de disciplina e bravura, de honra, justiça e recompensa, e a pesquisa acusou os desvios da intriga, da preterição, dos privilégios e da ingratidão.

A vontade clara de realizar um resgate moral, de que seria também beneficiário, envolveu-o emocionalmente, sem, todavia, perturbar o discurso, que transcorreu marcado pela razão, sempre apoiado na prova documental e no testemunho pessoal do Autor, como observador direto e até, às vezes, como personagem central dos eventos.

Em nome da verdade, e estimulado pelo estado emocional, como reflexo de sua independência, coragem e sensibilidade (qualidades de historiador), apontou falhas de caráter e falta de um mecanismo criterioso para a mobilização das tropas e promoção dos soldados, denunciou os culpados pelos erros táticos e pela precariedade dos materiais e do moral da tropa, declinou o nome dos injustiçados e localizou ações, no tempo e no espaço, daquele Regimento catarinense, realçando-lhe sempre a conduta, que, se não foi irrepreensível, pelo menos não foi inferior a de outras Unidades.

Da origem à extinção do Regimento, arrolou uma grandiosa folha de serviços prestados e desde 1811 a Memória praticamente se transformou num diário de campanha, tão grande é a riqueza de detalhes, a proximidade dos fatos e a seqüência da ação.

Seu pensamento é o de um oficial, responsável, honrando a profissão, valorizando os companheiros de luta e as missões confiadas.

Na "Despedida" (págs. 48 a 52), então, a emoção o traíu: o tratamento se tornou solene, o estilo se alterou, deixando de ser um relato histórico, para se constituir numa exortação paterna, superior, de encorajamento, de alerta. Poético e patético:

*"Ide, meus queridos companheiros ... Vereis homens menos invejosos, menos venais e mais corajosos: sim, homens mais amantes da Pátria e dos seus concidadãos, mais apreciadores do valor, e do merecimento".*

*"Lembraí-vos Catharinenses da gratidão com que forão, e são desattendidos vossos serviços prestados..."*

*"... ide affeitos, que achareis homens que vos receberão de braços abertos: que testemunharão a estupidéz e a venalidade do governo de 1811 ..."*

*"E vossas Espozaz? Ah! ... vos apresentarão penhores da vossa união conjugal, e beijarão essas mãos que armas calejarão ..."*

Escreveu para o público que compartilhava do seu problema e realizou o seu desiderato, dimensionando a importância do seu Regimento em relação à mobilidade das fronteiras sulinas e, sobretudo, destacando a contribuição do soldado catarinense na defesa e grandeza do atual Rio Grande do Sul.

Em a "Memória Histórica da Província de Santa Catharina" o timbre de Almeida Coelho revela menos segurança e altivez.

A interpretação é mais tímida, numa obra que, realmente, é fase preliminar para um trabalho de História mais acabado. Ele se declarou consciente disso, não por modéstia, mas porque "*Confrontando tantos Escriptores, Archivos, e Documentos, e extrahindo o que nos pareceo mais exacto e verídico, nada mais fizemos que copiar o que outros escreverão ...*"

Além disso, fugiu à História da sua contemporaneidade, não arriscando juízos sobre o Governo do Presidente João José Coutinho, que foi apenas citado, e sobre o orçamento da Província, conteúdo do Capítulo XII, sobre o que nenhum comentário acrescentou.

Ignorava a "*Memória Política*", de Miguel de Brito, mas deve ter usado, como modelos, os trabalhos do Visconde de São Leopoldo, de Van Lede e do Monsenhor Pizarro, que, entre outros, foram repetidas vezes citados.

Dividiu a "*Memória Histórica*" da Província em 12 capítulos, que obedecem, externamente, o critério assunto, e, internamente, o critério cronológico.

No método e, conseqüentemente, na forma do discurso, Almeida Coelho não se afastou do documento, cronologicamente colocado e narrativamente comunicado. Foram raras as vezes que ultrapassou o fato e o documento, como "... n'uma época em que o ter nascido no Brazil era um crime...", ou Curado "*teve a vontade pública a disposição como quem conhecia e possuía a destreza arte de governar povos*", ou, ainda, quando emitiu as suas opiniões pessoais sobre as questões de defesa.

Já no Capítulo IV, por exemplo, quando tratou de "*Algumas produções*", enfileirou flagrantes, momentos parados no tempo, sem evolução, sem exame de causas e conseqüências.

**MEMORIA HISTORICA**

DA

**CIDADE DE SANTA CATHARINA**

PELO MAJOR

**MANOEL JOAQUIM D'ALMEIDA COELHO**

---

REIMPRESSA EM 1877



**SANTA CATHARINA**

Typ. de J. J. Lopes, rua da Trindade n. 2.

---

1877

A seleção do tema ou objeto para cada capítulo não obedeceu a um esquema ou plano prévio; mais parece obediência à disponibilidade ou à felicidade de descoberta de fontes, do que a importância de eventos num quadro de referência. Talvez resida nisso a distribuição desigual das matérias, como, por exemplo, o extraordinário espaço reservado à visita de D. Pedro II, num total de 23 páginas.

Daí a mistura de subtemas com nenhuma ou pouca relação lógica e a conseqüente falta de uma visão mais larga, mais longa, conjuntural.

Cometeu Almeida Coelho alguns descuidos historiográficos, na indefinição do tempo, como "*Em epocha remota ...*", ou na identificação da fonte como "... e a elle (Tovar Albuquerque) se deve a annexação da Villa de Lages ...", ou, "*expressões de uma Memória que temos presente e vamos copiando ...*". Além disso, deu toda fé, sem outras explicações, a um documento anônimo (p. 172).

Empregou conceitos que, pelo menos, em sua época, mereciam maiores esclarecimentos, como o de "*comunismo*" relativo à Colônia de Sahy.

Momentos há, como o Capítulo VI, dedicado a "*Catequese e Colonização da Província*", em que a narrativa é muito pobre, podendo ser o que Boiteux chamou de "*discreta análise dos fatos*", ou ausência de documentos ou falta de espírito crítico.

Apreciava os casos jocosos, os "*causos*" ilhéus, tinha gosto pelo anedótico e pelas expressões irônicas.

As vezes se tornava moralista: "... vierão, se não instruções, ao menos alguns dados, que por decência omitimos".

Preconceituoso em relação ao índio, foi também um

conservador legalista e governista, repudiando, à semelhança de Varnhagen, os "rebeldes" da República Catarinense.

Otimista e racional quanto ao futuro da Laguna, foi, contudo, fatalista em outras oportunidades como: *"mas quer o destino que tudo quanto promette vantagens e engrandecimentos, não tenha o mínimo andamento"*.

De qualquer forma, a Historiografia catarinense tem, em Almeida Coelho, um segundo pilar de sustentação. Se Miguel de Brito foi mais brilhante pelo método, pelo pensamento mais crítico, mais lógico, superior no estilo, no vocabulário e na forma de expor, no discurso, Almeida Coelho ultrapassa-o, por tratar de Santa Catarina para os catarinenses, por tentar dar uma versão catarinense dos fatos catarinenses, valendo-se dos recursos teóricos, metodológicos, documentais e culturais disponíveis na Província.

O processo de elaboração do conhecimento histórico, bem como os processos de divulgação e de consumo desse conhecimento, são conhecidos e válidos.

De Almeida Coelho foram a iniciativa, as opções, as seleções, as interpretações, a consciência da historicidade, a consciência de que superava e de que seria superado; sua também uma cintilante objetividade ética, porque fazia intelecção fundada no documento, buscando a verdade, sem trair o seu lugar social e sem temer a crítica.

Todos estes quesitos conferem à obra a qualidade historiográfica e se pode e se deve considerar Manoel Joaquim D'Almeida Coelho como o primeiro catarinense historiador.

B. JOSÉ GONÇALVES DOS SANTOS SILVA

Nasceu em 1794 na cidade de Porto, em Portugal, e após estudar no Colégio das Antas, dedicou-se, como o pai, ao comércio.

Irrequieto e participante, envolveu-se em movimentos anti-absolutistas, pelo que foi obrigado a se refugiar em Londres. Em 1827 retornou a Lisboa e, já em 1829, fixou residência em Desterro, onde se tornou empresário, explorando o comércio e a indústria: uma serraria, em Nova Trento, pertenceu à firma Wells, Pedrich & Silva<sup>46</sup>.

Aqui em Desterro faleceu em 1876, após 42 anos de uma rica contribuição em ação comunitária.

Realmente foi um irrequieto, integrando-se à cidade, através do povo e das associações e vivenciando a idéia maior de Província; exerceu funções consulares, colaborou como jornalista, pesquisou, organizou seus "índices", enveredou pelo terreno da exegese das leis relativas às fronteiras e se reclinou diante de algumas vidas que lhe mereceram biografias. Almeida Coelho informou, em sua "*Memória Histórica da Província*", que em 3/11/1845, J.G. Santos Silva foi condecorado, por D. Pedro II, como Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Piazza<sup>47</sup>, fonte principal desses dados biográficos, acusa a existência de "*Subsídios para a História da Província de Santa Catarina*", em manuscritos que hoje se encontram sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

---

<sup>46</sup> MEIRINHO, Jali. In: MEIRINHO, J. E JAMUNDÁ, T. Nomes Que Ajudaram a Fazer Santa Catarina. op. cit., diz que a firma era Wells, Pedrich e Gonçalves.

<sup>47</sup> PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: Sua História. Op. cit. p.21.

Repercutiram sobremaneira, na época, as "*Cartas Acerca da Província de Santa Catarina*", que mereceram o aplauso da sociedade, o agradecimento oficial da Câmara de Desterro e a valorização pela Assembléia Provincial, que então discutia a questão das divisas com a recém-criada Província do Paraná, questão semente da futura conflagração do "*Contestado*".?

A forma epistolar dessa produção historiográfica suscita problemas de ordem teórico-metodológica; para que não se confunda com o trabalho jornalístico, nem com uma comvente manifestação de um estrangeiro mostrando gratidão, mas sem perspectiva histórica, ignorante dos estatutos da disciplina historiadora, convém que se examine com atenção no conceito de Historiografia explicitamente colocado na I Parte deste trabalho.

Inicialmente, as "*Cartas*" foram publicadas pelo jornal Desterrense "*Mensageiro*", a partir de sua edição de nº 104. Santos Silva fora provocado intelectualmente por uma matéria de autoria de um certo "*Sr. A*", inserida na edição anterior daquele jornal<sup>48</sup>.

Munido de alguns documentos e buscando a elucidação de tal matéria do "*Sr. A*", Santos Silva foi enviando sucessivas cartas à Redação, até que, sentindo-se desprestigiado, tanto pela ausência de sua coluna em algumas edições do jornal, quanto pela expressão "*Província que nos viu nascer*", no editorial do nº 120, quando era prometida uma nova fase e nova orientação, desconfiado, remeteu a Carta nº 19, informando os seus leitores e colaboradores "*que suspendo a publicação, mas que continuarei tomando notas ...*".

---

<sup>48</sup>A primeira carta foi escrita em 20/09/1856.

Havia no jornal uma dissensão política interna e ele se dizia em *"neutralidade de bandeira, tripulação e carga"*.

Essa carta de nº 19 foi assinada em 9/12/1856. Entretanto, já em 20/01/1857, saíam à rua as cartas de números 20, 21 e 22.

Na carta de nº 21 ele explicou que cedendo às *"expressões, que alguns amigos em conversa expenderão sobre a utilidade da publicação do objeto das minhas cartas; e em consequência de seus desejos de oferta ..."*, voltaria a escrever. Foram feitas, então, assinaturas, como se fossem *"ações de companhia"* e as cartas passaram a ser publicadas em folhas avulsas (que Piazza chama de folhetins), do *"tamanho do Argos"* e impressas pela tipografia de J.J. Lopes<sup>49</sup>.

Esses Avulsos (como Santos Silva chamava) eram distribuídos *"só aos respectivos subscriptores, em casa do Sr. Alexandre Francisco da Costa, Rua Augusta nº 13, onde se subscreve a dois mil réis por vinte números desta folha"*.

A partir dessa segunda fase, as cartas foram dedicadas aos netos, porque esses a Província os vira nascer, deixando transparecer todo o melindre do Autor.

O Avulso 2 saiu em 2/02/1857, contendo as cartas de números 23, 24 e 25; o Avulso 3, em 17/02/1857, com as cartas de números 26 e 27; o Avulso 4, a 11 de março, com as cartas de números 28 e 29; a partir de 15 de março saíram os Avulsos A, B, C e D, com a reimpressão daquelas 19 cartas publicadas pelo

---

<sup>49</sup> O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina publicou as cartas de números 1 a 27, através de sua Revista, edições correspondentes aos anos de 1914 e 1918.

Mensageiro, tanto em cumprimento de uma promessa (Carta de nº 21), quanto em retribuição ao interesse da Assembléia Provincial; o Avulso 5 saiu em 12/06/1857, com as cartas de números 30 e 31; o Avulso 6, em 19 de agosto, contendo as cartas de números 32, 33, 34 e 35; o Avulso 7, em 25/09, com as cartas de números 36, 37 e 38 (primeira parte); o Avulso 8, em 26/11/1857, continuando com a carta de número 38; o Avulso 9 saiu no último dia de 1857, com a conclusão da carta de número 38 e com a de número 39; o Avulso 10, em 28/02/1858, com a carta de número 40; o Avulso 11, em 17 de março, com a carta de número 41; o Avulso 12, em 14/05, com a carta de número 42; o Avulso 13 em 28 de maio, com a carta de número 43; o Avulso 14, em 7 de julho com a carta de número 44; o Avulso 15 em 26 de julho, com a carta de número 45; o Avulso 16, em 21/08, com as cartas de números 46 e 47 (primeira parte); e o Avulso 17 publicado em 06/10/1858, com as cartas de números 47 (conclusão) e 48, esta assinada em 12/09/1858.

Das 48 cartas, apenas 5 não se prenderam ao objetivo inicial e principal; são as cartas de número 19, através da qual comunicou o Autor que suspendia a publicação pelo Mensageiro; a de número 20, quando enfatizou que tinha consciência da utilidade do seu trabalho; as de número 38 e 47, onde traçou as biografias da Beata Da. Joana Gomes de Gusmão e do Irmão Joaquim, respectivamente; e, finalmente, a de número 48, dedicada à História da "*Capella do Menino Deus*".

O problema central, motivação dessa atividade intelectual de Santos Silva, foi a acusação injuriosa do Presidente da Província do Paraná, em sua "*Falla*" regulamentar de 1854, considerando injusta a pretensão catarinense em relação aos Campos de Palmas e São João.

# CARTAS

## A CERCA DA PROVINCIA DE SANTA CATHARINA.

Esto — AVULSO — em forma de periodico, que se imprime na Typographia de J. J. Lopes, rua da Trindade n. 1, só tem por fim publicar differentes cartas e documentos, tendentes a Provincia do Santa Catharina, assignadas com os iniciais G. S. S.; não tem dia certo para sua publicação, e será distribuido só aos respectivos subscriptores, em casa do Sr. Alexandre Francisco da Costa, rua Augusta n. 13.

CIDADE DO BSTERRO.

TERÇA-FEIRA 20 DE JANEIRO DE 1857.

N.º 1.

### CARTA N.º 20

#### A meus netos.

Endereço-vos estas Cartas, não tanto por mostrar-vos a amizade que vos tenho, e era natural, como, por que, apesar de por ora só trez de vós poderem lê-las, tendes todos oito a qualidade que se me faz necessaria de me habilitar a que eu as diga relativas á Provincia, que vos viu nascer. Inconscio de que essa qualidade fosse ponderavel para apreciar o merito ou demerito de escriptos, que tivessem por objecto noções historicas no interesse da Provincia, lembrei-me de aceitar a offerta das Colunas do *Mensageiro*, cuja Redacção as tinha franqueado no seu n.º 194 depois de haver publico no seu n.º 193 a Carta do seu correspondente o Sr. A.; em cuja Carta não deixei de notar, no ultimo periodo, como superfluas as seguintes expressões: «Quem assim se exprime não tem interesses nesta Provincia, a não de aquelles de huã cordial devoção, que lhe inspira a lembrança de terem aqui o cordão umbilical e o sepulchro alguns de seus maiores; e alguns também de seus descendentes. . . » É doze as de menos bem cabidas, por que em vinte e sette annos de residencia nesta Provincia nunca vi na maioria de seus habitantes factos, que me fizesse parecer necessario esse salvo-conducto; e apprehendendo-me como exemplo, devo declarar que mesmo nas circunstancias mais excepcionaes nunca vislumbrei mostras senão de attenção e respeito a mim e á minha familia, então toda de estrangeiros, o que por certo não obtivemos se não por nos termos conservado na órbita, que nos competia, e pela boa indole dos vossos comprovincianos; indole de que por certo são testemunhas vivas a primeira colonisação Allemaã, de que é quasi coevo o começo da minha residencia, e que por certo não deixa de ter grande parte na affluencia de colonisação, que daquelle lado e apesar do involuntario empenho lá suscitado tem succedido a aquella e continúa. Hoje he justiça confessar, que me enganei no juizo, que formei da desnecessidade desse periodo da Carta do Sr. A.; ao qual peço me desculpe a declaração, por que logo confesso o meu engano, e por que taut-

em lhe concedo a superioridade de além do conhecimento da boa indole da População ter também presentido a inculcação, contra a qual assim se premunio.

Inconscio pois, e só suppondo que a historia e geographia, em que tinha algum trabalho feito, não estavam fora da orbita que me toca, e que ainda quando inadvertidamente alguã vez a excedesse, o interessante do objecto me procuraria indulgencia, enviei á Redacção do *Mensageiro* as primeiras duas ou trez Cartas, que me obtiverão o favor de varias Pessoas, que me enviavão documentos e memorias de esclarecimento, e foi tendo lugar o que podereis ver da minha Correspondencia, e tornário-se as minhas cartas huma especie de acompanhamento obrigado ao *Mensageiro*; e fui eu introzuzido na minha C. n.º 6 as pnaes historicas da Provincia, até que com a n.º 15 vi no *Mensageiro* n.º 129, que este estreava nova phase de existencia e que tractaria os mais palpitantes interesses da Provincia, «que nos vio nascer» dizia o *Mensageiro*. Não deixei de estranhar a phrase em italicos, mas vindo isso de uma Redacção, que para mim só por supposição deixava de ser anonyma, suppuz também que a phrase não seria mais do que dous lapsos de penna no calor da estrêa, hum escrevendo-a, outro sublinhando-a; e tanto por que o objecto das minhas Cartas era neutral ás belligerantes eleições, como por que a Pessoa que antes o Publico tinha como Redactor, deixára de ser naquella officina o que d'antes era, deixei-me ir confiado na minha neutralidade de Baileira, tripulação e carga até que as mostras de effectivo bloqueio me obrigário á desistencia como vereis da minha Carta n.º 19, de que logo tractarei; e só tractei de dar cumprimento a esse meu novo compromisso como também logo direi. Acheado finalmente o meio de o fazer, preparava-me eu para lhe dar começo, quando no 1.º de Janeiro appareceu o *Mensageiro* com as galas do seu novo formato e Redacção, e nesta uma Carta, contendo em italicos a maismissima phrase, assignada como Redactores por duas Pessoas, cada uma das quaes por mais de um titulo competentemente authorisadas, e tanto por isso, como por elles mesmos, merece-loras do geral e do vosso e meu respeito: mas

desso mesmo muito respeito, que lhes consagro, deriva a necessidade de, apesar da minha diversa convicção, amoldar-me á sua opinião, e procurar de vós, Meus Netos, para estas Cartas, e assim para o objecto, o auxilio, que podeis dar-lhes. Talvez vós quando naes leroes estranheis de importunar eu alguns de vós ajuda tão pequenes; a necessidade a isso me leva; pois para importunar ao Sr. Editor, que vai ser destas cartas, he elle Bahiano e assim para o caso não está tu a elhores circunstancias do que as em que se disse o Sr. A.; aos meus Filhos estão elles em circunstancias semelhantes ás minhas e de vossa Avó; a meus Genros e Nora, se bem que muito os estimo e esteja convencido de que elles me estimão independentemente da Affinidade, he esta geralmente tida por tranzitoria; assim só vós me restaes. Não julguis com tudo, que nisto vai muito á minha individualidade; porque, pelas assignaturas dessa Carta, tornário-se-me conhecidos, no Reino dos Tyros, os authors do artigo d'Estrêa, e do n.º 128, em quem nem por si milras posso admitir, que não tenham hum coração apto para receber a mais profunda impressão de patriotismo das distantes Provincias do Pará, Amazonas, Mato Grosso &c., aonde provavelmente nunca forão; e neste caso pezada na balança da Philisophia a profundidade das respectivas impressões no coração, não ficaria a minha individualidade de poor partido, por que se apprehensivaria com a impressão patriótica dos primeiros vinte oito annos da vida, e com a residencia e domicilio de mais dos vinte e sette ultimos annos na Provincia, que, e consequentemente eu também, os vio nascer. Attendei porém meus Netos, que eu só submetto á balança o coração de homem, com as suas respectivas impressões, as quaes na verdade são mais amplas, quaes erão aos vinte oito annos, e quaes eu desejo e espero que só com a vida se appaguem; quanto ao mais o meu juizo guia as minhas acções, como de estrangeiro, que sou; e assim se com menos direitos, também com menos aspirações me acho.

Quando eu, Meus Netos, fui compilandando noções historicas, nas corporações religiosas em que servi e esteu alistado, bem como outras avulso, tinha a consciencia de que o meu trabalho era util; e de todo esse trabalho nunca tive tenção

Com uma abundância convincente de provas, todas aliás, coincidentemente contra o Paraná, concluiu, na carta de número 46, pela justeza e legitimidade do que Santa Catarina reivindicava.

Foi um trabalho de fôlego; arrolou praticamente tudo o que havia em relação às fronteiras das Províncias do Sul, alinhou os documentos no sentido de defender a tese catarinense, valeu-se de "Fallas" Presidenciais, de memórias ou informações impressas ou manuscritas, de arquivos de Câmaras, de Paróquias e de corporações religiosas; não dispensou jornais, nem a sua experiência pessoal, nem a tradição "... a qual conservei o caráter, acompanhado do meu respectivo juízo".

Além de documentos originais e cópias autenticadas, devidamente citados e até excessivamente transcritos, há uma bibliografia básica, como a "Memória Histórica" do Monsenhor Pizarro, ou o "Livro das Novidades", continente dos Anais da Câmara de São Francisco; como os "Anais da Província do Rio Grande do Sul", do Visconde de São Leopoldo, e a "História Geral do Brasil", de Varnhagen, novidade bibliográfica muito elogiada; valeu-se, ainda, da "Memória Histórica da Província de Santa Catarina", recém lançada por Almeida Coelho, de quem, em alguns pontos, iria discordar, como destacaremos adiante.

Distinguiu bem o que era seu e o que devia a seus colaboradores, sem deixar de reclamar do estado de conservação dos documentos e das "poucas antiguidades", ou seja, da falta de consciência histórica catarinense.

Com discrição, porém com firmeza, ultrapassou os documentos, teceu considerações, posicionou-se, conjecturou (e achava que o leitor deveria fazer o mesmo), retificou informações de História e de Geografia, em virtude de enganos seus e

alheios e discordou de dados e de interpretações de alguns Autores já citados.

Na carta de número 31, por exemplo, após elogiar a *"Memória Histórica"* da Província, de Almeida Coelho, acrescentou: *"Há nessa Memória algumas notícias das quaes discordo, talvez por termos haurido em diversas fontes, talvez por termos tomado diversamente o sentido dos documentos ..."*. Quando biografou a Beata Joana Gomes de Gusmão, no afã de *"confessar o meu engano, ou apontar o alheio"*, voltou a encontrar razões para discordar do *"Major"*.

Santos Silva colocou-se, assim, na corrente historiográfica. Sua consciência histórica levou-o a admitir que, mesmo não desejando aparecer, o valor do seu trabalho colocaria seu nome em evidência. Com essa consciência e humildade, considerou que a *"Memória Histórica"* da Província, de Almeida Coelho, poderia reduzir o seu trabalho a simples referência; com essa consciência e autoridade de pesquisador apontou erros do Monsenhor Pizarro, como na carta de número 10; comentou e fez retificação nos *"Anais da Província do Rio Grande do Sul"*, do Visconde de São Leopoldo, principalmente na carta de número 16; até mesmo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não escapou da sua crítica, pois que, ao biografar o Irmão Joaquim, produzira uma história, *"que por ahí anda romanceada"* (carta de número 20).

O esforço para interpretar leis, alvarás, ofícios, de marcações, etc, absorveu a sua atenção, descuidando-se do estilo, que se tornou pesado, sem muita fluência, principalmente porque, além da diversidade das fontes, os documentos não foram tratados numa ordem cronológica de emissão, de maneira que o

discurso não assumiu a forma de um conhecimento prévio, mas se formou na simultaneidade da produção do conhecimento.

Ideologicamente, defendeu o Estado paternalista e a sociedade branca, de cultura européia: os índios, como "*malfazejos selvagens*", deveriam se sujeitar ou se retirar.

Envolveu o público consumidor dos seus conhecimentos históricos, solicitando contribuições, corrigindo-se publicamente, em virtude dos documentos e/ou informações que recebia, declarando-se advogado dos catarinenses, por fornecer "*noções históricas no interesse da Província, e chegando ao ponto de ter subscritores que financiaram os Avulsos*".

As "*Cartas Acerca da Província de Santa Catarina*" têm valor histórico e historiográfico, muito maior do que a importância que se lhes tem atribuído. São exemplares na heurística e na descoberta de fatos, "*amarram-se*" numa bibliografia específica, exibem espírito crítico e se constituem numa forma de relacionamento com o público quase direto, teatral.

José Gonçalves dos Santos Silva não fechou a História numa instituição, num grupo, apesar de sua consciência de História como disciplina e conseqüente comunidade crítica. Em "*As Cartas*" Santos Silva não permitiu o hermetismo de obra acabada, para permitir o trabalho de concorrentes e de "*netos*" continuadores.

#### C. JOAQUIM GOMES D'OLIVEIRA E PAIVA, ARCIPRESTE PAIVA

Manoel Joaquim de Almeida Coelho, em sua "*Memória Histórica da Província de Santa Catarina*", contou que, em 3/11/1845, Joaquim Gomes d'Oliveira e Paiva, então Vigário de São José, juntamente com José Gonçalves dos Santos Silva, foi condecorado como Cavaleiro da Ordem de Cristo, por D. Pedro II, que

passava por Desterro em sua viagem ao Rio Grande do Sul.

Em 1852, quando publicou o "*Elogio Dramático*", parece não ter valorizado ou se envaidecido com a condecoração; porém já ao publicar a "*Oração*", referente ao dogma da Imaculada Conceição, em 1856, fez aparecer na capa que era

*"Cavalleiro da Ordem de Christo e da Imperial da Roza"*

*"Membro d'Assemblêia Legislativa Provincial"*

*"Socio Effectivo do Gynnasio Brasileiro e d'Associação Catharinense Promotora do Comercio, Agricultura e Artes"*

*"Correspondente da Sociedade Contra o Trafico d'Africanos, Promotora da Colonização e Civilização dos Indigenas e d'Auxiliadora da Industria Nacional do Rio de Janeiro"*

*"Vigario Collado na Igreja Parochial de Nossa Senhora do Desterro da Capital"*.

Nascido em 31/VII/1815<sup>50</sup>, morreu em 29/1/1869, na mesma Desterro que o viu nascer.

Sacerdote, Vigário em São José e Desterro, Arcipreste da Província<sup>51</sup>, consta que Paiva teria sido "*o maior orador sacro da época em todo o sul do país*"<sup>52</sup>. Foi orador e poeta, jornalista e político, professor e historiador.

---

<sup>50</sup>SACHET, C. A Literatura de Santa Catarina. op. cit. p. 31, diz que o nascimento ocorreu em 1821 (estamos nos valendo aqui da data atribuída por Piazza, em Santa Catarina: Sua História, op. cit. p. 22).

<sup>51</sup>Pároco de autoridade superior a dos outros.

<sup>52</sup>MELO. O. op. cit. p. 42.

Como professor dedicou-se principalmente à Filosofia , ao Latim e ao Francês, além da direção do Liceu D. Afonso e do Seminário Diocesano, em Porto Alegre, como informa Piazza. Aliás, sua formação foi toda voltada para este campo, onde não são estranhas a reflexão, a comunicação e as relações sociais ; aqui em Desterro fez as primeiras letras e cursou humanidades no Rio de Janeiro, onde se ordenou padre<sup>53</sup>.

Escreveu biografias, uma "*Notícia Sobre a Colonia Alemã de São Pedro de Alcântara*", publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que era membro, e uma "*Notícia Geral da Província de Santa Catarina*", publicada postumamente em 1873, em Desterro.

Esta última obra e o "*Elogio Dramático*", de 1852, se são objetos de análise neste trabalho.

Melo<sup>54</sup> faz referência a "*Ensaio Oratórios*", uma coletânea de sermões e discursos; e ao se referir, criticou severa e contundentemente: "... *comprazia-se em gastar palavras muitas vezes vazias*".

---

<sup>53</sup>Se se der crédito a uma anotação manuscrita de Cabral (Oswaldo Cabral), porém não assinada, a ordenação sacerdotal teria ocorrido em 1842.

<sup>54</sup>MELO, O. op. cit. p. 44.

Os coetâneos, porém, o aplaudiram com admiração. Disse Alfredo Theotônio da Costa, anotador da *"Notícia Geral da Província"*, que "... para formar-se uma idéia da superioridade de seu talento, é bastante lêr-se os *Ensaio Oratórios* ... pelo atticismo de sua linguagem, pela fluidez de seu estylo e pela eloquência e unção de sua palavra, que edificante manava de seus lábios".<sup>55</sup>

Piazza, que menciona "uma vasta produção bibliográfica" e que vê em Paiva um "dedicado estudioso das coisas catarinenses", acusa a guarda, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de um "*Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*"<sup>56</sup>, de autoria de Paiva, ainda inédito, mas que foi fonte importante para o "*Dicionário Histórico e Geográfico de Santa Catarina*", elaborado por José A. Bouteux<sup>57</sup>.

Durante um período, Paiva publicou opúsculos<sup>58</sup> de dimensões desiguais: por exemplo, o "*Elogio Dramático*", tem 38

---

<sup>55</sup> Notícia Geral da Província de Santa Catarina, de Arcipreste Paiva, pág. III.

<sup>56</sup> Alfredo Theotônio da Costa, bem como o IHGB, não só confirmam a existência de tal "*Dicionário*", como ainda acrescentam que a "*Notícia Geral da Província*" era a parte preliminar daquele trabalho.

<sup>57</sup> PIAZZA, W.F. Santa Catarina: Sua História. op. cit. p. 23.

<sup>58</sup> Alfredo Theotônio da Costa disse que "*Muitos trabalhos deixou elle inéditos*" e que Manoel Bernardino Augusto Varela fora o amigo a quem Paiva confiara e autorizara a publicação desses inéditos.

# MEMÓRIA DE ALEIXANDRO

EM TRES PARCHAS

Recitado no *Theatro Particular de São Pedro d'Alcantara*

DA CIDADE DO DESTERRO

Em o Faustissimo Dia 12 de Outubro de 1852  
Septimo Anniversario da chegada de

SS. M. H.

A esta Província. 16

COMPOSTO E OFFERECIDO AOS CATHARINENSES

Por seu Paritico

O Padre Joaquim Gomes d'Oliveira e Paiva.



SANTA CATHARINA

Typographia Catharinense, rua da Matriz, casa n. 2.

1852.

páginas: a "*Oração à Imaculada Conceição*" tem 17 páginas e a "*Oração Fúnebre*" saiu com 21 páginas; respectivamente em 1852, 1856 e 1862.

Aliás, o "*Elogio Dramático*" foi escrito em 1852 da era cristã e no "*Septimo Aniversario da Chegada de SS.MM.II a Esta Província*".

Trata-se de uma peça teatral, em Ato Único e em três quadros, recitada em 12/10/1852, e oferecida aos catarinenses.

Sem maiores explicações, o Autor exige que o cenário, no primeiro quadro, represente a baía do Cubatão, tendo à frente a cidade de Desterro, à direita um templo e à esquerda o Rio Maruhy. Ora, esse foi justamente o cenário da vergonhosa retirada do Governador Pedro Antônio da Gama Freitas e de seus oficiais, durante a invasão espanhola de D. Pedro de Zeballos, em 1777. Tanto pode se constituir pois numa tentativa de resgate da honra, como também uma vingança tardia.

Por outro lado, escolheu a data de 7 de setembro (de 1851) para a ação desse quadro, o que também sugere uma política externa de força, para a consolidação da independência do Brasil, na forma social e política conseguida em 1822.

Para o segundo quadro, o cenário deveria representar uma caverna, próxima a Buenos Aires, e a ação se passaria na noite de 2 para 3 de fevereiro de 1852.

Esta data era exatamente a da vitória brasileira em Caseros e a caverna representaria, provavelmente, o edifício Palomar, onde Rosas se havia entrincheirado e de onde fugiu para Buenos Aires, embarcando, a seguir no "*Conflict*", disfarçado de marinheiro inglês.

Para o terceiro ato foi prevista, como cenário, uma sala imperial com as efígies do casal imperial e com as ações transcorrendo naquele 12/10/1852, dia da récita e data em que se comemorava, como já dissemos anteriormente, o sétimo aniversário da visita de D. Pedro II a Desterro.

Todo o enredo revela as crenças de Paiva na excelência da monarquia constitucional, que viabiliza uma Liberdade inteligente, não egoísta, por isso pacifista, na vantagem do unitarismo, na necessidade do uso da força, do intervencionismo e da Vitória final infalível do Bem sobre o Mal.

No desenrolar do primeiro quadro a Liberdade canta uma maravilhosa aliança que se realizou com a natureza generosa e uma nação abençoada:

*"A Sombra de uma lei que a liberdade  
À Monarchia unio em dooe abraço"*

Em compensação, em nome de uma outra liberdade,  
personagem Prata

*"Livre se proclamou e independente,  
Hoje vertendo lagrimas sem numero  
Vê seus filhos morrendo em crua guerra"*

E, então, a Liberdade bem alto brada:

*"E onde estâs Brasil, que não socorres..."*

O Brasil se mostra indeciso porque

*"... unindo ã Liberdade a Monarchia  
Soube consorciar dous elementos,  
Unidos para a geral prosperidade"*

O protagonista Gênio Tutelar, usando armadura, e empunhando lança, se diz portador da paz, da ventura, da religião do amor e do patriotismo e, para convencer o Brasil afirma que:

*"Este escudo que o braço meu sustenta  
Por ordem do Sob'rano do Universo  
São em tua defesa consagrados"*

A Liberdade insiste junto ao Brasil indeciso; no Pra

*"A ambição do mando o egoísmo  
Divide essa família em opostos grupos"*

.....

*Es tu a esp'rança única que resta*

*Ao desgraçado ... eia sem demora*

*Salva teu caro Irmão, e a Liberdade"*

Quando o Brasil pede à Liberdade que vá ao Prata anun-  
ciar a sua disposição de intervir, ela, filosofando, diz que  
não pode ir, pois

*"Ah! depois que o despotismo impera*

*Proscripta, perseguida e desterrada*

*Até meu nome se tornou um crime"*

Na cena a seguir, quando ingressa um novo figurante  
do elenco, Paiva denuncia a sua sociologia política.

Era a vez do Despotismo falar e o faz com proposital  
inconsistência ética, com procedimentos em meandros casuísti  
cos, pois

*"Primeiro lisongeio a liberdade;*

*Ajudo a levantar os seus altares,*

*Pelas massas do povo demonstrando*

*Quanto da opressão sou inimigo", mas,*

*"Depois que o popular entusiasmo*

*Tomou grau de frenético delírio*

.....

*Toda a soberania está no povo!*

*Estas palavras agradáveis sempre!*

.....

*Todos supõem que o mal está no governo:*

*Já se mudão as formas; mas não muda*

*A índole do povo; sempre crédulo..."*

O Despotismo explica que é justamente aí que ele entra, como Pai da Pátria, para combater a anarquia.

"Que eu mesmo fomentei com negra astúcia"; é assim que o Despotismo

*"Vai seu throno firmar sobre as ruínas*

*De ãa mal entendida Liberdade"*

O Despotismo é perverso e corruptor; aborda o Brasil com a doutrina da soberania dos povos, do livre arbítrio, da não intervenção no Prata.

Entretanto, confiantes que

"Um Deos protege a causa da justiça", Liberdade, Brasil e Gênio Tutelar partem juntos para o Prata, que é encontrado chorando a sua dor e pedindo socorro.

O Brasil se apresenta solícito, disponível, magnânimo e a Liberdade lembra a inconveniência do revanchismo.

Temeroso, o Despotismo subvenciona um outro personagem: a Guerra Civil. No diálogo que se trava, o Despotismo, à certa altura confessa:

*"Respeito teu poder: é sobre o sangue*

*Que fazes derramar, é sobre as ruínas*

.....

*Que meu throno levanto ..."*

Embora a Guerra Civil tenha prometido todas as desgraças de que o Despotismo necessitava, o quadro se encerra com a Vitória transportando esses dois algemados e o Brasil e o Prata agradecendo ao Gênio Tutelar.

O terceiro quadro é fraco; constitui-se de um canto de vitória e, como soi acontecer nas *"obras históricas centra*das no herói, o maior louvor e a inefável glória pertencem a *"Pedro, Thereza e (ã) Prole Augusta"*.

A publicação da *"Notícia Geral da Província"*, além do valor da obra em si e do prestígio do Autor, teria sido motivada pelo *"... desejo de arrancar do obscurantismo da igno*rância e *fazer conhecido dos Catharinenses ... maxime da nossa mocidade, que deve antepôr o conhecimento de factos relativos à sua Província ao de outras"* e pela indignação que levava a *"... um protesto contra o juízo pouco favorável que se faz por* *ahi algures desta Província, a respeito de quem parece suppôr-se que não tem civilização bastante, nem filhos illustrados e distinctos nas diferentes jerarchias da sociedade"*.<sup>59</sup>

Na mesma fonte colhemos a informação de que a *"Notí*cia *Geral da Província"* foi concluída em 1864; pelo ofício do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Império do Brasil, que antecede, na publicação, a obra de Paiva, sabe-se que ele a ofereceu àquela instituição em agosto de 1864.

---

<sup>59</sup>Trata-se de uma advertência ao leitor, in: *"Notícia Geral da Província"*, elaborada pelo já citado nestas notas Alfredo Theotônio da Costa.

NOTICIA GERAL  
DA  
PROVINCIA DE SANTA CATIARINA

PELO

*Arceypreste Joaquim Gomes D'Oliveira e Paiva*

NATURAL DA MESMA PROVINCIA

AUCTOR DOS ENSAIOS ORATORIOS

OFFERECIDA NO ANNO DE 1864 AO INSTITUTO HISTORICO

E GEOGRAPHICO BRASILEIRO.



EDITOR—JOÃO RIBEIRO MARQUES.

DESTERRO.

TYP. DA REGENERAÇÃO, LARGO DE PALACIO N. 24.

1873.

Entretanto, a obra acabou sendo publicada somente em 1873, na cidade do Desterro, pela Typographia da Regeneração.

O Sr. Alfredo Theotônio da Costa, que fez a apresentação da obra, tipo "*advertência ao leitor*", não se apresentou, nem disse quem patrocinava a publicação<sup>60</sup>. Nas entrelinhas reunem-se elementos para conjecturar de que se tratava de uma iniciativa própria daquela Tipografia; a Alfredo Theotônio da Costa fora, pela Tipografia, confiada a tarefa de fazer as anotações, que se encontram no final da edição (notas de "a" até "z" e um Mapa Estatístico da População da Província do ano de 1872).

A "*Notícia*" começa descrevendo a Província em sua posição "*astronômica*". Porém há uma espécie de introdução, através da qual se adivinham algumas intenções performativas, um amargor de região enteada, o trauma do "*território de passagem*".

Como que apostando na solução turística, afirmou ser "*... a mais bela e aprasível porção d'América*", observação, aliás, de que Paiva não tem a primazia.

Como que apostando na imigração como saída, em busca de um lugar de destaque e de respeito no cenário nacional, comunica que as terras são tão férteis, que produzem tudo o que há na Europa, além de uma floresta, onde abundam as madeiras de construção, e um sub-solo rico, principalmente em carvão.

---

<sup>60</sup> Na página V esclarece alguns pontos: "Como humilde anotador da *Notícia Geral da Província de Santa Catarina*, e como apologista da idéia da sua publicação, ahí pois a enviamos..."

Não sendo federalista também não deu à questão de limites com o Paraná a mesma importância de outros autores, como, por exemplo, Santos Silva; informou sem posicionamento nem partido.

No ítem intitulado de "*Fundação*", à primeira vista, parece haver uma mistura desorganizada de elementos distintos e sem um conceito aglutinador: Dias Velho, carijós, piratas, Brito Peixoto, Laguna, habitantes novos e terras concedidas pelo Procurador do Marquês de Cascaes (1666), Padre Matheus de Leão (1698) e outros eventos.

Entretanto se conclui que Paiva percebeu a fundação da Província como um processo longo, que começou em 1651 e que chegara a um estágio de irreversibilidade com a colonização açoriana, estabelecida com aquelas 4.024 pessoas trazidas entre 1749 e 1752. O processo da fundação durara um século.

No ítem "*Catechese e Civilização*" ainda está claro em Paiva o "*saber de salvação*", na intimidade que ele arranjou entre religião, religiosidade, catecismo, com colégio (de padre jesuíta), com processo civilizatório.

No ítem "*Governo*", Paiva praticamente se bastou a listar os governantes, com discretíssima ou nenhuma interpretação dos fatos; como exemplo é suficiente a transcrição de tudo o que foi dito sobre o governo de D. Luiz Maurício da Silveira (1805-1817 = 13 anos): "*A diuturnidade da sua administração não outorgou benefício notável à Província*".

Noticiou o falecimento de Miranda Ribeiro a 19/08/1800<sup>61</sup> e, na busca do herói, também considerou João Vieira

<sup>61</sup>PIAZZA, W.F. In: Santa Catarina: Sua História, e CORRÊA, C.H. Os Governantes de Santa Catarina, da o falecimento como ocorrido em 19/1/1800.

Tovar de Albuquerque como o responsável pela anexação de Lages à Santa Catarina.

Nos itens "*Riquezas Naturaes*", "*Produção Espontânea*" e "*Estatística*", a precariedade das notícias é em parte superada pelas notas de Alfredo Theotônio da Costa. Pela nota "g", em 1872 a exportação caiu consideravelmente em relação aos dados de Paiva, que são do exercício 1864/65; talvez tenha influenciado aí o término da guerra do Paraguai. Aliás, se comparados os quadros da Renda Pública, de 1864, na página 28, e de 1870/71 (nota "l"), o crescimento foi mínimo.

No item "*População*", onde os Autores muitas vezes confundem a Capital com a Província, Paiva fornece três "notícias", que julgamos interessantes: o número de óbitos representava 41% do número de batizados; em 1872 (nota "a"), Joinville era o município de menor população, 4,8% (de um total de 10 municípios); em 1864 Paiva estimou a população em 150.000 habitantes<sup>62</sup>, enquanto o anotador, em mapa de 1872, precisou em 158.513 habitantes.

No item "*Colonização*" Paiva mostrou desconhecimentos. Basta olhar o índice do livro de Piazza<sup>63</sup> para sentir o quanto Paiva omitiu. Em compensação, três das suas colônias (Theresópolis, Flor da Ilha e Príncipe D. Pedro) também não são citadas por Piazza.

---

<sup>62</sup> Na última linha da página 28 há referência a mapas de janeiro de 1865; mas presumimos que a estimativa seja de 1864.

<sup>63</sup> PIAZZA, Walter F. A Colonização de Santa Catarina. Porto Alegre, Pallotti, 1982.

No último item, após uma longa série de virtudes do "*Character de Seus Habitantes*", Paiva chamou a atenção para a "*estatística (que não forneceu) criminal da Província, que com toda a justiça tem merecido o nome de Seio de Abraham*".

A "*Notícia Geral da Província de Santa Catarina*", no seu todo, fica muito aquém do renome do seu Autor. Se quis dar "*notícias*" não o fez como historiador (esse sabe da sua função social e da maneira de exercê-la); noticiou, mas não se dispôs a passar, para o leitor, o critério da seleção, o plano orientador, a organização interna.

Há itens esparsos, com notícias afins, ao longo da obra, que, numa recomposição, poderiam ser agrupados, como, por exemplo os intitulados "*Posição Astronomica*" (página 2), "*Dimensões*" (página 5), "*Aspecto Phisico*" e "*Corografia*" (página 18), "*Hydrographia*" (página 19) e "*Clima*" (página 23).

Tanto a "*Notícia Geral da Província*", quanto o "*Elogio Dramático*", são pobres de valor histórico e de valor historiográfico; essas obras estavam defasadas mesmo para a concepção de História da sua época. Se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não publicou a "*Notícia Geral da Província*", depois de distribuí-la à Comissão de História, levantam-se dúvidas que, infelizmente, não podemos, neste trabalho, dirimí-las.

É reduzida a dimensão humana em suas notícias; no seu discurso o homem real não é posto nem relacionado com a paisagem: praticamente nada assume o caráter de relação social, operações fundamentais do "*fazer História*".

Sem contribuições pessoais significativas para o desenvolvimento da História como disciplina (hoje como ciência social), só muito timidamente o Arcipreste Paiva pode ser incluído no rol dos construtores do "*edifício historiográfico*" catarinense.

Seu quadro referencial teórico, sua consciência social, seu discurso, não são de historiador comprometido com um saber criativo, socialmente útil, e com o conjunto de procedimentos sucessivos, através dos quais a História, já em meados do século passado, mesmo aqui em Desterro, com Almeida Coelho e Santos Silva, propunha problemas e verificava e sugeria soluções.

## CAPÍTULO IV

### O AMADURECIMENTO DO SÉCULO XX

Como já ficou dito nesse trabalho, as duas décadas finais do século XIX, da vida intelectual de Santa Catarina, foram monótonas, em se tratando de réplicas objetivas aos desafios da realidade local. E o século XX se descortinou sem melhores iniciativas e expectativas.

Aos poucos, entretanto, instituições e pessoas, em posicionamentos mais decididos e perseverantes, deflagraram um processo de ativação cultural, que, já na metade do século, exigia menos dependência, menos univocidade, menos contemplação, menos timidez.

Os catarinenses começaram a ousar.

Uma ousadia foi a criação, em 1932, da Faculdade de Direito. Diz Norberto Ungaretti<sup>1</sup> *"que a antiga Faculdade de Direito não se constituiu um reduto de luminares da Ciência Jurídica. Fundaram-na, porém, em um meio acanhado e muitas vezes até hostil ou indiferente, homens fortemente idealistas, tocados pela atração do futuro"*.

Afirma Renato Barbosa<sup>2</sup>, ao explicar o aparecimento da

---

<sup>1</sup>UNGARETTI, Norberto U. Em nota introdutória à obra *"Cofre Aberto"*, de Renato Barbosa.

<sup>2</sup>BARBOSA, Renato. *Cofre Aberto*, Florianópolis, Imp. Univ., 1982.

"Alfaiataria do Didico"<sup>3</sup> que "Nós, profissionais que advogamos em comarcas do interior, encontramos alguns juizes (...) que procuravam ironizar a nascente Faculdade de Direito".

Ousadia foi a formação do Grupo Sul e outros grupos<sup>4</sup>, a proliferação de órgãos de imprensa e a realização de congressos.

Ousadia foi a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, reunindo o que de melhor, em termos de recursos humanos, aqui havia<sup>5</sup>, com as contribuições inovadoras e diversificadoras dos contratados em outras unidades da Federação e até em outros países<sup>6</sup>. As ciências sociais, academicamente estudadas, mereceram, a partir de então, um tratamento novo, na influência exercida sobre os antigos cultivadores, que se atualizaram, e sobre os novos, a nível de profissionalização.

Em particular, a História e a Historiografia não perderam o momento e o movimento. Hoje, robustecidas, muito mais úteis socialmente, são os elementos de dinamismo das instituições culturais do Estado.

Elementos concretos da mudança ocorrida, da nova

---

<sup>3</sup> A maledicência derrotista assim apelidou a nascente Faculdade de Direito. Renato Barbosa, in Cofre Aberto, p. 40, conta como aconteceu a perfídia.

<sup>4</sup> Celestino Sachet cita entre outros o Grupo Litoral e a Vanguarda Poética.

<sup>5</sup> Entre outros, Henrique da Silva Fontes, Oswaldo R. Cabral, Auro A. Luz, Francisco de S. Bianchini.

<sup>6</sup> Entre outros, João E. Andrade Filho, Carlos Augusto F. Monteiro, Eudoro de Souza, George Agostinho B. Silva.

postura cultural catarinense, foram, entre outros, Lucas Alexandre Boiteux e Oswaldo Rodrigues Cabral.

#### A. LUCAS ALEXANDRE BOITEUX

Diz um dos filhos de Boiteux<sup>7</sup> que "... nosso pai sempre enfrentou (a vida) com otimismo, decisão e desassombro".

Ora, essas virtudes eram a matéria-prima daquele momento histórico catarinense. Era necessário "lançar" no ponto futuro.

Em berço culturalmente privilegiado<sup>8</sup>, nasceu Boiteux na pequena Nova Trento, em 23/10/1880; mas de lá saiu cedo para servir à Marinha, onde alcançou o Almirantado. Correu mundo, conheceu outras realidades culturais e, com mentalidade nova, se propôs a "fazer" a História de Santa Catarina, proposta de ocupação do "vazio cultural" da "virada do século". E quando faleceu, no Rio de Janeiro, em 16/12/1966, sua proposta era obra feita e sua obra se convertera num corpo relevante de procedimentos concorrentes à consolidação da idéia de uma Historiografia Catarinense.

Não é tarefa fácil apontar o lugar social do historiador Lucas Alexandre Boiteux. Max Justo Guedes<sup>9</sup> considerou sua

<sup>7</sup> General Nelson Demaria Boiteux, Agradecimento, in: Aspectos da Vida e da Obra de L.A. Boiteux, Conselho Est. Cultura, Florianópolis, 1981.

<sup>8</sup> Bio-bibliografia do Almirante L.A. Boiteux, in: Santa Catarina nas Guerras do Uruguai e Paraguai.

<sup>9</sup> A vida, In: Aspectos da Vida e Obra de L.A. Boiteux. op. cit.

obra como "... a maior já escrita por qualquer historiador na val brasileiro em todos os tempos". Todavia, o seu espaço vital (cultural?) não foi só a Marinha; dela viveu, mas para outros valores repartiu a vida. Excedeu o dever da profissão sem indisciplina, porém sempre como sujeito, e buscou uma realização intelectual mais ampla, mormente nos campos da História e da poesia.

Dele se pode dizer o que ele mesmo disse na apresentação "Duas Palavras", da obra "Os Monumentos Nacionais - Santa Catarina": "Dedicado por vocação inata, à nobre carreira das armas, não foge nem poderia fugir o Coronel Matos ao diuturno cumprimento rigoroso dos árduos deveres militares; e as poucas horas, bem poucas aliás, que esta profissão, severa e exigente, lhe concede, o pontilhoso militar não as malbarata em vão, nesse mórno otium cum dignitate tão almejado pelos burocratas mais ou menos sibaritas".

Como historiador marcaram-lhe a aflição pelas injustiças e incompetências e a vontade de intervir no processo que levava um povo ao desconforto de não ser dono do seu projeto de realização.

Por ter sido um militar, causa espécie sua atitude de crítica, de acusação e de oposição aos poderes constituídos, às instituições, à autoridade. Não raras vezes se comportou ou se referiu de maneira insolente, irreverente, apaixonada.

Convencia-se antes de afirmar e, então, assumia as conseqüências de suas convicções.

Seu verbo era franco e explícito, quando se referia à História, mas não lhe pareceu conveniente desnudar por inteiro o seu ideário político. É certa sua oposição ao autoritarismo, mas não há uma explicitação de uma forma alternativa. Há

quem aponte a democracia, mas Boiteux falava de cima, o povo como concessionário de uma elite que não se mistura com os Antonios e Marias Vulgares.

O que de mais nítido existe em seu lugar social de historiador é o seu catarinensismo<sup>10</sup> e o seu oposicionismo.

Em "Notas Para a História Catharinense" começou acusando: "... se continuarem os poderes públicos a não olhar para o nosso Estado ..."; depois criticou; "... mas como entre os latinos as leis são feitas para se não cumprirem ..."; e finalmente vituperou: os governantes são "horrorosos", "famigerados", "arbitrários", "soldados boçais", "verdadeiros parvenus".

Na "Pequena História de Santa Catarina", livro didático para normalistas e crianças, descreveu o Capitão-mor dessa forma: "Era comumente um cidadão abastado e cercado de prestígio, quasi sempre ignorante e prepotente" (o grifo é nosso).

No trabalho sobre os "Açorianos e Madeirenses" acusou, com gravidade um "... tão longo tempo de desprezo e criminoso abandono ...". Mais adiante, com muita irreverência anotou a substituição do governador Manoel Escudeiro por um fidalgo que "não sabemos se de meia ou inteira tijela ...". Prosseguiu: "Em 1765, na administração de outro sargento de letras gordas ...". E concluiu: "... um governo constituído de uma casta impudente de servidores ignorantes, despídos de patriotismo e solicitude pela causa pública".

---

<sup>10</sup>PIAZZA, Walter F. In: Aspectos da Vida e Obra de L.A. Bouteux, op. cit.

Parece, na busca do diferente, do futuro (do progresso?) ter sido tentado a repudiar a própria cultura, "o chão que pisava" - expressão feliz de Vilén Flusser<sup>11</sup>. Infelizmente não tentou descobrir o projeto fundamental da cultura luso-brasileira, para, então, saltar fora e propor um novo projeto.

Seu "Testamento Paternal"<sup>12</sup> nos parece claro a esse respeito.

Cursou Humanidades com padres jesuítas, fez os preparatórios para o ingresso na Marinhã e, de estudo em estudo, fez carreira. Atrás disso, de suas primeiras letras em Nova Trento, teve a tradição e a criticidade dos seus ancestrais - suíços, franceses e açorianos - num resultado sincrético de catolicismo e calvinismo, de aristocracia e liberalismo.

Considerando-se as traduções que fez<sup>13</sup>, e a relação do material bibliográfico doado à Universidade Federal de Santa Catarina<sup>14</sup>, chega-se à conclusão de que Boiteux lia pensadores das mais diversas tendências, sem que se fique autorizado, por isso, a acusá-lo de ecletismo.

Seus julgamentos com sentenças condenatórias dimanam dos fatos de ter formulado um mundo ideal e de ter encontrado,

---

<sup>11</sup> FLUSSER, Vilén. Pós-História, Duas cidades. São Paulo, 1983.

<sup>12</sup> Trata-se de um bilhete encontrado entre os papéis de Boiteux e publicado in: Santa Catarina nas Guerras do Uruguai e Paraguai.

<sup>13</sup> Consta de "Santa Catarina nas Guerras do Uruguai e Paraguai".

<sup>14</sup> São 952 livros, 280 revistas, 79 relatórios, 22 discursos e mais de 100 outras publicações diversas.

através de suas pesquisas, os devios para o egoísmo, para a injustiça e para as atitudes anti-patrióticas.

Evolucionista declarado, abraçou a doutrina da origem natural do homem, sem, contudo, declarar-se materialista ou negar a vontade humana num processo de mudança social.

Liberal (em oposição a absolutismo) condenou "... a sêde de ganho que impellisse para as nossas plagas o ambicioso e sanguinário conquistador portuguez".

Inimigo da reificação do homem, indignou-se com os "Temerários indivíduos (que), levados pela ambição insaciável, nevrótica, de fabulosas riquezas e desmedidos lucros, formando grupos ou bandeiras ..." faziam uma história cruenta.

Nacionalista, interpretou a aquisição, pela Coroa, da Capitania de Santo Amaro e Terras de Sant'Ana, como um expediente "para não ver nas mãos de um brasileiro tão dilatada propriedade"<sup>15</sup>.

Bairrista, considerou a fundação de Lages como uma invasão do território catarinense, onde aparecem o Morgado de Mateus<sup>16</sup> como vilão, na conivência do governador Souza de Menezes.

Sua consciência social brotou do seu catarinensismo, de um "paternal" saber, que isolou teoricamente os problemas,

---

<sup>15</sup> Eram nada menos de 50 léguas de costa que o Marquês de Cascaes pretendia vendê-las ao paulista José de Goes e Moraes, por 44 mil cruzados; pela mesma importância D. João V adquiriu as terras, incorporando-as à Coroa e ao patrimônio real.

<sup>16</sup> O Morgado de Matheus, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, era governador de São Paulo.

mas não os viveu. Formado na justiça e na ordem, combateu os problemas históricos catarinenses em favor do povo, mas não fez, para o povo e com o povo, a subversão necessária.

Piazza<sup>17</sup> afirma que Boiteux foi "o maior divulgador da História de Santa Catarina". E o foi, sem dúvida, principalmente através de copiosa produção em artigos para jornais e revistas, como se vê em exaustiva pesquisa de Maria Teresa S. Cunha<sup>18</sup>. Entretanto, aqui, em Santa Catarina, apesar do inegável valor historiográfico - como exporemos adiante -, o seu monumental conhecimento histórico - como o de outros historiadores - não envolveu a sociedade, não chegou a se transformar em ferramenta de mudança social.

Do seu quadro teórico destaca-se a idéia de utilidade da História. Já é clara quando nas "Notas" (p. 2) diz que "E um futuro heróico e glorioso abriu-se para esta terra que se chamou de Vera Cruz ...". Mas é no Prefácio da "Pequena História de Santa Catarina" que a idéia está mais explícita: "Pode o historiador não ser um patriota, mas, em que lhe peze, será um seeador de patriotas". E essa intenção foi manifesta na seleção das "notas" para a concepção daquela "Pequena História".

Em "Santa Catarina nas Guerras do Uruguai e Paraguai" informou que tinha em vista pôr "... em foco, os apanágios morais e patrióticos dos filhos de uma província ...".

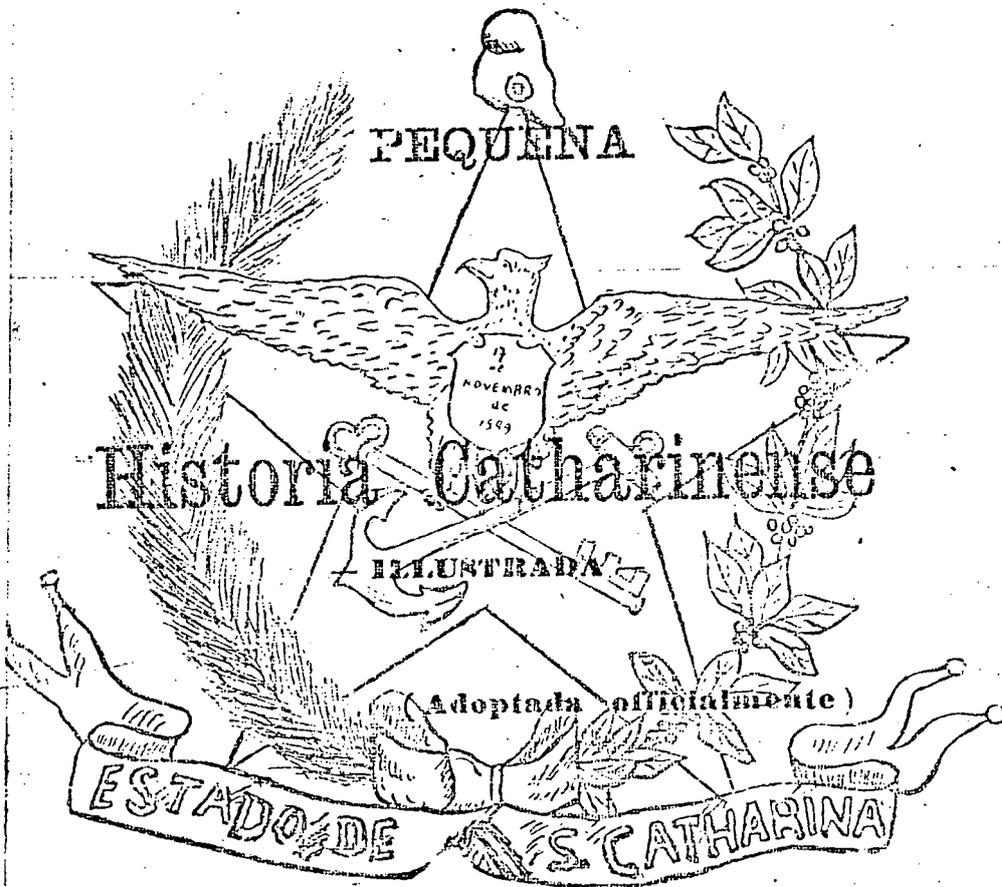
Sendo a pesquisa histórica a busca de "uma" solução para "um" problema histórico, vemos em Boiteux uma linha metodológica em evolução contínua.

---

<sup>17</sup> PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: Sua História.

<sup>18</sup> Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em História. UFSC.

Lucas A. Boiteux



FLORIANÓPOLIS

OFFICINAS A ELECTRICIDADE DA «IMPRESA OFFICIAL»

— 1920 —

Nas "Notas", de 1912, reunia documentos e informações indiscriminadamente; a "*Pequena História*" já é fruto de um projeto, que é um limite, mesmo com o prejuízo de ter sido construído a partir das "Notas"; mas em "*Açorianos e Madeirenses*" e em "*Santa Catarina nas Guerras*" a qualidade superior da produção é produto direto da especificidade dos problemas em estudo, da pesquisa feita com objetividade, não tanto pelo "limite" do assunto, mas, sobretudo, pelo sentido da pesquisa, isto é, pelo fato do Autor já saber o que procurava.

Na época a problemática histórica não estava nos níveis de interpretação, nem em diferenças epistemológicas e ideológicas, mas sim, principalmente, no estabelecimento de autorias e primazias. Não havia, em face disso, inovação conceitual e, apesar de factual, não apareciam fatos novos. As grandes forças sociais de transformação continuavam sendo a governamental e a militar, aliás elementos-base da ideologia do Autor.

Não se tem, ainda, um estilo catarinense para pensar o fato catarinense; há só uma singularidade histórica explorada: a do "*território de passagem*". Não havia uma singularidade historiográfica identificadora, sempre as mesmas teclas: a da beleza e da feracidade da terra, a da bravura militar da gente e a da ineficiência do governo. Nem a tardia contribuição cultural não portuguesa mereceu o ingresso no "*clube*" dos fatos históricos, porque estava fora do "*modelo*" de abordagem.

Todavia, o respeito à preceptiva metodológica da imprescindibilidade documental foi em Boiteux um ponto forte, traindo-se apenas em alguns momentos de arroubo retórico: "*A alma do povo prenunciava um grande acontecimento*".

Historiar, para Boiteux, foi o segundo ofício; em face disso seu quadro teórico provém de um autodidatismo, de premissas herdadas dos modelos lidos. Foram essas premissas que lhe permitiram classificar eventos como sendo históricos, que lhe permitiram admitir a prova documental como necessária à verdade histórica e que o levaram à noção de História como seqüência genética de fatos.

As pessoas e instituições que o estimularam e o apoiaram pertenciam ao grupo dirigente, conservador e paternal, expressões da elite intelectual não preocupada com o papel e os problemas da Historiografia. Se a História é uma disciplina-meio num processo educacional, será dever indagar, por exemplo, porque o Dr. Henrique da Silva Fontes<sup>19</sup> nada disse da qualidade da "matéria", ao recomendar a "*Pequena História*" como livro didático.

Infelizmente, de início, Boiteux não teve bons parceiros para a interpretação da realidade catarinense; quando surgiram, o neo-trentino já consolidara as linhas mestras do seu pensamento, com a flexibilidade e abertura prejudicadas na rigidez de posicionamentos anteriores.

"*Notas Para a História Catharinense*" (edição de 1912, de Florianópolis, com 436 páginas) constitui-se de um trabalho de compilação, reunião de documentos e notícias sobre Santa Catarina.

---

<sup>19</sup> Era em 1919, conforme Parecer anexo à Pequena História de Santa Catarina; "*Diretor*" da Instrução Pública.

NOTAS

PARA A

HISTORIA CATHARINENSE

PELO

Capitão-tenente

*Lucas Alexandre Boiteux*



Typ. a vapor da Livraria Moderna  
Florianopolis

A intenção foi conhecer a "*evolução histórica do Estado*", tendo por isso e para isso empregado a divisão por séculos (5 séculos).

Apesar de um trabalho heurístico anterior, a obra foi concebida na motivação do 3º Congresso Brasileiro de Geografia e aprovada pela Comissão de Geografia Histórica, em 15/09/1911. Tinha, então, 306 laudas datilografadas, fazendo crer que, para a edição de 1912, alguns acréscimos foram feitos.

As "*Notas*" foram dispostas cronologicamente e, como uma câmera de televisão, o enfoque inicial do mundo ocidental foi se fechando lentamente sobre Santa Catarina, sua natureza e sua História.

O Autor deixou transparecer que sabia do caráter preliminar das suas "*Notas*", isto é, de que não apresentava uma História acabada, elaborada. Neste plano insinuou mas não historiou o massacre dos índios, num enfoque, aliás, mais de etnologia e de etnografia.

AO organizar o "*II Século*", possivelmente por deficiência arquivada, Boiteux reclamou da redução dos acontecimentos, quando, na verdade, fora da Geografia Histórica, estavam aparecendo - e ele mesmo os apontou - aqueles fatos catarinenses que iniciavam uma História catarinense.

A divisão principal em séculos foi subdividida em Capítulos, que não obedeceram a uma unidade de conteúdo. Dentro deles, sob a forma de "*Notas*", anotações, com reduzida interpretação (o simples fato de selecionar fatos já é uma interpretação) as notícias foram desfiladas. Tem-se a impressão que essa subdivisão em capítulos visou única e exclusivamente evitar uma possível monotonia determinada pela abundância e vastidão do

material anotado.

Em cada século privilegiou um acontecimento: "descobrimto", "desbravamento e povoamento", "colonização", "guerras intestinas e externas"; no 5º século, com um único Capítulo, privilegiou o "Progresso", sem, contudo, conceituá-lo, nem explicar a não consideração dele nos séculos anteriores (principalmente se se tomar progresso comô introdução do novo, do que faz mudança, do que produz história).

Organizada no ano anterior, a "Pequena História de Santa Catarina" foi editada em 1920 pela Imprensa Oficial do Estado, com 145 páginas, para a adoção oficial pelas escolas catarinenses. Trata-se de uma seleção de "Notas" do trabalho anteriormente analisado. Para os 8 anos que separam uma obra da outra, Boiteux acrescentou, numa única página, três informações: "Os fanáticos", "General Schmidt" e "Dr. Hercílio Luz".

De intenção didática, a "Pequena História" possui abundante ilustração, mesmo que se levantem dúvidas a respeito da qualidade e oportunidade de algumas dessas ilustrações.

Obedeceu ao mesmo plano das "Notas": divisão em séculos e em capítulos. A novidade foi a numeração das notas, num total de 339. Persiste o problema da mistura indiscriminada de assuntos num mesmo capítulo, negando-lhe unidade, e, por isso, razão de existir.

A obra é, em si, um exemplar perfeito de "História factual". Foi reeditada em 1930 sob o título de "História de Santa Catarina".

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 219, de Abr/Jun/1953, transcreveu do Jornal do Comércio, de 17/10/1948, o trabalho "Açorianos e Madeirenses em Santa Catarina".

---

Oswaldo R. Cabral

Santa  
Catharina

Serie 5.ª - BRASILIANA - Vol. 89  
Bibliotheca Pedagogica Brasileira

De um total de 47 páginas, Boiteux utilizou as 33 primeiras para introduzir aqueles ilhéus em Santa Catarina; as outras 14 páginas destinou, então para historiar as vicissitudes vividas pelos migrantes e tentar livrá-los da responsabilidade pelo pouco êxito do empreendimento colonizador.

Trata-se de uma excelente pesquisa, apesar da unilateralidade dos documentos consultados; mas julgados suficientes para os fins a que o Autor se propôs.

A comunicação dos resultados assumiu a forma monográfica, discursiva, com a narrativa de raciocínios sucessivos.

Como havia um problema específico, um limite, o Autor tornou-se objetivo, com digressões, controladas, sem se demorar no já sabido.

Aqui, Boiteux realmente fez a História: reuniu e selecionou documentos relativos a um problema já isolado, delimitado, e partiu metodicamente em busca de uma resposta/solução, já retroalimentado pelo quadro teórico permissivo das idéias que possuía sobre a eficiência e eficácia das autoridades do século XVIII. Nesta pesquisa histórica propriamente dita, Boiteux buscou o socialmente útil. Concordemos ou não, o Autor tentou liberar a sociedade catarinense, de ascendência açôrico-madeirense, como potência transformadora, apesar de muitas circunstâncias adversas.

Comprometida com os filhos do Autor em questão, de quem adquiriu, por doação, a biblioteca de assuntos catarinenses, a UFSC editou, sob a supervisão de Walter F. Piazza, em 1972, o trabalho "*Santa Catarina nas Guerras do Uruguai e do Paraguai*".

# REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 219

ABRIL - JUNHO

1953

### TRANSCRIÇÕES

#### AÇORIANOS E MADEIRENSES EM SANTA CATARINA (\*)

LUCAS ALEXANDRE BOITEUX  
CONTRA-ALMIRANTE

(2º Centenário)

«A imigração é um elemento que podemos denominar essencial à vida das nações em começo de formação».

*J. da Silva Rocha*

«A primeira fonte do mal que ros parece existir, é não se fazerem leis gerais em favor da imigração para o Brasil».

*Hipólito José da Costa*

«Podemos, os descendentes das Casais, regozijar-nos dos ancestrais da nossa raça, límpida nas suas origens».

*General Borges Fortes*

I — Há duzentos anos ocupava o trono de Portugal el-rei D. João V (1689-1750), 24º na série de seus soberanos, ao qual os coetâneos apelidaram de *Magnífico*, mercê generosas concessões, ao fausto, à ostentação e à grandeza de que se cercara.

Metera-se em cabeça imitar a magnificência e a pompa do monarca francês Luiz XIV, o *Rei-Sol*, e com isso, não se poupava a despesas, «que eram cobertas com as imensas riquezas do Brasil».

Seu longo reinado de 44 anos foi todo êle empregado em edificar suntuários mosteiros, em doações a igrejas, em presentes a Roma, em pagamentos de indulgências, contando, naturalmente,

Ainda não era História feita; por isso estava inédito. Era ainda uma coletânea de notas, documentos e retratos , que serviriam de base a um capítulo de uma obra maior planejada por Boiteux: a "*História Militar de Santa Catarina*".

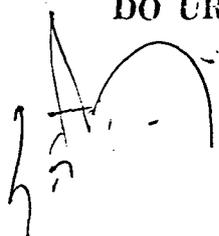
O livro não denuncia o tipo e a dimensão da intervenção do supervisor editorial. A concepção geral da obra, deduz-se, foi a de reunir os materiais, não em capítulos de um assunto geral, mas em "*pacotes*" de unidades militares e de eventos particulares. Dentro desses "*pacotes*" a documentação foi disposta cronologicamente, na opção do enfoque militar, na busca do mérito de soldado, de maneira que mais aparece o combatente catarinense naquelas campanhas, do que a Província (atentem para o título da obra) em face da conjuntura.

Trata-se de um outro trabalho (e não poderia ter sido diferente, pelas razões já expostas) factual, descritivo, até com avultado número de transcrições de documentos.

Na verdade, dos 4 trabalhos analisados, três deles ("*Notas*", "*Pequena História*" e "*Santa Catarina nas Guerras*" ) são resultados de compilação de apontamentos, de reunião e coordenação de documentos. O Autor teve consciência disso e de que ainda não fazia História. Manifesta isso no título da primeira obra: "*Notas para a História Catarinense*" (o grifo é nosso); a "*Pequena História de Santa Catarina*" é uma adaptação didática das "*Notas*"; em "*Simple Explicação*" introdutória à "*Santa Catarina nas Guerras do Uruguai e do Paraguai*" o Autor também consigna o caráter de inacabado.

Somente em "*Açorianos e Madeirenses em Santa Catarina*", Boiteux, além do incansável e meticuloso coletor de documentos, que sempre foi, conseguiu ser um historiador na plenude. Historiador de primeira grandeza, Boiteux, apoiado na docu

**A PROVÍNCIA DE SANTA - CATARINA NAS GUERRAS  
DO URUGUAI E DO PARAGUAI**



(Notas e Apontamentos)

**Lucas Alexandre Boiteux**

**Contr'Almirante**

Da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; da Academia de Letras de Santa Catarina; dos Institutos Históricos: Brasileiro, do Pará, Ceará, Bahia, Espírito-Santo, Santa-Catarina, Ouro-Preto, do Paraná; do Instituto "Duque de Caxias"; da Academia Nacional de História; do Instituto de Geografia e História Militar; da Sociedade de Homens de Letras, etc.:

Supervisão editorial do Prof. WALTER F. PIAZZA

mentação que selecionou para a sua tese, fez uma clara intelec  
ção do passado, numa subjetividade ética aceita pela crítica in  
ter-subjetiva.

A maneira de comunicar querendo convencer, em favor de objetivos cívicos, prejudicou, em parte, a qualidade cientí  
fica dos trabalhos. Há linguagem figurada, muito comum no iní  
cio do século: "... os ventos na sua ira desabalada ..."; há o indefinido, esfumando-se no lendário: "... aqueles remotos tem  
pos ...". Para descrever uma cena do navio-transporte dos aço  
rianos, ele fez poesia:

*"À noite, poucas lanternas de azeite de baleia, mal  
cheirosas e fumarentas, a oscilar descompassadamente  
suspensas dos vãos, derramavam uma luz baça, amorteci  
da, sobre centenas de corpos resfolegantes, estira  
dos, num abandono lastimoso em esteiras pelos conve  
zes e cobertas ..."*

O Autor se desculpou, sem razão, pela falta de mét  
do; método não faltou. Reuniu, como ninguém até então em Santa Catarina, uma massa documental inestimável, valeu-se de "Memó  
rias" anteriores e das informações "de patrícios dedicados" , consultou autoridades em especialidades diversas (Wiener, J.B . Lacerda, o naturalista Martins, Almeida Nogueira) e estabeleceu contatos historiográficos ininterruptos com Miguel de Brito , Santos Silva, Almeida Coelho, sente e critica a deficiência ar  
quival, a displicência e o despreparo de funcionários; ora , isso não é ausência de método. No máximo poderia o Autor estar apenas registrando, já, sua insatisfação pela insuficiência de todas aquelas medidas metódicas.

Peluso Jr. apontou em Boiteux, além do tratamento honesto do material, o zelo pela cronologia e a aplicação do método do geo-histórico, especialmente no estudo do século XVI.

Todo o seu comportamento e sua produção tem qualidade historiográfica. As formas dos seus trabalhos foram produtos finais necessários dos seus quadros teóricos; elas exibem e testemunham, na Historiografia catarinense, duas fases distintas, num mesmo Autor, duas concepções diferentes de fazer História, dois estágios de uma evolução.

Lucas A. Bouteux, é, para Piazza<sup>20</sup> a "maior expressão da historiografia catarinense"; pelo menos foi quem primeiro questionou o processo de elaboração do conhecimento histórico em Santa Catarina, alterando o seu próprio método, foi quem primeiro propôs a divulgação do conhecimento da História catarinense pela rede escolar; foi quem primeiro, em suas obras, apresentou "sintomas" de uma evolução teórica.

Há em Boiteux gabaritos para comparações internas e externas; nele se flagra a superação científica<sup>21</sup> e dele se esperaria sempre um outro "optimum" no transcorrer do tempo.

Se em sua última obra publicada - "Santa Catarina nas Guerras do Uruguai e do Paraguai" - ele manteve sua ideologia de grupo dominante, de grupo dirigente, quando não criticou a inscrição exclusivamente dos nomes dos oficiais no "Monumento aos Heróis da Guerra do Paraguai", pelo menos deixou nítida a aceitação da substituição do factualismo e da visão singular pela multiplicidade interpretativa de possibilidades.

<sup>20</sup> FIAZZA, Walter F. Santa Catarina: Sua História

<sup>21</sup> Aqui tomamos a expressão como essência do espírito científico: é retificação do saber, alargamento, aprofundamento. A ciência, hoje, não é acumulação de saber, mas sim uma superação do saber.

B. OSWALDO RODRIGUES CABRAL

Por ser um dos mais celebrados autores catarinenses , Oswaldo Rodrigues Cabral tem sido muitas vezes biografado.

Sílvio Coelho dos Santos<sup>22</sup> fez referência à integração de Cabral, em 1936, ao grupo de intelectuais, que se reunia na Biblioteca Pública, em Florianópolis, em torno de Carlos da Costa Pereira; destacou a capacidade de coletar dados e a idéia de organizar um arquivo; referiu-se, ainda, ao auto-didatismo em História e Antropologia e à criação de um "padrão de trabalho", que não chegou a esclarecer se aceitava como de valor científico.

Luiz Carlos Halfpap<sup>23</sup> relacionou a agradabilidade das aulas de Cabral à "uma extraordinária erudição".

Sua melhor biografia é a de Sara Regina Silveira de Souza<sup>24</sup>. Quando em 1929, com 26 anos de idade, formou-se em Medicina, Cabral já havia exercido o magistério primário, como professor normalista, já militava no jornalismo e já se interessara por Matemática e pelas línguas inglesa e francesa . Era aberto e alegre, descontraído e irreverente, teimoso e agressivo, romântico, honesto, pontual, exigente, católico, conservador. Foi brilhante professor universitário de Medicina Le

---

<sup>22</sup> "In Memoriam", O Estado, 26/02/1978

<sup>23</sup> "O Legado", O Estado, 26/02/1978.

<sup>24</sup> Apresentação do Autor de "Medicina, Médicos e Charlatães do Passado", na Revista Arquivos Catarinenses de Medicina, 1977.

gal, História, Antropologia e Folclore; foi conferencista e orador de renome; participou ativamente das mais diversas instituições culturais e emprestou ainda a sua contribuição valiosa à administração pública e à política, chegando a exercer a Presidência da Assembléia Legislativa.

Dono de uma obra vastíssima (Medicina, Folclore, Antropologia, Arqueologia, Viagem, Ficção e História), Cabral - afirma Piazza<sup>25</sup> - tem um lugar de destaque na Historiografia catarinense.

Sua extraordinária capacidade de pesquisa se manifesta nas vastíssimas bibliografias consultadas em cada uma de suas obras<sup>26</sup> e no que disse Jaime de Arruda Ramos<sup>27</sup>: "*Não há, em Santa Catarina, arquivo, biblioteca, coleção de jornais ou alfarrábios, museu, sótão, caixote ou simples atado de documentos antigos que Oswaldo não haja remexido e estudado*".

Em 1937 a *Brasiliana* - vol. 80 - publicou, de Oswaldo Rodrigues Cabral, o trabalho "*Santa Catarina (História - Evolução)*", fato que se revestiu de grande importância nos meios intelectuais, por se tratar da maior e mais completa coleção de estudos brasileiros, na época.

Posteriormente, em 1968, a Secretaria da Educação e Cultura de Santa Catarina publicou uma "*História de Santa Catarina*", de Oswaldo R. Cabral. No Prefácio, o Autor tentou fazer

---

<sup>25</sup> Santa Catarina - Sua História

<sup>26</sup> Em "*Cultura e Folclore*", por exemplo, são citadas 104 obras, em línguas diversas.

<sup>27</sup> "*Orelha*" de Notícia II.

a apresentação de uma obra "nova". Na "orelha" do livro também se nota a preocupação de afirmar que se tratava "... não (de).. uma reedição do seu livro de estréia: - antes, um novo volume...". Entretanto, essa mesma "História de Santa Catarina" foi publicada, em segunda edição, pela Editora Laudes, em 1970, onde se encontra a seguinte observação de Gustavo Neves: "Oswaldo R. Cabral pôs, nesse trabalho, que completa e aprimora outro, editado em 1937 ...".

Na verdade, nessas duas edições da "História de Santa Catarina", em relação à "Santa Catharina", de 1937, há mudança de estilo, principalmente numa dimensão didática, e acréscimos de acontecimentos do século XX; todavia, permanecem o plano da obra e o critério da seleção dos fatos, o "quadro teórico" e, em decorrência, os valores, o método e a forma persuasiva.

Em ambos os casos há obediência a um plano lógico: a conquista, a colonização e a (impropriamente chamada) evolução.

No estudo da "Conquista", diferentemente de outros autores, Cabral se valeu da Geo-História, estabelecendo a relação do homem com o meio, dos grupos humanos com a natureza; sem defender a tese do determinismo geográfico, Cabral isolou duas histórias em nosso Estado: a do litoral e a do sertão.

Infelizmente, nesse ponto, não evoluiu para a História, para o movimento, a mudança; a apresentação das cidades, vilas, profissões e atividades catarinenses foi feita fotograficamente, num "instantâneo" do momento em que escrevia. E ao terminar o ítem intitulado "Terra Catharinense" proclamou soberano: "Esta é Santa Catharina".

Em "Navegantes e Exploradores", Cabral insistiu com uma problemática surrada e sem conseqüências: o estabelecimento

de primazias, a precisão de datas, o batismo dos acidentes geográficos; uma novidade, entretanto, aparece: a preocupação por relações realmente históricas entre o branco e o índio, desde a reação do nativo às primeiras crueldades dos navegantes europeus. Não era mais uma simples notícia ou uma informação etnográfica, mas o interesse pelo índio como agente da transformação da paisagem cultural que o branco teimava construir sem ele.

No estudo de "*Fundadores e Bandeirantes*" não houve enriquecimento historiográfico, uma vez que, valendo-se do mesmo método, das mesmas fontes - as crônicas e relatos - dos mesmos questionamentos de autores precedentes, Cabral não descobriu fatos novos, não alterou a seleção dos dados e não formulou outros conceitos.

O problema se repete em "*Governos Coloniais - Povoamento*", onde Almeida Coelho e Boiteux só foram superados na maior riqueza dos detalhes.

Quando ultrapassou a simples narrativa dos fatos para opinar, divergiu. Isso ocorreu, por exemplo, ao abordar a colonização açoriana, considerando-a uma "*completa falência*". Enquanto Boiteux responsabilizou o governo por um fracasso parcial, Cabral desmascarou o colono açoriano, que não era agricultor, que não gostava do trabalho braçal, que preferia valer-se da prodigalidade da natureza no fornecimento de comida; só depois aduziu os malefícios de administrações desastradas.

"*A Colonização*" foi objeto de progresso historiográfico. Foi descoberto o fato da "*pequena propriedade*", que mereceu um tratamento especial, na consideração de um peculiar regime

de distribuição de terras. Trata-se de um momento feliz de Cabral como historiador, na segurança do documento, sem renunciar a liberdade do registro inteligente. Em sua mente logo se processou a convicção que aqui faltava uma nobreza fundada no poder da terra e que com isso se explicava uma minúscula produção, uma reduzida escravaria e a formação de uma sociedade "com a indiferença do vencido".

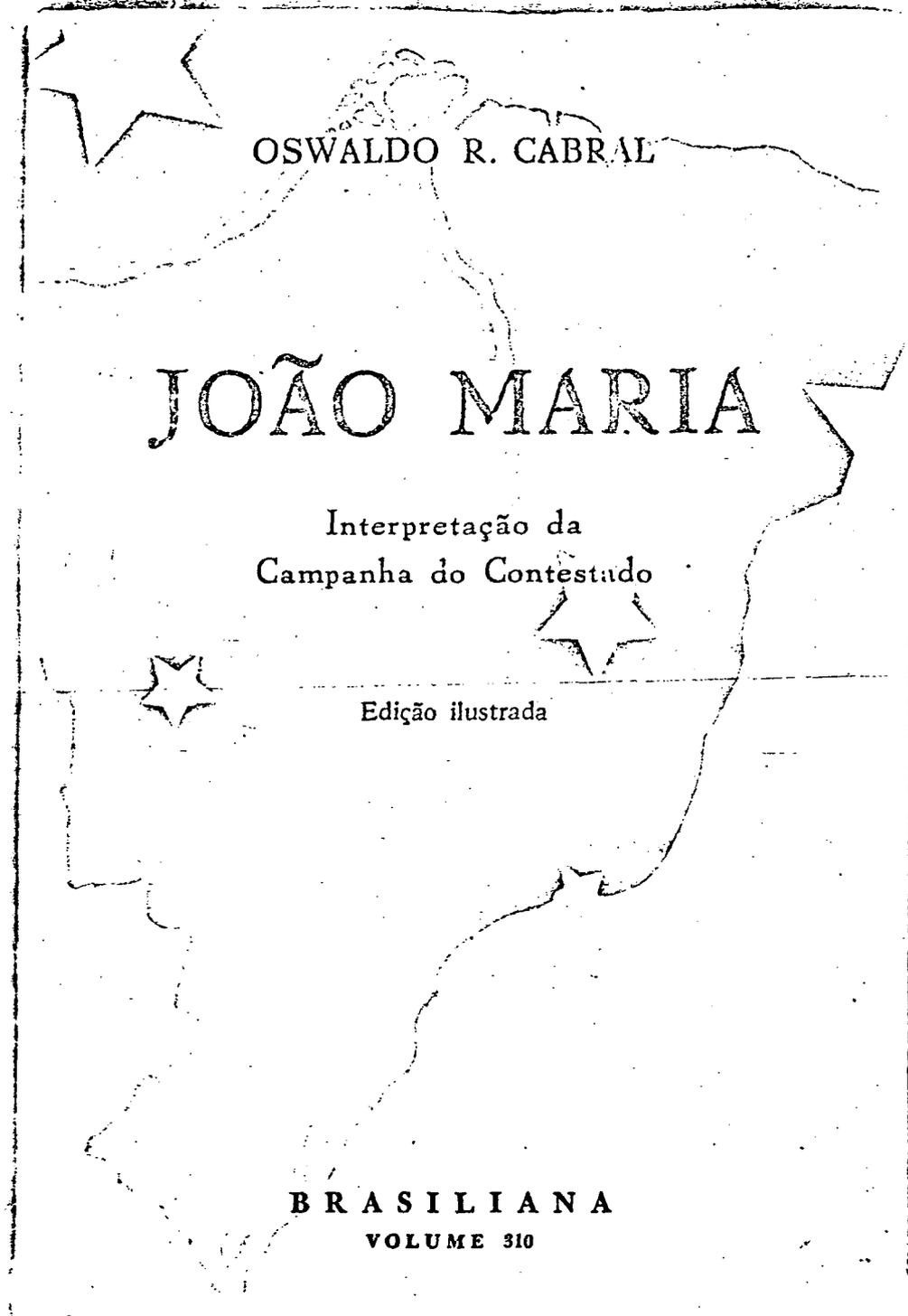
Tentou - mas desistiu - um confronto entre a colonização portuguesa e a não portuguesa; foi sensível às inovações ítalo-germânicas, mas as diferenças de mentalidade e de circunstâncias - no tempo e no espaço - eram impeditivas de pontos de contato.

Outra inovação de Cabral foi a integração historiográfica do planalto, diferenciado, então, na atividade econômica, em outro regime de terras - no pastoreio e no latifúndio. Surgiu o conceito de centro de irradiação. Posteriormente, Rufino P. Almeida<sup>28</sup> diria: "*Da exportação ao engenho para a industrialização do mate foi um passo rápido e Joinville tornou-se o maior centro de comercialização ... e desta forma reagiu contra o êxodo dos colonos para o planalto*".

Ao examinar "*Os Vales do Itajaí e do Tubarão*", Cabral viu a vida além do âmbito do diálogo do governo com a natureza. Descobriu outras forças de transformação social, com as famílias, os indivíduos, as mentalidades, a conjuntura internacio -

---

<sup>28</sup> In: "Um Aspecto da Economia de Santa Catarina - A Indústria - Ervateira - O Estudo da Companhia Industrial" - Dissertação de Mestrado submetida à UFSC, 1979.



OSWALDO R. CABRAL

# JOÃO MARIA

Interpretação da  
Campanha do Contestado

Edição ilustrada

BRASILIANA  
VOLUME 310

nal; cada núcleo era "uma potência de trabalho e de riqueza".

Em trabalho bem mais recente, Valmor B. de Sena<sup>29</sup> reexaminou e confirmou essas forças: "*De Rodeio, base do povoamento italiano, distribuíram-se as famílias ... O povoamento... era dirigido por companhias de colonização particulares...*".

Vendo no contexto cultural a realidade histórica, desvencilhou-se das imposições geográficas e colocou a colônia de Nova Trento, historicamente, na área cultural de Brusque.

Aliás, Maria Theresinha S. Barreto<sup>30</sup> coletou os dados demográficos para a elaboração do seu trabalho, à primeira vista circunscrito ao Vale do Rio Tijucas, nos arquivos paroquiais de Brusque, no Vale do Itajaí-Mirim.

Roselys Izabel C. dos Santos<sup>31</sup> explicitou: "... os terrenos que margeiam o Ribeirão Alferes, mas já no vale do Rio Tijucas, onde em 1875 foi criado o núcleo de Nova Trento, ligado administrativamente à Colônia Brusque ...".

Os vasos comunicantes da cultura também presidiram os critérios de Piazza<sup>32</sup>.

No estudo referente a "*Joinville e São Bento - Jaraguá e Hansa*", Cabral prosseguiu descobrindo fatos novos e

---

<sup>29</sup>In: "A Política do Cooperativismo de Eletrificação Rural em Santa Catarina: o Caso da Cooperativa de Eletrificação Rural de Santa Catarina" - Dissertação de Mestrado submetida à UFSC, 1980.

<sup>30</sup>In: "Poloneses em Santa Catarina", UFSC, 1983.

<sup>31</sup>In: "A Colonização Italiana no Vale do Itajaí-Mirim", Edeme, 1981.

<sup>32</sup>In: "A Colonização Italiana em Santa Catarina", IOESC, 1976. e "Nova Trento", Florianópolis, IOESC, 1950.

formulando conceitos, em manifestação da percepção de realidades. Aqui um homem vitorioso na réplica sobre o Cachoeira, ali a Comuna Dona Francisca se convertendo em força social.

Em "*Colônias no Caminho de Lages e Colônias disseminadas pelo Litoral*" destaca-se a tentativa de recuperação da imagem do homem nacional para a tarefa colonizadora, como ocorreria em Angelina.

Num estudo posterior<sup>33</sup>, quase exaustivo, Piazza afirmou: "*Esta foi ... uma grande oportunidade que se perdeu para demonstrar, cabalmente, o valor do luso-brasileiro na tarefa - não só de povoar, mas, especialmente, de criar as condições de desenvolvimento econômico-social, através da rentabilidade da pequena propriedade ...*". E isto apesar da colônia não possuir relação com uma economia de mercado, estar situada em terras impróprias para o cultivo e estar desamparada pelo poder público, principalmente no fornecimento de uma tecnologia adequada.

Para a III Parte da obra - 240 páginas de um total de 445 - Cabral escolheu o título de "*Evolução*", como se evolução não tivesse havido nas partes anteriores, denominadas de "*A Conquista*" e "*A Colonização*". Ele mesmo, como se não estivesse satisfeito, por impropriedade ou insuficiência de significado, dedicou, num I ítem - Retrospecto - 20 páginas para sumariar a "*evolução*" havida até a proclamação da independência do Brasil, início cronológico dessa III Parte.

---

<sup>33</sup>In: "Angelina - Um caso de Colonização Nacional" - Tese submetida ao Concurso de Livre-Docência em História - Universidade Federal de Santa Catarina, 1973.

Destacou, então, como o fizeram outros autores, o surgimento da Província, em meio a um complicado sistema administrativo e a uma imprecisão ou indefinição de limites; citou os números da população, sem estudá-los historicamente; conferiu importância extraordinária ao Hospital de Caridade, Joana de Gusmão e irmão Joaquim, sem contudo estabelecer, explicitamente, uma relação transformadora com a realidade social; o Quartel do Campo do Manejo não foi estudado na dimensão social dos seus serviços na História de que foi instrumento; e o anseio e o júbilo do catarinense pela independência do Brasil, se bem que mais ricamente descritos, não chegaram, naquelas 5 páginas, a significar uma transformação com marcas de historicidade.

Em *"Da Independência à República"* há um início com a participação inteligente do Autor, que interpretou o esforço dos estadistas brasileiros no sentido da formação da nação e da eficácia das medidas político-administrativas, visando a organização da Província. Infelizmente, logo depois, Cabral se acomodou no factualismo, embora, a bem da verdade, consideramos como boa a seleção dos fatos, para quem havia se proposto a estabelecer a organização provincial interna e o seu crescimento.

Afirmou: *"A guerra de 1777 interessou às pequenas e pobres populações do litoral: a de 1865 não conheceu limites, foi de todas as populações, de toda a gente da terra"*. Entretanto, o enfoque foi o mesmo de sempre: a participação militar, como se a participação de homens no *"front"* não deflagrasse alterações na retaguarda política, social, econômica, moral, intelectual, etc.

Ao estudar a "*República Juliana*" deixou clara a sua simpatia pela causa dos revolucionários, "... uma página épica de abnegação e de renúncia, como uma epopéia de sangue e de glória". Mais de uma vez enalteceu as virtudes gaúchas - bandeirantes da sua terra natal, da Laguna -, virtudes coroadas pelo "*desamor à vida e idolatria pela liberdade*". Todavia, o enfoque principal se encaminhou para a campanha militar e a repressão, desinteressantemente, uma vez que o leitor está concentrado na expectativa criada por um capítulo intitulado de "*Evolução*".

À falta de um quadro teórico mais aberto, que desvinculasse nomes e fatos, para generalizar num movimento de idéias e comportamentos coletivos, Cabral, no exame da contemporaneidade, em "*Período Republicano*", retornou à pobreza do factual, num monótono desfile de acontecimentos sabidos, onde há apenas o registro, para que outros mais tarde, talvez, realizem algum estudo, como, por exemplo, nesse período: "*Felippe Schmidt, novamente elevado a governador ... resolve a questão de limites com o Paraná, e põe termo à campanha do Contestado, já em sua última fase, enviando as últimas expedições contra os jagunços e internando muitas famílias destes em vários núcleos agrícolas. Com o Acordo passam para a jurisdição do Estado quatro novos municípios que recebem os nomes de Mafra, Porto União, Cruzeiro e Chapecô".*

Não ensaiou sequer, além da notícia, uma interpretação sobre a importância das transformações várias decorrentes da construção da Ponte Hercílio Luz.

Ao abordar a Revolução de 93, esboçou uma fuga das fronteiras do fato, para excursionar no terreno conjuntural ; entretanto, parece, faltaram-lhe recursos teóricos para o

cumprimento desse desiderato. Político participante, interpretou e opinou sobre as questões políticas, expondo-se na transparência das suas simpatias.

Em "*Últimas Campanhas*" - referência aos movimentos que abalaram a vida nacional, como os de 1922, 23, 26 e 30 - Cabral frizou, e talvez até tenha fixado, a "... quase indiferença do povo catarinense". Não se fundamentou teoricamente para esclarecer a resignação, ou omissão, ou preguiça intelectual, ou timidez política. Foi-lhe suficiente fechar o trabalho fazendo o elogio a um "*Povo generoso, bom e trabalhador, pacífico e tímido ...*".

Em 1960 a Brasiliana voltou a publicar outra obra de Oswaldo Rodrigues Cabral: desta vez "*João Maria - interpretação da Campanha do Contestado*" -, volume 310.

Já em "*Santa Catarina*", Cabral dedicara um capítulo para a "*Guerra dos Fanáticos*", contribuindo historiograficamente na intenção declarada de refutar teses, como as do "*ardil catarinense*" e da "*guerra religiosa*".

Entretanto, 23 anos depois defendia as mesmas teses, apesar da rica contribuição de estudiosos com bases teóricas diversas, como os trabalhos de Aujor Ávila da Luz (*Os Fanáticos*, 1952) e de Maria Isaura P. Queiróz (*La Guerre Sainte au Brésil; - le mouvement messianique du "Contestado"*, 1957); além disso há estudos anteriores, como os de Herculano T. Assumpção e de Demerval Peixoto, ambos intitulados "*A Campanha do Contestado*", cuja consulta era necessária.

Na "*Introdução*" a "*João Maria*", Cabral interpôs-se na corrente historiográfica brasileira, tecendo consideração a respeito da utilização total do modelo de abordagem, oferecido por Euclides da Cunha.

Do modelo interpretativo euclidiano era necessário expurgar o direcionismo oficial de rotulação do movimento e , da constatação do desvio dos acontecimentos, em relação ao modelo teórico de luta religiosa, era possível propor a defesa da tese do desajuste social.

Para esse fim, dividiu a obra em 4 partes, através das quais examinou as condições geo-históricas da formação da população sertaneja; a figura e o papel dos monges, a campanha de repressão e as sobrevivências.

O ponto de partida - a paisagem cultural - é de Euclides da Cunha, no exame do comportamento dialético do binômio-homem/meio. Numa linguagem que faz lembrar José de Alencar<sup>34</sup>, Cabral se demorou 82 páginas descrevendo o meio físico e fazendo um retrospecto da administração e do povoamento, em direção e sustentação da sua tese da diferenciação cultural litoral/planalto.

Seus fatos básicos foram, sem dúvida, a fixação dos limites, a forma de povoamento e o tipo de povoador. Porém , apesar do mérito da descoberta do interessante para a tese que defendia, nem sempre Cabral teve interesse para desvendar inteligentemente as razões históricas do que assinalou.

*"Houve um anacoreta de cabelos longos ..."* esse é o início solene e lendário do estudo sobre os monges. São 101 páginas através das quais Cabral buscou a isenção dos monges e

---

<sup>34</sup>p. 26 - *"O horizonte é longínquo e esbatido nas meias tintas que morrem à distância. As araucárias levantam ao céu as suas taças verde-escuras e as ervaíras se agrupam dentro da mata sub-tropical que cobre a região"*.

da religiosidade por eles liderada, condenando a repressão violenta. Claro, admitiu a intervenção de bandoleiros, de políticos e outros fatores prejudiciais à ordem social e política.

Em "*A Campanha do Contestado*", Cabral insistiu na inabilidade dos governos, que, para um estado de marginalização e abandono, clamando por assistência social de toda ordem, contrapuseram a força policial: - a Campanha do Contestado teria sido um caso da polícia. O grupo social, inicialmente unido por um fator místico, evoluiu para a aglutinação em torno do ódio, contra tudo que direta ou indiretamente estivesse ligado à repressão.

Finalmente, em "*As Sobrevivências Religiosas e a Pesquisa*" o Autor fez a verificação das suas hipóteses: 1º - O sertanejo não combateu por uma fé estranha; 2º . debelados os grupos armados, ainda persiste a veneração a São João Maria ; 3º - com a chegada, à região, das garantias, da confiança, da justiça, extinguiu-se o marginalismo.

Na "*Conclusão*", o Autor não esclareceu como e porque tomou a convulsão do Contestado como "... um dos capítulos - mais interessantes da nossa evolução histórico-social" (o grifo é nosso), se ele mesmo a declarou como um desvio de um grupo social numa área bem delimitada e específica.

Onze anos após "*João Maria*", período em que produziu sem parar, Cabral lançou "*Nossa Senhora do Desterro*". Inicialmente, tem-se a impressão que o Autor despendeu apenas esforço físico, no manuseio da tesoura e dos jornais.

NOTICIA

Historica, Authentica, Sincera,  
Pictoresca e Sentimental  
da  
Villa, depois Cidade de

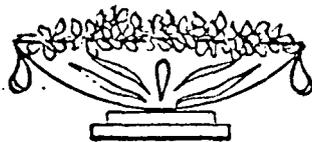
NOSSA SENHORA  
DO DESTÊRRO

da  
Ilha de Sancta Catharina,  
dos Casos Raros Aleunhada,  
Escripta por

Oswaldo Rodrigues Cabral

Doutor em Medicina, Licenciado em Cirurgia  
e Escriptor publico da mesma Cidade,  
na Rua Esteves Junior, antiga Formosa,  
tambem chamada do Passeio, no

ANNO DA GRAÇA DE NOSSO SENHOR  
JESUS CHRISTO  
DE MCMLXXI



Composta, Impressa e Públcada  
com todas as Licenças Necessarias, ie, nenhuma

Entretanto, Gustavo Neves<sup>35</sup> nos alerta: "*Cabral seleciona, com inimitável tato, cenas pinturescas e sugestivas...*". E o trabalho de selecionar é trabalho intelectual.

Começa-se, então, a observar, que a obra obedeceu a um plano não cronológico, para destacar temas, em torno dos quais se desenrolou a história de uma sociedade inteira, inclusive-como o próprio Autor diria, em "*Notícia I*" - "*História da arraia miúda*": "*O que mais na praça havia*" (Notícia I) ; "*O Comércio e a navegação*" (Notícia II), ou o capítulo "*A grande paixão do desterrense pela ribalta*" (in Memória I); e "*Os pãrias de uma sociedade estruturada*" (in Memória II).

Ao compor a obra Cabral fez História; não apenas registrou e dispôs, mas propôs, à guisa de comentário, uma leitura dos fatos que zomba, que ironiza, maledicente, gozadora, florianopolitana. Leitura de quem conhecia o "*espírito*" do povo para quem escrevia.

"*Nossa Senhora do Desterro*" é, possivelmente, a obra que Cabral desejava escrever quando em 1968 prefaciou a sua "*História de Santa Catarina*".

Em "*Nossa Senhora do Desterro*", Cabral confundiu a História na ciência e na arte. Sua escrita, aqui, é uma "*arte da encenação*". Um trabalho com base documental, querendo captar a vida da sociedade como um todo, ou vida de todos os segmentos da sociedade, a vida ordinária, flagrando o nú, o íntimo, o funcionamento de uma cidade, democratizando o público.

---

<sup>35</sup>"Orelha" de Memória I

Mais que em qualquer outra obra, o leitor ganha consciência de que o Autor estava à vontade, reunindo fatos por critério pessoal e interpretando bem a seu jeito.

Na verdade, em "*Nossa Senhora do Desterro*", publicada pela UFSC, em 1971, em 4 volumes - Notícia I e II e Memória I e II -, já reeditada num só volume, não houve grandes progressos no método. A novidade foi que o Autor, afinal, descobriu a forma e o estilo mais adequados à sua concepção de História.

Cabral concebeu a História como feita, pronta e etiquetada num passado e que a função do historiador, sua tarefa e competência, é encontrar essa História e contá-la no presente. Em virtude disso, acena com "*lições da História*" ("*João Maria*", 104) ou surpreende-se com "*Este homem, a contragosto, foi empurrado ... para dentro da História*" ("*João Maria*", 107). Na "*Santa Catharina*" (p. 344) chegou a ser inocente: "... a história da Revolução de 1893 ainda não foi inteiramente escripta". E, em 1976, ao fazer a "*Introdução*" ao trabalho de Carlos da Costa Pereira<sup>36</sup>, Cabral assim se manifestou: "*Se vivo fosse, o Autor, certamente, a outrem teria entregue a tarefa de oferecer ao público - porque ele sabia perfeitamente que, a respeito do episódio nele tratado, as nossas idéias não coincidião*".

Repelir uma tese alheia, para Cabral, não tinha o sentido do respeito à pluralidade de interpretações, mas sim a convicção de que, com exclusividade, se encontrara o "verdadeiro" processamento da realidade passada.

---

<sup>36</sup> "A Revolução Federalista de 1893, em Santa Catarina", IOESC,

## MEMORIA

Historica, Pictoresca e Sentimental de Muitos  
Factos Authenticos Havidos (mas não de todos)  
e de Muitas Outras Coisas que se passaram na

Villa, depois Cidade de

# NOSSA SENHORA

# DO DESTÊRRO

da

Ilha de Sancta Catharina,  
tambem conhecida e chamada

dos

CASOS RAROS

Recolhidos Narrados e Comentados  
por

Oswaldo Rodrigues Cabral

Auctor da Noticia Historica de  
Muitos outros, que nem com Estes se  
Completam

ANNO DA GRAÇA DE NOSSO SENHOR

JESUS CHRISTO

DE MCMLXXI



Compоста, Impressa e Públcada  
com as mesmas Licenças do primeiro

A controvérsia, que deveria ser método de enriquecimento, em Cabral se encaminhava para a consideração de oposição, de inimizade. Quando pelo jornal, a polêmica ameaçava "chumbo grosso"; quando em livro, a agressão frontal, como a repulsa à tese de patologia social, de Aujor A. Luz, na obra anteriormente citada.

Não se deu conta - creio - que toda a sua obra - como a de qualquer outro autor - era um conjunto de opções pessoais: seleção de fatos, de fontes, de abordagens, de interpretação, de forma, de estilo, tudo submetido à crítica intersubjetiva de uma comunidade científica que se formava.

Não percebeu, também, que estava prisioneiro - apesar da sua atualização bibliográfica, das suas leituras - nos quadros teóricos da "*História Factual*", muito mais em busca de ações no passado, do que em meios de ação para os homens do presente; mais saudade contemplativa, do que estímulo de transformação.

Sem nenhuma dúvida, entretanto, Cabral forma, com Lucas A. Boiteux, a dupla básica da Historiografia Catarinense.

Sua capacidade de pesquisa, de reunião de dados, sua fidelidade ao princípio do testemunho documental, sua contribuição variada - instituições culturais, ensino, obras, etc - à formação da memória coletiva de Santa Catarina, os pontos polêmicos que suscitou e legou, colocam-no, obrigatoriamente no limiar da História científica propriamente dita, inaugurada, entre nós, pelo Curso de Pós-Graduação em História, desta Universidade Federal de Santa Catarina.

Sob a orientação de doutores nacionais e estrangeiros, já foram aprovadas, até novembro de 1984, trinta e sete (37) dissertações a nível de Mestrado, sendo que dez (10) delas estão transformadas em livros. A contribuição do Curso pode ser ainda medida através dos artigos publicados em jornais e revistas especializadas.

O menor respeito que merece será a nossa tentativa de superá-lo. .va

## CONCLUSÕES

A formação de uma memória coletiva, em Santa Catarina, percorreu uma linha evolutiva, e assumiu formas diversas, desde o simples registro burocrático do final do século XVIII, até o momento atual, quando alguns sinais anunciam a tendência à prestação de um serviço liberador dos homens, para a gerência consciente das transformações sociais.

Tomando a verdade histórica como uma produção mental do historiador na construção de uma probabilidade, a ele vimos atribuindo, neste trabalho, a qualidade de líder intelectual, a tarefa de fornecer sentido aos fatos e a responsabilidade de "*fazer a história*".

Não há mais argumentos resistentes ao relativismo e ao subjetivismo do conhecimento histórico, ao comprometimento, visível na opção, na seleção, na intelecção.

Definitivamente, já não se admite a intenção inocente de descobrir acabado, num ponto qualquer do passado, num pacote de documentos, um objeto-história, com possibilidade de ser refletido plenamente (idéia do objeto igual ao objeto) num discurso a-temporal e universal.

Os historiadores sempre se valeram de uma teoria como instrumento de trabalho, dela extraindo os conceitos (guerra, nação, civilização, cultura, povo, democracia, religião, cidade, progresso, sistema feudal, modo de produção, etc) e dela derivando a maneira - o método - de utilização dos conceitos.

Como toda teoria é mais curta do que a realidade, os historiadores a tomam como possibilidade. De pesquisa em pes-

quisa, numa sucessão de possibilidades, a comunidade de historiadores ultrapassa a intenção da acumulação de conhecimentos e atinge a superação, fundada no condicionamento sociológico do conhecimento, na subjetividade humana. Com a problematização teórica da realidade, o trabalho crítico elimina a prescrição e a verdade deixa de ser absoluta para estar numa aproximação perseguida sem cessar.

Conhecimento é "criação" intelectual, uma atribuição de significado a uma realidade.

À realidade o pensamento dá uma forma. O quadro teórico produz a formalização do passado e, a partir dela, os historiadores interpretam e comunicam.

Desde a sensibilidade pelo problema a pesquisar, pela problemática a resolver, na escolha do referencial teórico, os historiadores, inevitavelmente, são influenciados por pressupostos ideológicos - da leitura da realidade à ação performativa que suscita.

Cada obra histórica é uma intelecção, uma possibilidade distinta do passado, e deve ser, também, uma resposta a uma problemática levantada pela consciência social do historiador. Por essas duas razões, talvez seja ousado ou temerário referir-se a uma Historiografia Catarinense antes do século XX. E se atentarmos para o fato de que, até o início do século atual Santa Catarina não tinha formado o seu espaço (territorial, político, econômico, cultural) e que sobre um espaço indefinido havia núcleos de populações que não se comunicavam, que não comungavam problemas e aspirações, será, com maiores razões, uma insensatez antecipar o início de uma História Regional, um pensamento catarinense.

Justamente por isso os primeiros trabalhos que aqui analisamos são memórias individuais. A sociedade não conhecia, nem tinha interesse de conhecer uma história que não era sentida como patrimônio cultural comum. E se viesse a conhecê-la, na forma em que foi "feita" pelos memorialistas, não saberia o que fazer com ela.

Se ser sócio é ter a consciência da participação, talvez nem se possa fazer referência a uma sociedade catari-nense no século XIX. Sócios - no litoral - da dor da guerra e da miséria econômica, desde o século XVII, sócios de uma evolução morosa, quase imperceptível para os coevos, sem mudanças sentidas e sem vontade de mudar, os núcleos de povoamento não legaram aos historiadores realidades decorrentes de projetos coletivos, de uma "sociedade". Aqui, em Desterro, se sociedade havia no final do século XIX, Cruz e Souza, seu poeta maior, ignorou.

Os historiadores catarinenses daquele século estiveram comprometidos com a ideologia do grupo dirigente, conservador, conciliador, e com uma concepção de História, que preconizava a reconstituição do passado ou o simples registro vi-so-impessoal de "fatos sagrados". Nem sequer se deram conta que os fatos arrolados, para a reconstituição de um passado eleito, eram uma seleção deles, determinada por uma formação, por um lugar social.

Antolhados pela estreiteza dessa concepção de História e univocamente professando a mesma teoria da organização social, da estrutura de poder, das relações povo/governo, os historiadores catarinenses de então produziram uma obra

histórica, com escassez de idéias performativas, pouco ou nada contribuindo para o desenvolvimento da a-crítica "*sociedade*".

A dimensão humana catarinense, a nível de consciência social dos questionamentos e a nível de proposta de interpretação dos sucessos, tardaria um pouco mais.

Consideremos em Miranda Ribeiro e em Miguel de Brito o "*espírito historial*", a intenção memorativa, a coleta de fontes, a busca de método, até - já dissemos - a qualidade historiográfica; mas a leitura dos fatos é portuguesa e o protagonista é o Rei.

E os trabalhos surgidos ao longo do século XIX refletem a timidez intelectual, produzida no conflito da formação jesuítica, com a aceitação de idéias de movimento liberal. A evolução sócio-cultural transcorrida num ecletismo confuso, considerada a visão historiográfica: modelo geo-histórico, a crença no fato objetivo, reconstituível, a história centrada em heróis, uma história concedida ao povo. A própria situação político-jurídica da Província era impeditiva de progresso e de formação de um contexto cultural catarinense.

Almeida Coelho, é verdade, defendeu catarinensemente o seu "*Regimento de Linha*", mas no geral, padeceu, com Santos Silva e com Arcipreste Paiva, do mal da falta de recursos teóricos e de uma pressão social estimuladora.

Sem intenção de liberar forças do presente, o discurso historiográfico assumiu a forma do passadismo, memorativo, adeço de saudade, testemunho inócua de homens e circunstâncias irrepetíveis. Foi a forma de um culto a heróis sem tempo, de narrativas do irremediável. Forma lógica de um conteúdo construído sobre "*relações sociais*" cujas forças e valores deveriam

ser perpetuados.

No início do século XX, definido o espaço (juridicamente) intercomunicando-se as áreas culturais, começou a idéia-problema de uma evolução diferenciada, em termos de Estado, na motivação da busca da identidade, do bairrismo, da defesa de brios, etc.

Na ação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Academia Catarinense de Letras, principalmente, aquela idéia-problema se transformaria em idéia-força, para a organização, em 1948, do I Congresso de História Catarinense. Por coincidência, surgiria, no mesmo ano, o Grupo Sul, num grandioso movimento intelectual democrático e "democratizante".

Santa Catarina deixava de ser a ilha - a Capital - para se considerar a diversidade humana em pontos distantes, nutrido ambições comuns e com algum passado, já então, sentido e reconhecido também como comum.

Foi no século XX que a "sociedade" se considerou catarinense e que, num despertar tardio, mesmo assim, salutar, adquiriu a noção de um tempo novo; foi no século XX que a sociedade se considerou aberta, inacabada, frágil e limitada, porém capaz de propor controle e projetos de superação; era definitivamente uma sociedade com dúvidas e com disposição para a pesquisa.

História catarinense como intelecção catarinense do passado e, em consequência, o estudo dessa produção intelectual como Historiografia Catarinense, só a partir de então podem ser tratados com propriedade.

Feliz e ineludivelmente, o processo histórico foi

mais forte e a operação historiográfica foi se reciclando, se problematizando, tornando-se socialmente útil e ganhando a dignidade de trabalho intelectual.

A movimentação cultural assumiu, com Lucas A. Boiteux, com Oswaldo Cabral e com uma série de outros intelectuais, um posicionamento nitidamente catarinense, integrador de toda a sociedade do Estado, apesar de, imediatamente, não ter produzido uma História que se apresentasse explicitamente como ferramenta de mudança.

A mudança não se fez radicalmente, na violência de um momento. Ao longo desse século XX, a forma questionadora vem abrigando um conteúdo com intenções prospectivas, forma não fotográfica do que foi, mas interpretação de como algo chegou a ser o que está sendo. O discurso historiográfico vem, paulatinamente ganhando abertura, na admissão do relativismo, do ideológico, do desejo de superação científica. É uma forma que incentiva a ousadia social, quando descobre, revela e libera forças de transformação divorciadas e ignoradas pelos grupos dirigentes. A nova forma vem exprimindo uma concepção de História sintonizada com a construção do futuro, uma forma de convidar cada homem a agir questionando a realidade, através do questionamento do seu conhecimento sobre essa realidade. Ação com posicionamento explícito, numa opção embasada na pluralidade de "intelecções".

A nova forma vem ganhando contornos mais vivos e expressivos e era ainda tímida - no residual de uma História empírica, com dificuldades teóricas - quando foi criado o Curso

de Pós-Graduação em História, na UFSC,

Entretanto, apesar das objeções que fizemos, nos dois níveis de análise - o da seleção de acontecimentos e o da contribuição inteligente na interpretação daqueles acontecimentos - percebemos uma evolução, que aponta para um estilo catarinense de pensar os seus próprios "*fatos*". Paralelamente, porque padrão de medida e critério de respostas historiográficas, vem evoluindo a criticidade do grupo social.

O período pesquisado não apresentou - ou não percebemos - "*idéias-forças*", sobre os quais se travassem conflitos de natureza diversa (veja-se, por exemplo, como se questiona hoje o estudo do Contestado), como a ideológica. A história feita foi chamada impropriamente de "*oficial*": este caráter decorre da unilateralidade das fontes - quase sempre arquivos oficiais - e da incidência das condições gerais de pesquisa - incluindo a motivação - num só segmento da sociedade.

Todo o período posterior ao da abrangência deste trabalho, mormente aquele de atuação dos Cursos de História - Graduação e Pós-Graduação - deve ser investigado para, na intenção de interpretar as tendências teórico-metodológicas e da seleção de temas-problemas, verificar a existência e o grau de excelência de uma prática historiadora, definitivamente com identidade cultural catarinense.

## BIBLIOGRAFIA

- ACERBONI, Lídia. A Filosofia Contemporânea no Brasil. São Paulo, Grijalbo, 1969.
- ALMEIDA, Helga B. de. Foucault e a História, In: Revista de Ciências Humanas, nº 5, Florianópolis, UFSC, 1984.
- ALMEIDA, Rufino P. Um Aspecto da Economia de Santa Catarina: a Indústria Ervateira - O Estudo da Companhia Industrial - Dissertação de Mestrado submetida à UFSC, 1979.
- AMARAL, Márcio T. d'. Filosofia e História. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1982.
- ANDRADE, Djanira Maria M. de. Hercílio Luz: Uma Ponte Integrando Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1981.
- ARON, Raymond. O Ópio dos Intelectuais. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1980.
- ARRUDA, José Jobson de A. O Brasil no Comércio Colonial. São Paulo, Ática, 1980.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Ilha de Santa Catarina - Relatos dos Viajantes Estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis, 1979.
- ASSOUN, Paul Laurent. Marx e a Repetição Histórica. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1979.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagens Pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858). Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.
- BALDIN, Nelma. A Intendência da Marinha de Santa Catarina e a Questão da Cisplatina. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1980.
- BALIÑAS, Carlos A. El Acontecer Historico, Madrid; Rialp, 1965.

- BARBOSA, Renato. Cofre Aberto. Florianópolis, Imprensa Univer  
sitária, 1982.
- BARBOSA, Leila e MANGABEIRA, Wilma. A Incrível História dos Ho  
mens e Suas Relações Sociais. Petrópolis, Vozes, 1982.
- BARBOSA FILHO, Manuel. Introdução à Pesquisa. Rio de Janeiro ,  
L TC, 1980.
- BARCELLOS, Rubens de. Estudos Rio-Grandenses. Porto Alegre ,  
Globo, 1955.
- BARRETO, Maria Theresinha S. Poloneses em Santa Catarina. Flo  
rianópolis, UFSC, 1983.
- \_\_\_\_\_. Historiografia dos Municípios Catari  
nenses, In: Revista do IHGSC, nº 4, 3ª fase, 1982/83.
- BARROS, Roque S.M. A Evolução do Pensamento de Pereira Barreto.  
São Paulo, Grijalbo, 1967.
- \_\_\_\_\_. Introdução à Filosofia Liberal. São  
Paulo, Grijalbo, 1971.
- BASBAUM, Leôncio. História e Consciência Social. São Paulo ,  
Global, 1982.
- BAUER, Wilhelm. Introducción al Estudio de la Historia. Barce  
lona, Bosch, 1957.
- BERLIN, Isaiah, Vico e Herder. Brasília, Editora da Universi-  
dade de Brasília, 1976.
- BERNHEIM, Ernst. Introducción al Estudio de la Historia. Barce  
lona, Labor, 1937.
- BESSELAAR, José van den. Introdução aos Estudos Históricos.  
São Paulo, EPU, 1973.
- BESSON, Waldemar. História. Lisboa, Meridiano, 1965.
- BLOCH, Marc. Introdução à História. Europa-América, 1976.

- BOCK, Kenneth. Natureza Humana e História. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- BOITEUX, Lucas A. Notas Para a História Catharinense. Florianópolis, Livraria Moderna, 1912.
- \_\_\_\_\_. Pequena História Catharinense. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1920.
- \_\_\_\_\_. Açorianos e Madeirenses em Santa Catarina. In: Revista do IHGB. vol. 219, Rio de Janeiro, Abril/Junho, 1953.
- \_\_\_\_\_. A Província de Santa Catarina nas Guerras do Uruguai e do Paraguai. Florianópolis, UFSC, 1972.
- BORDENAVE, Juan E. D. O Que é Comunicação. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- BORGES, Vavy P. O Que é História. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira. São Paulo, Cultrix, 1982.
- BOSSLE, Ondina P. Henrique Lage e o Desenvolvimento Sul Catarinense. Florianópolis, UFSC, 1981.
- BRAUDEL, Fernand. Escritos Sobre a História. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- BRITO, Paulo José Miguel de. Memória Política Sobre a Capitania de Santa Catarina. Lisboa, Academia Real das Ciências, 1829.
- \_\_\_\_\_. Idem, Florianópolis, Livraria Central, 1932.
- BUNGE, Mário. Teoria e Realidade. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- \_\_\_\_\_. Ciência e Desenvolvimento. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.

- CABRAL, Oswaldo R. Santa Catharina. São Paulo, Nacional, Brasileira, vol. 80, 1937.
- CABRAL, Oswaldo R. Cultura e Folclore. Florianópolis, IOESC, 1954.
- \_\_\_\_\_. João Maria. São Paulo, Nacional, Brasileira, vol. 310, 1960.
- \_\_\_\_\_. Nossa Senhora do Desterro. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1972.
- \_\_\_\_\_. A Participação de Santa Catarina no Movimento da Independência. Florianópolis, 1972.
- \_\_\_\_\_. Medicina, Médicos e Charlatões do Passado. In: Revista Arquivos Catarinenses de Medicina. Florianópolis, 1977.
- CALMON, Pedro. História do Brasil - o Império. São Paulo, Nacional, Brasileira, vol. 176-C, 1947.
- CAMINHA, Pero Vaz de. Carta a El Rei D. Manuel ( organização de Leonardo Arroyo ), São Paulo, Dominus, 1963.
- CAMPOS, Fernando A. Tomismo e Neo-Tomismo no Brasil. São Paulo, Grijalbo, 1968.
- CANCIAN, Nadir A. Uma Problemática Para o Contestado. In: Roteiro, nº 7, Fundação Educacional do Oeste Catarinense, Joaçaba, 1981.
- CARDOSO, Ciro F. Uma Introdução à História. São Paulo, Brasileira, 1981.
- CARDOSO, Jaime. O Modelo de Explicação Histórica Proposto por Brasil Pinheiro Machado. In: Revista Histórica: Questões e Debates. Curitiba, nº 2, 1981
- CARR, E.H. O Que é História? Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- CASSANI, J. E AMUCHASTEGUI, J.P. Del Epos a la História Cien-

- tífica. Buenos Aires, Nova, 1961.
- CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro, Fofense, 1982.
- CHACON, Vamireh. Passado e Futuro da Historiografia Brasileira. In: Revista de História, nº 106, São Paulo, Abr/Jun / 1976 .
- CHAGAS, Wilson. Conhecimento do Brasil e Outros Ensaios. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- CHATELET, François. A Filosofia das Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- CHAUI, Marilena. O Que é Ideologia. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- CHAUNI, Pierre. A História Como Ciência Social. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- CHILDE, V. Gordon. Teorias da História. Lisboa, Portugália, 1964 .
- CLARET, Jacques. A Idéia e a Forma. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- COELHO, Manoel J. D'Almeida. Memória Histórica do Extinto Regimento d'Infantaria de Linha da Província de Santa Catharina. Desterro, Typographia Catharinense, 1853.
- \_\_\_\_\_ . Memória Histórica da Província de Santa Catarina. Desterro, J.J. Lopes, 1877.
- COLLINGWOOD, R.G. A Idéia de História. Lisboa, Presença.
- COLMENARES, G. La Historiografia Científica del Siglo XX. In: Revista Eco, nº 192, Bogotá, 1977.
- CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. Aspectos da Vida e da Obra de Lucas Alexandre Boiteux. Florianópolis, 1981.
- \_\_\_\_\_ . Aspectos da Vida e da Obra de Auguste de Saint-Hilaire. Florianópolis, IOESC, 1979.

CORRÊA, Carlos H. P. Cultura, Integração e Desenvolvimento. Florianópolis, SEC, 1971.

\_\_\_\_\_. Guia dos Governantes de Santa Catarina. Florianópolis, SEC, 1979.

\_\_\_\_\_. Os Governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982. Florianópolis, UFSC, 1983.

\_\_\_\_\_. Um Estado Entre Duas Repúblicas. Florianópolis, UFSC, 1984.

CRESSON, André. A Filosofia Francesa, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1963.

CUNHA, Idaulo, J. Evolução Econômico-Industrial de Santa Catarina. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

CUNHA, Maria Tereza Santos. A Contribuição de Lucas Alexandre Boiteux no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro - 1911-1957. Dissertação de Mestrado submetida à UFSC, 1982.

DAUMARD, Adeline et ali. História Social do Brasil - Teoria e Metodologia, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1984.

DIETRICH, Richard. (ed.). Teoria e Investigación Históricas en la Actualidad. Madrid, Gredos, 1966.

DUJOVNE, Léon. La Filosofia de la Historia desde la Antigüedad Hasta la Edad Media. Buenos Aires, Galatea, 1959.

\_\_\_\_\_. La Filosofia de La Historia desde el Renacimiento Hasta el Siglo XVIII. Buenos Aires, Galatea, 1959.

DURHAM, Eunice R. Cultura e Ideologia. In: Dados, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, vol.27, nº 1, 1984.

ECO, Umberto. Como se Faz Uma Tese. São Paulo, Perspectiva, 1983.

EHLKE, Cyro. A Conquista do Planalto Catarinense. Rio de Janeiro, Laudes, 1973.

- ENCICLOPÉDIA EINAUDI. 1. Memória - História. Porto, Imprensa Nacional, 1984.
- ENCICLÓPEDIA MIRADOR INTERNACIONAL. São Paulo, 1977.
- ESCOBAR, Carlos H. Ciência da História e Ideologia. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- FEBVRE, Lucien. Combates Por la Historia. Barcelona, Ariel, 1974.
- FENELON, Déa R. 50 Textos de História do Brasil. São Paulo, Hucitec, 1974.
- FENTON, Edwin. 32 Problemas na História Universal. São Paulo, Edart, 1974.
- FERRARI, Alfonso T. Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo, MacGraw-Hill do Brasil, 1982.
- FERREIRA, Manoel R. A Revisão da História do Brasil. São Paulo, 1983.
- FERREIRA FILHO, Arthur. História Geral do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1965.
- FERRO, Marc. A Manipulação da História no Ensino e nos Meios de Comunicação. São Paulo, Lisboa, 1983.
- \_\_\_\_\_. A Nova História Pretende Evitar Que as Ideologias se Apoderem da História. In: Caderno de Cultura. Jornal Estado de São Paulo, 11/07/1982.
- FLUSSER, Vilém. Pós-História. São Paulo, Duas Cidades, 1983.
- FONSECA, Roberto P. Teoria da História. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1967.
- FONTANA, José. A História. Rio de Janeiro, Salvat, 1980.
- FOUQUET, C. O Imigrante Alemão. São Paulo, Instituto Hans Staden, 1974.
- FOURASTIÉ, Jean. A Grande Esperança do Século XX. São Paulo,

- Perspectiva, 1971.
- FRANCO, Maria Laura P.B. O Livro Didático de História no Brasil. São Paulo, Global, 1982.
- GALVÃO, Walnice N. (Org.). Euclides da Cunha. São Paulo, Ática, 1984.
- GASSET, J. Ortega y. História como Sistema. Madrid, Revistado Ocidente, 1962.
- GLÉNISSEON, Jean. Iniciação aos Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Difel, 1977.
- GOLDBERG, Maria Amélia A. et ali. Controvérsias na História do Brasil. Brasília, 1980.
- GOLDMANN, Lucien. Dialética e Ciências Humanas ( I e II ). Lisboa, Presença, 1972.
- GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966.
- GUIMARÃES, Suzana M.R. Movimentos da História. In: Textos 3, Curitiba, 1981.
- HALE, J.R. Maquiavel e a Itália da Renascença. Rio de Janeiro, Zahar, 1963.
- HALFPAP, Luiz Carlos. O Legado, In: Jornal o Estado. Florianópolis, 26/02/1978.
- HARNECKER, Marta. Os Conceitos Elementais do Materialismo Histórico. 1983.
- HAWTHORN, Geoffrey. Iluminismo e Desespero. Rio de Janeiro, Paz Terra, 1982.
- HEILBRONER, Robert L. O Futuro Como História. Rio de Janeiro, Zahar, 1963.
- HOLANDA, Sérgio B. de. (Org.). Ranke. São Paulo, Ática, 1979.

HOORNAERT, Eduardo. Formação do Catolicismo Brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1974.

HUBENER, Laura M. O Comércio da Cidade do Desterro no Século XIX.

Florianópolis, UFSC, 1981.

IGLÉSIAS, Francisco (Org.). Caio Prado Júnior. São Paulo. Ática, 1982.

\_\_\_\_\_. História e Ideologia. São Paulo. Perspectiva, 1971.

JANOTTI, Maria de Lourdes. João Francisco Lisboa: Jornalista e Historiador. São Paulo, Ática, 1977.

JAPIASSU, Hilton. Nascimento e Morte das Ciências Humanas. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.

JUNKES, Lauro. Presença da Poesia em Santa Catarina. Florianópolis, Lunardelli, 1979.

JUNQUEIRA, Celina (Org.). Moralistas do Século XVIII. Rio de Janeiro, Ed. Documentário, 1979.

\_\_\_\_\_. Silvestre Pinheiro Ferreira - Idéias Políticas. Rio de Janeiro, Ed. Documentário, 1976.

KÖCKE, José Carlos. Fundamentos da Metodologia Científica. Caxias do Sul, Vozes, 1982.

KONDER, Leandro. Filosofia e Conflito Ideológico no Brasil. In: Textos 3. Curitiba, 1981.

LACOMBE, Américo J. Introdução ao Estudo da História do Brasil. São Paulo, Nacional, Brasileira, vol. 350, 1973.

\_\_\_\_\_. A Obra Histórica do Padre Hoornaert. Rio de Janeiro, Agir, 1983.

LAGO, Paulo F. Santa Catarina - A Terra, O Homem e a Economia.

- Florianópolis, UFSC, 1966.
- \_\_\_\_\_. Santa Catarina - Dimensões e Perspectivas. Florianópolis, UFSC, 1978.
- LAPA, José R. A. A História em Questão. Petrópolis, Vozes, 1976.
- LAPA, José R. A. (Org.). Modos de Produção e Realidade Brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980.
- LAYTANO, Dante. Corografia da Capitania de Santa Catarina. In: Revista do IHGB, nº 245, out/dez/1959, Rio de Janeiro, 1960.
- LÁZARO, José F. Y. Ascensão e Decadência da Escola dos "Annales". In: Revista de Histórias e Idéias, nº 3-4, Porto, 1979.
- LEFEBVRE, G. El Nacimiento de la Historiografia Moderna. Barcelona, Martinez Roca, 1974.
- LEFEBVRE, H. O Fim da História. Lisboa, Dom Quixote, 1971.
- LEFORT, Claude. As Formas da História. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- LE GOFF, Jacques e Nora, Pierre (Org.). Fazer História. Lisboa, Livraria Bertrand, 1977.
- \_\_\_\_\_. História: Novos Problemas. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- LE GOFF, Jacques et ali. A Nova História. Lisboa, Edições 70, 1978.
- LIARD, L. Lógica. São Paulo, Nacional, 1979.
- LIMA, Hermes. Tobias Barreto (a época e o homem). São Paulo, Nacional, Brasiliana, vol. 140, 1957.
- LITTO, Inês M.F. Manual de Pesquisa. São Paulo, Ceditext, 1980.
- MARITAIN, Jacques. Humanismo Integral. São Paulo, Nacional, 1965.
- MARROU, H.I. Do Conhecimento Histórico. Lisboa, Aster.

- MARTINS, Wilson. História da Inteligência Brasileira. São Paulo, Cultrix, 1977.
- MARX, Karl. A Ideologia Alemã. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- MATTOS, Fernando M. A Industrialização Catarinense. Florianópolis, UFSC, 1968.
- MATTOS, Ten. Cel. J.B. Os Monumentos Nacionais - Santa Catarina Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1948.
- MAURO, Frédéric. Nova História e Novo Mundo. São Paulo, Perspectiva, 1969.
- \_\_\_\_\_. Do Brasil à América. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- MEIRINHO, Jali. Bibliografia Catarinense Sobre Ciências Sociais e Humanas. In: A Gazeta, de 25/07, 08/08, 15/08, 12/09, 03/10, 17/10, 14/11, 05/12/1971 e 06/02, 07/05/ e 21/5/1972, Florianópolis.
- \_\_\_\_\_. As Instituições da Cultura Catarinense. Florianópolis, SEC, 1970.
- \_\_\_\_\_. A República em Santa Catarina. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1982.
- MEIRINHO, Jali e JAMUNDÁ, Theobaldo C. Nomes Que Ajudaram a Fazer Santa Catarina. Florianópolis, Edeme, 1972.
- MELO, Osvaldo F. Introdução à História da Literatura Catarinense. Porto Alegre, Movimento, 1980.
- MERCADANTE, Paulo. A Consciência Conservadora no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1972.
- MERCADANTE, Paulo e PAIM, Antonio. Tobias Barreto na Cultura Brasileira. São Paulo, Grijalbo, 1972.
- MERQUIOR, José G. As Idéias e as Formas. Rio de Janeiro, Nova

- Fronteira, 1981.
- MONTENEGRO, João A.S. História e Desenvolvimento. Fortaleza, UFC, 1980.
- MORAZÉ, Charles. A Lógica da História. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.
- MOREL, Regina L.M. A Pesquisa Científica e Seus Condicionamentos Sociais. Rio de Janeiro, Achiamê, 1979.
- MOTA, Carlos G. Ideologia da Cultura Brasileira. São Paulo, Ática, 1980.
- \_\_\_\_\_. A Historiografia Brasileira nos Últimos 40 anos: Tentativa de Avaliação Crítica. (Cópia xerox de publicação não identificada).
- MOTA, Carlos G. (Org.). Febvre. São Paulo, Ática, 1978.
- NOSELLA, Maria L.C.D. As Belas Mentiras. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.
- NOUSCHI, André. Iniciação às Ciências Históricas. Coimbra, Alameda, 1977.
- ODALIA, Nilo. (Org.). Varnhagen. São Paulo, Ática, 1979.
- \_\_\_\_\_. Formas do Pensamento Historiográfico Brasileiro. (Cópia xerox de publicação não identificada).
- PAIM, Antonio. O Estudo do Pensamento Filosófico Brasileiro. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1979.
- \_\_\_\_\_. História das Idéias Filosóficas no Brasil. São Paulo, Grijalbo, 1974.
- PAIVA, Arcipreste Joaquim G. Oliveira e. Elogio Dramático. Desterro, 1852.
- \_\_\_\_\_. Oração. Desterro, 1856.
- \_\_\_\_\_. Notícia Geral da Província de Santa Catharina. Desterro, Typ. da Regeneração, 1973.
- PAULI, Evaldo. A Fundação de Florianópolis. Florianópolis, Ede-

me, 1973.

PELUSO JÚNIOR, Victor A. Latifúndios e Minifúndios no Estado de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1971.

PENNA, Lincoln de A. Análise do Saber Histórico. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1975.

PEREIRA, Carlos da A.C. A Revolução Federalista de 1833 em Santa Catarina. Florianópolis, FOESC, 1976.

PEREIRA, Otaviano. O Que é Teoria. São Paulo, Brasiliense, 1982.

PIAZZA, Walter F. Angelina - Um Caso de Colonização Nacional. Tese apresentada ao concurso de livre-Docência em História. Florianópolis, UFSC, 1973.

\_\_\_\_\_. A Pesquisa Histórica em Santa Catarina. In: Revista de Ciências Humanas, nº 1, Florianópolis, UFSC, 1º semestre/1982.

\_\_\_\_\_. Historiografia de Santa Catarina. In: Revista do IHGSC, nº 3, 3a. fase, 1981.

\_\_\_\_\_. Almirante Henrique Boiteux. In: Revista do IHGSC, nº 1, 3 a. fase, 1979.

\_\_\_\_\_. Atlas Histórico de Santa Catarina. Florianópolis, SEC, 1970.

\_\_\_\_\_. História e Historiografia Regional (mimeo - grafado).

\_\_\_\_\_. Fontes para a História de Santa Catarina (Separata). Memórias da I Semana da História. Franca, 1979.

\_\_\_\_\_. O Primeiro Historiador de Santa Catarina. (Mimeografado).

\_\_\_\_\_. A "Modernização" e os Contingentes Imigratórios em Santa Catarina. Separata da Revista de História nº 105, São Paulo, 1976.

- \_\_\_\_\_. Nova Trento. Florianópolis, IOESC, 1950.
- \_\_\_\_\_. A Colonização Italiana em Santa Catarina. Florianópolis, IOESC, 1976.
- \_\_\_\_\_. A Igreja em Santa Catarina. Florianópolis, IOESC, 1977.
- \_\_\_\_\_. Modernização e as Elites Emergentes: a Contribuição Alemã. Separata do III Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, Porto Alegre, 1980.
- \_\_\_\_\_. A Colonização de Santa Catarina. Porto Alegre, Pallotti, 1982.
- \_\_\_\_\_. A Grande Migração Açoriana de 1748-1756. Separata do vol. XL, Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Gráfica Maíadouro, 1982.
- \_\_\_\_\_. Santa Catarina: sua História. Florianópolis, UFSC/Lunardelli, 1983.
- PIAZZA, Walter F. de Almeida, Rufino P. Os Arquivos Brasileiros: a situação em Santa Catarina (Mimeografado).
- PIAZZA, Walter F. e HUBENER, Laura M. Santa Catarina - História da Gente. Florianópolis, Lunardelli, 1983.
- POPPER, Karl. A Lógica da Pesquisa Científica. São Paulo, Cultrix, 1972.
- QUADROS, Antonio. A Teoria da História em Portugal - A Dinâmica da História. Lisboa, Espiral.
- RAMOS, Cesar A. História e Reificação Temporal. In: História: Questões e Debates, Curitiba, Junho/1981.
- RAUDSEPP, Eugene. Arte de Apresentar Idéias Novas. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973.
- RIBEIRO, Darcy. Teoria do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- RIBEIRO, João Alberto de Miranda. Relatório. In: LAYTANO, Dan-

- te. Corografia da Capitania de Santa Catarina.
- RICOUER, Paul. História e Verdade. Rio de Janeiro, Forense, 1964.
- RODRIGUES, J. H. Vida e História. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966.
- \_\_\_\_\_. Teoria da História do Brasil, São Paulo, Nacional, 1969.
- RODRIGUES, J.H. A Pesquisa Histórica no Brasil. São Paulo, Nacional, 1969.
- \_\_\_\_\_. História e Historiografia. Petrópolis, Vozes, 1970.
- \_\_\_\_\_. História, Corpo do Tempo. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- \_\_\_\_\_. História da História do Brasil. São Paulo, Nacional, 1979.
- \_\_\_\_\_. Filosofia e História. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- \_\_\_\_\_. História Combatente. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- RÜDIGER, Francisco R. A. História, o Poder e os Epígonos da Atividade Sintética do Sujeito (Cópia xerox de uma publicação não identificada).
- RUDIO, Franz V. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. Petrópolis, Vozes, 1980.
- SACHET, Celestino. A Literatura de Santa Catarina. Florianópolis, Lunardelli, 1979.
- SACHET, Celestino. (Org.). Antologia de Autores Catarinenses. Rio de Janeiro, Laudes.

- SANTOS, Roselys I.C. A Colonização Italiana no Vale do Itajaí - Mirim. Florianópolis, Edeme, 1981.
- SANTOS, Silvio C. "In Memoriam". In: Jornal O Estado. Florianópolis, 26/02/1978.
- SARAIVA, José H. História Concisa de Portugal. Europa-América, 1981.
- SCHAFF, Adam. História e Verdade. São Paulo, Martins Fontes, 1979.
- SENA, Valmor B. de A Política do Cooperativismo de Eletrificação Rural em Santa Catarina: o Caso da Cooperativa de Eletrificação Rural de Santa Maria. Dissertação de Mestrado submetida à UFSC, 1980.
- SERRÃO, Joaquim V. História e Conhecimento Histórico, Lisboa, Verbo, 1968.
- \_\_\_\_\_, A Historiografia Portuguesa (Vol. II e III). Lisboa, Verbo, 1973-1974.
- SILVA, Jaldyr B. F. et alii- Fundamentos da Cultura Catarinense, Rio de Janeiro, Laudes, 1970.
- SILVA, José G. dos Santos. Cartas a Cerca da Província de Santa Catarina. In: Revista do IHGSC. Florianópolis, 1914, 1915, 1917 e 1918.
- SILVA, Marcos A. (Org.). Repensando a História. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984.
- SILVA, Maria Beatriz N. História Empírica e História Teórica - Dois Caminhos da Historiografia Brasileira do Século XIX. In: Anais da II Reunião da SBPH, São Paulo, 1983.
- SILVA, Maria Beatriz N. (Org.). Teoria da História. São Paulo, Cultrix, 1976.

- SODRÉ, Nelson W. Síntese de História da Cultura Brasileira. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1970.
- SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. São Paulo, Brasiliense, vol. 117, 1971.
- SOUZA, Sara Regina S. de. A Presença Portuguesa na Arquitetura da Ilha de Santa Catarina - Séculos XVIII e XIX. Florianópolis, IOESC, 1981.
- SOUTO, Américo A. C. Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina. Florianópolis, CEAG/SC, 1980.
- STEIN, Ernildo. História e Ideologia. Porto Alegre, Movimento, 1972.
- THOMPSON, E.P. A Miséria da Teoria. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- TOYNBEE, Arnold. A Sociedade do Futuro. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- TREVOR-ROPER, H. História e Imaginação. In: Caderno de Cultura, Jornal O Estado de São Paulo, 19/10/1980.
- VELHO, Otávio, PALMEIRA, Moacir e BERTELLI, Antonio (Or.). Estrutura de Classes e Estratificação Social. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- VENTURINI, Jorge L.G. Filosofia de la Historia. Madrid, Gredos, 1972.
- VERA, Asti. Metodologia da Pesquisa Científica. Porto Alegre, Globo, 1973.
- VERDI, Eunaldo. O que é Identidade Cultural Catarinense? Florianópolis, Jornal O Estado.
- VEYNE, Paul. O Inventário das Diferenças - História e Sociologia. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. Como se Escreve a História - Foucault Revolucionou a História. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1980.

VITA, Luis W. Tríptico de Idéias. São Paulo, Grijalbo, 1967.

VOGT, Joseph. El Concepto de la Historia de Ranke a Toynbee.

Madrid, Guadarrama, 1971.

WACHOWICZ, Ruy. Argumentos Catarinenses na Questão do Contesta  
do, in Roteiro nº 7, Fundação Educacional do Oeste Catari-  
nense, Joaçaba, 1981.